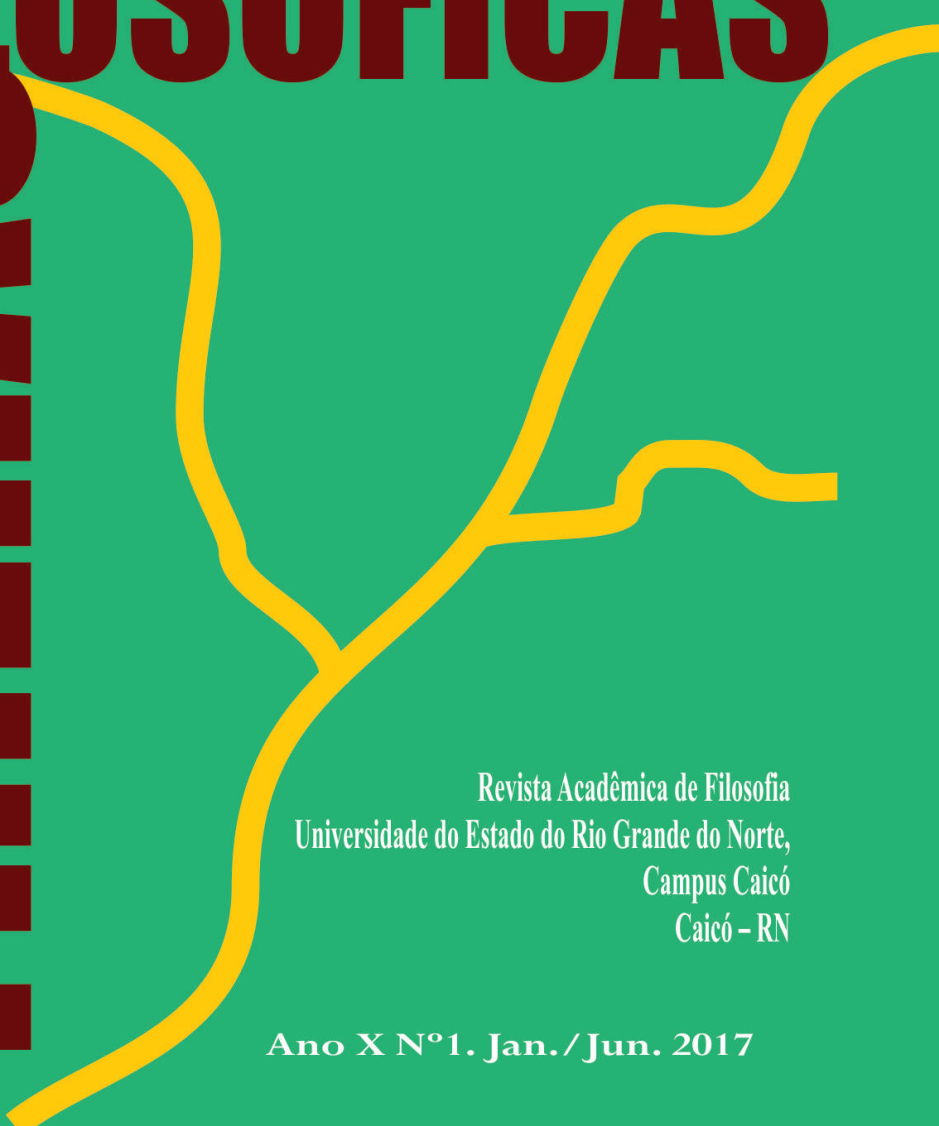


ISSN 1984 - 5561 (On-line)

TRILHAS FILOSÓFICAS



Revista Acadêmica de Filosofia
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
Campus Caicó
Caicó - RN

Ano X N°1. Jan./Jun. 2017

**incentivo à pesquisa - produção acadêmica - desenvolvimento da cultura
diálogo - democratização do saber filosófico**

TRILHAS FILOSÓFICAS

ANO X, NÚMERO 1, JAN. - JUN. 2017

**Revista Acadêmica de Filosofia
Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
Campus Caicó
Caicó – RN**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

Reitor

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-reitor

Aldo Gondim Fernandes

Diretor do Campus Caicó

Álvaro Marcos Pereira Lima

Coordenador do Curso de Filosofia

Galileu Galilei Medeiros de Souza

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Filosofia

José Teixeira Neto

Capa

Luli Esteves

Revisão

Geane Ferreira de Lima

Contatos

trilhasfilosoficas@uern.br

Curso de Filosofia do Campus Caicó - UERN

Av. Rio Branco, s/n. Centro. CEP: 59300-000

Telefax: (0xx84) 3421-6513

Como citar este número

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Trilhas Filosóficas** – Revista Acadêmica de Filosofia, Caicó, ano X, n. 1, páginas do artigo, jan.-jun. 2017. ISSN 1984-5561. Disponível em: < url completa >. Acesso em: dia mês ano. DOI.

TRILHAS FILOSÓFICAS

Publicação do Curso de Filosofia do Campus Caicó/UERN
e do Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação (UERN)

Editores responsáveis

Galileu Galilei Medeiros de Souza (UERN)
José Teixeira Neto (UERN)
Marcos Érico de Araújo Silva (UERN)

Conselho editorial

Dax Moraes (UFRN)
Galileu Galilei Medeiros de Souza (UERN)
José Teixeira Neto (UERN)
Klédson Tiago Alves de Souza (UFPB)
Marcos de Camargo von Zuben (UERN)
Telmir de Souza Soares (UERN)

Conselho científico

Antonio Jorge Soares (UFERSA)
Antonio Lisboa (UFCEG)
David G. Santos (UBI, Portugal)
Emmanuel Appel (UFPR)
Filipe Ceppas (UFRJ)
Gustavo Caponi (UFSC)
Iraquitán de Oliveria Caminha (UFPB)
José Gabriel Trindade Santos (UFPB)
Luis Benedicto Lacerda Orlandi (UNICAMP)
Maurício Rocha (UERJ, PUC-Rio)
Miroslav Milovic (UNB)
Nythamar de Oliveira (PUC-RS)
Paulo César Duque Estrada (PUC-Rio)
Roberto Lima (UFRN)
Rossano Pecoraro (UNIRIO)
Sílvio Gallo (UNICAMP)
Ulysses Pinheiro (UFRJ)

SUMÁRIO

Apresentação	7
A filosofia da libertação e Bem Viver: gênese e pretensão crítica do pensamento <i>Arivaldo Sezyshba</i>	9
Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil <i>Roberto Marinho</i>	33
Uma experiência de formação para a participação social <i>Francisca Fabiana da Silva</i> <i>José Carlos Martins da Silva</i>	67
O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica <i>Yraguacyara Santos Mascarenhas</i> <i>Conceição Nóbrega da Cunha</i> <i>Cristiane de Lira Fernandes</i> <i>Ruzinete Moura dos Santos</i> <i>Ildone Forte de Moraes</i>	85
O ‘Bem Viver’: uma resposta à crise civilizacional <i>César Sanson</i>	107
A importância da Rede de Juventudes do Seridó na participação social dos jovens no município de Caicó-RN. <i>Pedro Henrique Araújo dos Santos</i> <i>Juliana Kelly Dantas da Silva</i>	131
A fé como meio crítico para o pensamento político <i>Julimar Fernandes da Silva</i> <i>Josiani Alves de Moraes</i> <i>Wilma Mesquita de Almeida</i>	161
Los buenos convivires: filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías <i>Alberto Acosta</i>	205

APRESENTAÇÃO

A Revista Trilhas Filosóficas inaugura o seu décimo ano de publicações com esse volume. Este número apresenta um dossiê do Seminário Estadual Conhecer para Construir a Sociedade do Bem Viver, realizado pela Cáritas Diocesana de Caicó em parceria com o Campus Caicó da UERN. O seminário tinha como objetivo discutir acerca do conceito de *sumak kawsay* ou “bem viver” como novo paradigma político que se apresenta como uma alternativa ao modelo capitalista exploratório. O “Bem Viver” é um conceito que nasce com a cultura indígena andina do Equador e do Chile. O “Bem Viver” é um conceito que está em construção e que traz a perspectiva de encontrar alternativas de superar o modelo econômico que subjuga a dignidade do ser humano e coloca a mãe terra ou *pacha mama*, além disso, a proposta do bem viver vem como possibilidade de se viver e sonhar um outro mundo, sem a exploração da terra ou do trabalho humano. O texto de Arivaldo Sezyshita, *A filosofia da libertação e Bem Viver: gênese e pretensão crítica do pensamento*, trata da Filosofia Política Crítica da Libertação em Enrique Dussel, analisando sua gênese e evolução em especial a partir do conceito de exterioridade para relacionar com a prática do Bem Viver. A esse, segue o escrito de Roberto Marinho Alves da Silva e RONALDA BARRETO DA SILVA, *Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil*. O artigo pretende contribuir com a análise da recente trajetória da sociedade brasileira, tendo por foco os dilemas e conquistas para enfrentamento das desigualdades sociais. O texto que segue, de autoria de Francisca Fabiana da Silva e José Carlos Martins da Silva – *Uma experiência de formação para a participação social* –, configura-se como um estudo acerca da atuação da Pastoral da Criança no controle social das políticas públicas de saúde, especificamente no desenvolvimento de processos de formação que favorecem a participação social e o exercício da cidadania, que constituem práticas fundamentais para a construção da sociedade do Bem Viver. O quarto artigo constitui-se em uma revisão bibliográfica acerca do cuidado e suas dimensões subjetivas, espirituais, corporais e ambientais, de autoria de Yraguacyara Santos Mascarenhas, Conceijência Nóbrega da Cunha, Cristiane de Lira Fernandes, Ruzinete Moura dos Santos e do professor Ildone Forte de Moraes. Nele, os autores percebem que os indivíduos, em sua magnitude, precisam adquirir uma nova postura diante do cenário atual que o mundo está passando, pois a problemática apontada requer uma visão multidimensional do cuidado. Segue, então, um texto de

César Sanson – *O ‘Bem-Viver’: uma resposta à crise civilizacional* – que analisa o avançado estágio da crise civilizacional contemporânea a partir de uma quádrupla crise – econômica, energética, alimentar, climática e do trabalho – que apresentam rupturas entre a sociedade e a economia e a sociedade e o meio ambiente. A essa crise civilizacional o autor apresenta o Bem Viver como uma resposta. No sexto artigo – *A importância da Rede de Juventudes do Seridó na participação social dos jovens no município de Caicó-RN* – os autores, Pedro Henrique Araújo dos Santos e Juliana Kelly Dantas da Silva, apresentam elementos da participação social, cultura política dos jovens e da trajetória de organização da Rede de Juventudes do Seridó que contribuem para a formação da consciência crítica dos jovens e favorecem o exercício do controle social e da promoção de políticas públicas voltadas para a juventude. Depois, Julimar Fernandes da Silva, Josiani Alves de Moraes e Wilma Mesquita de Oliveira, trazem a discussão sobre a fé como meio crítico para o pensamento político. Por fim, temos honra de receber o artigo – *Los buenos convivires: filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías* – de Alberto Acosta autor do livro *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*, publicado no Brasil pela Autonomia Literária e Elefante. Este artigo sintetiza várias contribuições sobre o tema em que o autor já vem trabalhando há alguns anos e que já foram publicadas. Optamos por deixar o texto na língua do autor para que o leitor possa ter acesso direto ao sentido de cada termo por Acosta trabalhado. Sem mais delongas, desejamos a todos uma excelente leitura e que este número sirva de inspiração para práticas de Bem Viver.

Prof. Klédson Tiago Alves de Souza
Membro do Conselho Editorial da *Trilhas Filosóficas*

**A FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO E BEM VIVER:
GÊNESE E PRETENSÃO CRÍTICA DO
PENSAMENTO**

[THE PHILOSOPHY OF LIBERATION AND WELL LIVING:
GENESIS AND CRITICAL PRETENSION OF THOUGHT]

Arivaldo Sezyshtha

*Doutor em Filosofia e Pós-doutorando pela UFPB
(E-mail: aryasa@bol.com.br)*

Recebido em 01/03/2018. Aprovado em 18/05/2018

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

Resumo: Este artigo tem por objeto apresentar a Filosofia Política Crítica da Libertação em Enrique Dussel, analisando sua gênese e evolução e mostrando a influência decisiva da filosofia da práxis de Karl Marx para esse pensamento, em especial a partir do conceito de exterioridade, entendida como sendo o âmbito onde o outro se revela, onde permanece livre em seu ser distinto. A exterioridade, precisamente, é tida pela Filosofia da Libertação como a categoria principal do legado marxiano e pressuposto teórico fundamental, que viabiliza o discurso de Dussel, sobretudo na opção radical pela vítima, marca de seu pensamento filosófico. Mediante isso, aqui se assume a tese de que há em Dussel uma parcialidade pela vítima: seu pensamento está construído, propositalmente, em favor da vítima. O esforço deste trabalho é o de mostrar que a opção pela vítima será o fio condutor de todo seu pensar, o que cobra da Filosofia da Libertação uma pretensão crítica de pensamento, fazendo com que o labor filosófico seja desafiado e provocado pela necessidade real de auxiliar a vítima, exigência do povo latino-americano em seu caminho de libertação. Em termos de resultado, para além da importância atual do pensamento marxiano para a compreensão da realidade e a crítica ao capitalismo, ressalta-se a relevância teórico-prática do pensamento dusseliano para a Filosofia Política como um todo, pelas suas contribuições no cenário contemporâneo, pela coragem em apontar em direção a outra sociedade, trans-moderna e trans-capitalista, já em curso nas práticas coletivas de Bem Viver.

Palavras-chaves: Filosofia. Libertação. Enrique Dussel. Bem Viver.

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

Abstract: This article aims to present the Critical Political Philosophy of Liberation in Enrique Dussel, analysing its genesis and evolution and showing the decisive influence of Karl Marx's philosophy to his thought. Especially from his concept of exteriority, understood as being the space where the other reveals itself, where it remains free in its distinct being. The Externality, precisely, is considered by the Philosophy of Liberation as the main category of the Marxian legacy. It is the fundamental theoretical presupposition, which makes Dussel's speech possible, mainly in the radical choice for the victim, the hallmark of his philosophical thought. Hereby the assumption is made that there is in Dussel a partiality for the victim: his thought is purposely constructed in favour of the victim. The effort of this work is to show that the option for the victim will be the guiding thread of all his thinking, which demands from the Philosophy of Liberation a critical pretension of thought. Thus, causing the philosophical work to be challenged and provoked by the real need to help the victim, the demand of the Latin American people in their way of liberation. In addition to the current importance of Marxian thought for the understanding of reality and the critique of capitalism, the theoretical-practical relevance of Dusselian thought for Political Philosophy as a whole is emphasized by its contributions in the contemporary scenario, by the courage to point towards another society, trans-modern and trans-capitalist, already under way in the collective practices of Well Living.

Keywords: Philosophy. Release. Enrique Dussel. Well living.

1. INTRODUÇÃO

A Filosofia da Libertação, definida por Enrique Dussel como “um saber teórico articulado à práxis da libertação dos oprimidos” (DUSSEL: 1977, p. 247), foi pautando-se enquanto crítica da opressão a partir da tomada de consciência individual e coletiva, enquanto consciência própria da realidade do próprio continente, que irrompe em um modo de filosofar latino-americano, desde América Latina.

Seu ponto de partida é a realidade do continente latino-americano, particularmente do pobre e da vítima, a partir do qual critica o existente e projeta uma emancipação através do imperativo ético que é a transformação do mundo em uma moradia digna para todos, em um *ethos* onde o povo seja capaz de expressar-se a si mesmo, atingindo a autoconsciência, a consciência de suas estruturas culturais, de seus valores últimos, em identidade consigo mesmo.

Para a Filosofia da Libertação, uma filosofia ético-crítica tem surgido na América Latina, colaborando no crescimento do sujeito histórico como comunidade anti-hegemônica de vítimas, contribuindo na superação do sistema de dominação. Esta proposta ético-filosófica se constitui enquanto uma ética material da vida, uma ética crítica a partir das vítimas que, quando irrompem na história, criam o novo. A possibilidade de efetivamente libertar as vítimas é o critério sobre o qual se fundamentam os argumentos desse pensamento crítico-libertador.

2. GÊNESE DA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

A partir da preocupação com a questão da libertação, em seu sentido mais abrangente possível, mas especialmente, libertação da miséria e da dominação, intensificou-se, no final da década de 1960, a fala sobre uma filosofia distinta, peculiar e genuína no Continente Latino-Americano. Seguindo um processo histórico que remonta à época da conquista e passa pelos movimentos operários, sem deixar de considerar que na história da América Latina sempre houve lutas por libertação que visavam antecipar e concretizar uma sociedade justa, a Filosofia da Libertação surge no contexto de crise do pós-guerra e depois da crise capitalista, desenvolvendo teoricamente, perante a questão da dependência, um novo discurso frente às ciências sociais, propondo uma nova práxis que fosse capaz de contribuir, a partir do enunciado da novidade do Outro, para o resgate da humanidade negada.

No Segundo Congresso Nacional de Filosofia, realizado em 1971, em Córdoba, Argentina, discutiu-se sobre a “possibilidade ou impossibilidade de uma filosofia concreta latino-americana, frente a uma filosofia universalista, abstrata, euro-norte-americana” (DUSSEL: 1977, p. 198). Três anos depois, em 1974, no Simpósio sobre “Dependência cultural e criação de cultura na América Latina”, ocorrido em Buenos Aires, já se falava abertamente da filosofia latino-americana como filosofia da libertação. É Leopoldo Zea quem apresenta a conferência intitulada “A filosofia latino-americana como filosofia da libertação”.

**A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo**

Contudo, desde 1969, Dussel diz pôr em prática a Filosofia da Libertação¹ e, a partir de 1970, começa a trabalhar esse tema, especialmente em suas aulas na Universidade Nacional de Cuyo, em Córdoba, como se pode ler a partir de sua própria descrição: “Desde janeiro de 1970 comecei meus cursos de ética com a hipótese de fundamentar uma Filosofia da Libertação Latino-americana. Desta maneira reunia, só agora, minha recuperação da barbárie com a filosofia” (DUSSEL: 1979, p. 17).

No entanto, a filosofia latino-americana, enquanto Filosofia da Libertação, começou a ganhar cidadania latino-americana com o Primeiro Colóquio Nacional de Filosofia, que aconteceu na capital do estado de Michoacán, Morélia, no México, de 4 a 9 de agosto de 1975. A partir daí aumentam os escritos e congressos sobre Filosofia da Libertação e, igualmente, crescem as críticas a essa filosofia que, apesar disso, afirmar-se-á, com a publicação, por Dussel, em 1977, da obra *Filosofía de la liberación*², enquanto um pensar autônomo dos grandes centros, como pensar da libertação e como filosofia latino-americana, compreendida como práxis libertadora situada neste lugar do planeta e da história, escrita a partir da periferia para a periferia, mas com intencionalidade de se dirigir também ao centro.

¹ “Sem querer me arrogar o direito de representar um movimento amplo, a Filosofia da Libertação, que eu ponho em prática desde 1969, toma como ponto de partida uma *realidade* regional própria: a *pobreza* crescente da maioria da população latino-americana” (DUSSEL: 1995, p. 45).

² Obra que Dussel assim apresenta: “este curto trabalho, sem bibliografia alguma, porque os livros de minha biblioteca estão longe, na pátria, escrito na dor do exílio, quer ser sentencioso, quase oracular” (DUSSEL: 1977, p. 7).

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

A partir daí, a Filosofia da Libertação passa a ser definida, pelo próprio Dussel, como: “um saber teórico articulado à práxis da libertação dos oprimidos, fato que pensa em primeiro lugar e como condição de possibilidade de todo outro tema” (DUSSEL: 1977, pp. 247-248).

Esse pensamento libertador foi pautando-se enquanto crítica da opressão a partir da tomada de consciência individual e coletiva, enquanto consciência própria da realidade do próprio continente, que irrompe em um modo de filosofar latino-americano “desde” América Latina e não apenas “em” América Latina, que se propõe a pensar tudo à luz da palavra do povo, entendido enquanto sendo o pobre.

Trata-se de uma filosofia que captou o espírito filosófico da cultura européia sem deixar de estar atenta às preocupações próprias de um continente explorado, assumindo como prioridade e ponto de partida a realidade latino-americana como problema para o pensar filosófico, para uma filosofia distinta que se constitui enquanto proposta de um novo discurso na história da filosofia mundial, capaz de, nascendo latino-americana, ter valor universal, mesmo situada no aqui e no agora desse continente, descobrindo que a verdade está na identidade com os interesses de libertação das classes oprimidas, pois cada oprimido é um ser de direitos. Contudo, uma vez alienado, este ser de direitos termina por exprimir seu não-ser, negando-se como tal. É por isso que Dussel diz que, em toda sua história,

a América Latina fica assim metafisicamente definida em sua situação dis-tinta, única, irrepetível, (porque) único grupo sócio-cultural dependente que tem atrás de si uma Cristandade Colonial ... (mas) sua distinção deriva do fato de ser como o filho dos povos hispânicos e da

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

Ameríndia, um filho mestiço, novo, único, exterior a toda outra cultura (DUSSEL: 1982, p. 53).

Ocupado em construir uma Filosofia da Libertação, Dussel pergunta se não seria necessário primeiramente proceder a uma libertação da própria Filosofia³, pois na história, desde os gregos, apesar dos contra-discursos, a filosofia sempre esteve vinculada ao poder e ao etnocentrismo, pois, como expressa o pensamento decolonial e crítico da periferia,

A oposição dominador–dominado repercute em todas as esferas onde se repete a contradição dos que são em referência aos que não são, dos que têm sobre os que não têm. O vencido define-se por suas privações, que proclama como negação a superioridade do senhor... A filosofia, entre muitas atividades e objetos, aparece como alegoria do poder vencedor (BOULAGA: 1977, p. 16).

A gravidade está no fato de que, na modernidade, o poder do vencedor e o etnocentrismo europeu se mundializou e “universalidade e europeísmo tornam-se idênticos; é desta falácia reducionista que deve libertar-se a filosofia” (DUSSEL: 2000, p. 67).

Esse processo libertário dirige-se para o *ser-mais* que, nas palavras de Paulo Freire⁴, “não pode realizar-se no isolamento, no individualismo,

³ Dussel (2000) explica esse trocadilho, entre filosofia da libertação e libertação da filosofia, dizendo que filosofia da libertação expressa o termo “libertação” enquanto genitivo objetivo, ou seja, enquanto tema. Já quando se refere à libertação da filosofia, refere-se ao genitivo subjetivo, ou seja, o sujeito que a exerce e o próprio discurso exercido.

⁴ Em seu livro *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*, Dussel, ao falar da importância de Paulo Freire no processo da “conscientização” de denúncia e anúncio frente a uma sociedade oprimida na periferia do capitalismo mundial, diz que ele não é simplesmente um pedagogo, “é algo mais. É um educador da “consciência

**A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo**

mas na comunhão, na solidariedade dos existires” (FREIRE: 1974, p. 86). Para isso é necessário, por um lado, uma ruptura com todo e qualquer sistema gerador de dominação e dependência. Por outro lado, esse novo pensamento que se propõe libertador, coloca como imperativo a necessidade de superação das filosofias que historicamente tem funcionado como ideologia a serviço da dominação. Faz isso denunciando a aparente neutralidade do discurso em voga, “alegoria do poder vencedor”, nas palavras de Eboussi Boulaga e responsável pelo genocídio do índio, da escravidão do negro africano e das guerras coloniais da Ásia, nas palavras de Dussel, explicitando, através de outro discurso, rigoroso e filosófico, a vida do povo pobre latino-americano, que Dussel chama de vítima ou comunidade de vítimas, em seu cotidiano marcado pela exploração.

Desse modo, assumindo a perspectiva da vítima, a Filosofia da Libertação se torna a “única filosofia possível entre nós”, não enquanto postura arrogante ou totalitária, mas como posicionamento distinto, capaz de registrar a presença desse pensamento no cenário da mundialização da própria filosofia⁵. Assim se expressam, em 1973, vários autores no texto *A maneira de manifesto*, reproduzido por Dussel na contracapa do livro *Hacia*

ético-crítica” das vítimas, os oprimidos, os condenados da terra, em comunidade” (DUSSEL: 2000, p. 427).

⁵ Dussel, de forma particular, nunca se negou em reconhecer a importância das diferentes posições filosóficas e não se fechou ao diálogo. Com Karl-Otto Apel, por exemplo, estabeleceu o diálogo Norte-Sul no que se refere à aproximação entre a ética da libertação e a ética do discurso. Nesse sentido, de abertura ao diálogo, a originalidade da Filosofia da Libertação, que parte da realidade latino-americana como problema, não está em negar a tradição filosófica, mas está no diálogo com essa tradição. Como mostra Dussel, ao estabelecer esse diálogo a partir da vítima, “constrói uma mundialidade analógica e concreta, onde todas as culturas, filosofias, teologias possam contribuir com algo próprio, como riqueza da humanidade plural futura” (DUSSEL: 1993, p. 173).

**A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo**

uma filosofía de la liberación latinoamericana. Também assim pode ser lida a fala de Dussel que diz que,

o estudo do pensamento (tradições e filosofia) na América Latina, Ásia ou África não é uma tarefa anedótica ou paralela ao estudo da filosofia *simplesmente* (que seria a européia), mas se trata de uma história que resgata justamente o contra-discurso não hegemônico, dominado, silenciado, esquecido e até excluído, o da alteridade da modernidade (DUSSEL: 2000, p. 72).

Por isso, insistindo no que é essencial para esse projeto filosófico, sentenciará que se trata de um contra discurso. Essa clareza de intenção e de objetivo, esse desafio de libertação, esse princípio norteador, já fora expresso no *Manifiesto Salteño*, lançado em abril de 1974, onde se lê que:

Essa prática filosófica de libertação é, não objetivamente, senão substancialmente ‘Latino-americana’. É-nos urgente América Latina, a constituição de seu ser e de sua história, seu processo concreto de libertação e, para cima de uma pretensa ‘universalidade’ da Filosofia Latino-Americana, a concreta busca da universalidade de América Latina na ‘afirmação de sua diferença e sua alteridade’ negada e oprimida (GULDBERG: 1983, p. 297).

Em termos de Brasil, em dois importantes encontros reunindo estudantes, estudiosos, pesquisadores e filósofos da libertação, a Filosofia da Libertação foi assumida nacionalmente: um ocorreu na cidade de Gramado - RS, em setembro de 1988, do qual saiu a “Carta de Gramado”, onde se lê que, para promover o desenvolvimento da Filosofia da Libertação em nível nacional, buscar-se-á “somar esforços, reunindo filósofos de todas as regiões do país, bem como efetivar intercâmbio com todos aqueles que, em qualquer lugar do mundo, principalmente da

**A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo**

América Latina, partilham esse compromisso filosófico libertador” (IFIL: 1988, p. 1).

O segundo encontro se deu na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 1993, e constituiu-se no 1º Seminário Nacional Sobre a Pesquisa Filosófica na América Latina. O Manifesto/Declaração do Rio de Janeiro, citando o poeta popular Patativa do Assaré, diz: “A nossa Filosofia não está suspensa no ar. Não é livro pra se ler, nem ordem pra se decorar. A nossa Filosofia é um jeito diferente d’a gente se libertar” (CAIO: 2003, p. 266)⁶.

A Filosofia da Libertação, em termos de América Latina, percorre esse caminho junto à vítima lançando mão de um método que não é apenas teórico, mas é intrinsecamente ético e político, pois aceitar o Outro como outro “significa já uma opção ética, uma eleição e um compromisso moral: é necessário negar-se como Totalidade, afirmar-se como finito, ser ateu do fundamento como Identidade” (DUSSEL: 1973, p. 125). Daí a necessidade da filosofia “descer de seu pedestal”, permitindo ao filósofo ser mais humilde, eticamente justo, bom, discípulo, sabendo situar-se no face-a-face, no *ethos* da libertação, silenciando-se da palavra dominadora, abrindo-se interrogativamente à provocação do pobre, pronto para escutar antes de falar. Essa postura é já uma opção ética, capaz de conduzir o filósofo a um serviço comprometido com a libertação. Por isso, o tema a ser pensado pela Filosofia da Libertação é encontrado no processo

⁶ Retomando esses espaços de estudo e diálogo, aconteceu o I Congresso de Filosofia da Libertação no Brasil, em São Paulo, em 2013, sob o tema “Perspectivas do Pensamento de Libertação no Brasil”, que contou, entre outros, com a presença do próprio Dussel. Em 2014, aconteceu, em Porto Alegre, o II Congresso, com o tema “Historicidade e os sentidos da libertação hoje”. Em 2015, em Salvador, ocorreu o III Congresso, com o tema “Estéticas e culturas de libertação”.

**A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo**

histórico e concreto da libertação mesma: “o *saber-ouvir* é o momento constitutivo do método mesmo; é o momento discipular do filosofar; é a condição de possibilidade do saber interpretar para *saber-servir*” (DUSSEL: 1973, p. 126).

Dessa forma, a Filosofia da Libertação escandaliza o humanismo europeu por transformar a opressão sofrida em bandeira de luta e escudo de sua humanidade negada. A tradição desse chamado humanismo está sendo desqualificada no terreno da história, como mostram as vítimas de ontem, das invasões coloniais, e as vítimas de hoje, das dívidas sociais. Ergue-se, então, a voz dos que exigem o cumprimento da justiça e do direito a partir de uma antropologia latino-americana, de homens e mulheres antro-geograficamente situados nesse continente, emergindo “desde uma situação de dependência, desde uma opção concreta e efetiva em favor dos oprimidos da terra e desde o contexto da dialética opressão-libertação” (FLORES: 1991, p. 10).

Nessa perspectiva, da possibilidade real de libertação das vítimas coloca-se a Filosofia da Libertação, a partir da periferia, onde estão os que Dussel chama, em uma de suas mais belas páginas, escritas em 1977, os “homens distantes de mentes límpidas”, capazes de pensar a realidade sem ocultamento:

Os homens distantes, os que têm perspectiva da fronteira para o centro, os que devem definir-se diante do homem já feito e diante de seus irmãos bárbaros, novos, os que esperam porque ainda estão fora, estes homens têm a mente límpida para pensar a realidade. Nada têm que ocultar. Como teriam de ocultar a dominação se a sofrem? Como seria sua filosofia uma ideologia, se sua práxis é a libertação diante do centro que combatem? A inteligência filosófica nunca é tão verídica, límpida,

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

tão precisa como quando parte da opressão e não tem privilégio nenhum a defender, porque não tem nenhum (DUSSEL: 1977, p. 10-11).

Por isso, a Filosofia da Libertação elabora seu discurso a partir da vítima e fundamenta sua *práxis* com a intenção de libertar essa vítima de toda situação de opressão, o que faz com que a libertação se constitua no único *telos* de todo projeto utópico crítico – de toda razão política crítica dusseliana: todo o pensamento e toda a reflexão de Enrique Dussel perseguem, incansavelmente, a transformação das práticas opressivas, aspirando essa libertação a partir do lugar da vítima. Não se propõe, dessa maneira, a uma vez mais interpretar a realidade, mas busca interpretá-la para melhor transformá-la, seguindo a recomendação marxiana feita aos filósofos.

Os pressupostos desse pensamento que se propõe contribuir no processo de libertação da vítima estão sintetizados na questão da alteridade e da exterioridade. A alteridade ganha *status* de princípio condutor desde a origem da Filosofia da Libertação. A exterioridade se torna, a partir da influência de Levinas e de Marx em Dussel, a categoria fundamental, que acabará por explicitar o ponto de partida e o *locus* desde o qual o exercício da racionalidade se efetivará.

Assim, Dussel enfrenta como problema filosófico a subsunção do Outro latino-americano pelo europeu, desde 1492. O que passa a fazer então, através da Filosofia da Libertação, é explicitar a razão do Outro, interpretando-a a partir de sua própria exterioridade do ser. É a alteridade do Outro em sua exterioridade de ser que oferece, justamente, a possibilidade efetiva de um novo caminho para a filosofia, para uma reflexão interpretativa da realidade com fim de transformação. É o

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

despertar do “sono ontológico” e o “giro descolonizador” de que fala ARGOTE (1979).

Essa propositura de proceder a um giro descolonizador a que se propõe a Filosofia da Libertação ajuda a entender porque a necessidade que Dussel tem de marcar a distinção da Filosofia da Libertação em relação à filosofia tradicional. Trata-se de um pensamento que, por ser distinto, é capaz de negar a negação, ou seja, é capaz de enfrentar a negação do ser latino-americano, efetivado pelo pensamento tradicional.

Por isso, mesmo havendo várias fases no pensamento de Dussel, nunca abriu mão da mais profunda convicção de seu propósito, que é o reconhecimento do Outro e a afirmação de sua vida na distinção de sua alteridade. Trata-se do reconhecimento da singularidade do latino-americano e da particularidade da América Latina, como ser distinto, de distinto caminho. Trata-se de negar a negação.

3. DA ONTOLOGIA À CONQUISTA DA AMÉRICA

A partir da metafísica da alteridade ou da libertação latino-americana, que Dussel contrapõe à ontologia, tida por ele como opressora e responsável também pela dor e a morte imposta à América Latina e ao Terceiro Mundo como um todo, propõe-se analisar o que ocorreu na conquista da América, que ele chama Ameríndia:

Falamos de ‘Ameríndia’ em vez de América porque se trata, durante todo o século XVI, de um continente habitado pelos índios (...) esta é a ‘periferia’ originante da modernidade, constitutiva de sua primeira definição. É a ‘outra face’ do mesmo fenômeno da modernidade (DUSSEL: 2000, p. 79).

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

Já a face que se sobressai historicamente é a face dos vencedores europeus, responsáveis pela conquista, que, a um só tempo, destruiu a cultura pré-colombiana existente no Continente e desagregou o ser do homem americano pelo estabelecimento violento de outra cultura. Nesse sentido, referindo-se à forma como o homem latino-americano ingressou na civilização ocidental, diz Caldera:

de forma violenta e pela porta dos fundos, entra o homem americano na civilização ocidental. Cultural e moralmente marginalizado, não só por sistema como também por natureza étnica, diminuído e obrigado a trabalhar em condições iguais às do escravo, inicia sua vida ocidental com desvantagem diante dos indicadores desta civilização (CALDERA: 1984, p. 30).

A essa conquista soma-se a conquista de parte da África e do sudeste asiático, verdadeira expansão do homem moderno, que se totaliza, que nega a alteridade antropológica do índio, do africano e do asiático⁷, pois, militarmente, o Outro é negado, alienado, subsumido em sua distinção, até ser incorporado à totalidade dominadora como coisa, como instrumento, como oprimido, como índio *encomendado* e posteriormente assalariado nas futuras fazendas ou como africano escravo nos engenhos de açúcar.

⁷A negação da alteridade antropológica do índio é mensurável: no Brasil de 1500 eram aproximadamente seis milhões de indígenas. Hoje são aproximadamente 750 mil. Contudo, “como resultado da resistência e organização dos próprios indígenas e do trabalho de entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre outras, o número de pessoas solidárias a população indígena vem crescendo a cada ano (...) trata-se de um verdadeiro ressurgimento étnico (chamado de etnogênese), que tem levado à intensificação das mobilizações, pela conquista dos direitos, ocupando, inclusive, um lugar no cenário político nacional” (SEZYSHITA: 2003, p. 22).

**A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo**

Nessa perspectiva, desde 1492, a América Latina é vítima da manifestação explícita de uma Europa conquistadora, expansionista e dominadora do índio enquanto não-ser, alienado e objetivado. Daí a perda da noção de ser, que passa não mais a ser vista a partir do indígena, primeiro habitante do continente, mas a partir do europeu colonizador. É esse ocultamento do ser latino-americano que é criticado pela metafísica da libertação latino-americana. Desocultá-lo para poder decifrá-lo a partir da sua realidade será a tarefa primordial da Filosofia da Libertação. Por isso, Dussel insistirá na pretensão de construir uma Filosofia da Libertação do Outro, daquele que está fora e distante dos horizontes do mundo hegemônico.

Caracterizando essa opressão européia, e, portanto, a realidade geradora de vítimas, Dussel dirá que “Desde o século XVI até o século XX, a América Latina é um Continente ontologicamente oprimido por uma ‘vontade de poder’ exercida pela totalidade européia” (DUSSEL: 1984, p. 216), que impõe ao Terceiro Mundo um capitalismo periférico responsável pela fome, a miséria, a dor e a morte dos pobres, por constituir-se em “fechamento do Ser e impedimento de um verdadeiro pensar, pensar sobre e a partir da realidade” (ZIMMERMANN: 1987, p. 147).

A novidade na propositura de Dussel visa desmascarar esse discurso opressor, essa ontologia que está a serviço do ocultamento do ser latino-americano, propondo um discurso que não parte da filosofia para interpretar a cotidianidade, mas que, ao contrário, parte da cotidianidade em direção à filosofia. Trata-se de um movimento inverso, que visa

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

inverter igualmente o resultado, que seja capaz de perceber o outro, como distinto, como diferente, como outro, contribuindo com a sua libertação.

Aqui se situa o dilema da Filosofia da Libertação, de estar, ao mesmo tempo, ligada às próprias raízes sem negar a contribuição do pensamento exógeno, pensando os problemas filosóficos a partir da periferia. Essa percepção do outro não foi capaz de ter o pensamento do centro, representado, para Dussel, na Antigüidade pela Grécia e na Modernidade pela Europa, que mesmo humanista se tornou opressora. Daí a necessidade de inventar outro caminho, já anunciado por Franz Fanón em 1961 e, antes dele, por José Martí em 1891 e por Bartolomé de Las Casas, em 1552, dentre muitos outros. Nas palavras de Franz Fanón, trata-se da urgência de deixar a Europa: “Deixemos essa Europa que não cessa de falar do homem, enquanto o massacra em todas as partes em que o encontra, em todas as esquinas de suas próprias ruas, em todas as esquinas do mundo” (FANON, 1979, p. 271).

Para José Martí urge a necessidade de criar desde outra Grécia, que a Filosofia da Libertação dirá ser a periferia, o Terceiro Mundo: “Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. É-nos mais necessária” (MARTÍ: 1987, p. 40). Por isso, concluirá o próprio Martí: “a salvação está em criar. Criar é a palavra de passagem dessa geração” (MARTÍ: 1987, p. 42). Criar desde América Latina é o que tem feito a Filosofia da Libertação.

Para Bartolomeu de Las Casas, citado por Dussel como precursor da Filosofia da Libertação (sua primeira fase) e para indicar que os antecedentes desse pensamento libertador são mais antigos que a própria filosofia moderna européia, a forma como os europeus fizeram para

**A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo**

dominar a periferia e extirpar da face da terra as “miseráveis nações”, resume-se na guerra e na servidão. Diz ele:

Sobre esses cordeiros tão dóceis, tão qualificados e dotados pelo seu Criador como se disse, os espanhóis se arremessaram; e como lobos, como leões e tigres cruéis, há muito tempo esfaimados, de quarenta anos para cá, e ainda hoje em dia, outra coisa não fazem ali senão despedaçar, matar, afligir, atormentar e destruir esse povo por estranhas crueldades (LAS CASAS, 1996, p. 26).

Dussel atribui esse pensamento ontológico e essa prática opressora à cristandade, que acaba por abençoar e sacralizar a dominação, geradora de novas vítimas: a colonização, ao proceder o confronto entre dois mundos, tornou-se responsável pela dominação de um sobre o outro, propiciando a destruição do mundo ameríndio sob o pretexto de conquistá-lo, em nome do cristianismo.

4. CONCLUSÃO

A Filosofia da Libertação não rejeita a contribuição das culturas do centro, mas a prepotência e a arrogância de um saber que tenta se impor como sendo “o saber”, que, ideologicamente, dominou toda a América Latina, o que permite dizer que muito da filosofia cultivada entre nós não passou de um simples jogo contemplativo e acadêmico, sem importância alguma para a libertação dos oprimidos.

Contra essa reprodução de um conhecimento pouco relevante para a vida prática das pessoas, a Filosofia da Libertação nega o ser e sua *mesmidade* em nome dos povos periféricos, a partir da sua pulsão de

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

alteridade, responsável por mobilizar, transformar e subverter a própria realidade, com atitude sempre de abertura ao novo, capaz de anunciar a utopia de *outros mundos possíveis*, agrupados em torno da temática do Bem Viver.

Assim, recoloca-se a questão da importância da revolução ecológica, postulada pela Filosofia da Libertação, dada a desvalorização da natureza e a crise ambiental a que chegamos. E ressurge a necessidade, no plano teórico e prático, da mudança no modo de pensar e de agir, colocando o bem comum acima dos interesses individuais, pois a tarefa filosófica segue sendo proceder à práxis-transformadora.

O Bem Viver está fazendo, conceitualmente e na vivência de diferentes experiências em curso, essa revolução ecológica, criticando e combatendo o desenvolvimentismo, oportunizando novas maneiras de organizar a vida. Essa possibilidade de vislumbrar a superação do conceito do desenvolvimento se constitui, como quer ACOSTA (2016), um passo qualitativo importante, pois “o Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político” (ACOSTA, 2016, p. 240). Ou, como quer LATOUCHE (2009), “viveríamos melhor de outra maneira”, fora de um sistema que nos leva à catástrofe.

Viabilizando, portanto, seu próprio projeto utópico crítico, nasce outro paradigma, não mais eurocêntrico, mas mundial, o que possibilita à Filosofia da Libertação fazer a crítica à Modernidade e ao capitalismo, contribuindo na libertação da vítima através de uma Ética, uma Política e uma Economia da Libertação, ainda em construção.

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

A Filosofia da Libertação inspira-se em Marx para construir seu próprio projeto utópico-crítico ao entender que filosofar só é possível a partir da realidade, procedendo, assim, a uma crítica do existente e projetando uma emancipação através do *imperativo político* que é a transformação do mundo em uma moradia digna para todos.

A práxis de libertação está presente nas lutas por libertação em todo o mundo. Prova disso se dá com a presença desde sempre das utopias na América Latina: indígena, da Terra Sem Males, dos imigrantes pobres, da libertação da escravidão, do Bem Viver.

Há, portanto, que seguir perguntando, sempre: de que somos prisioneiros para que precisemos nos libertar?

Responder a essa questão exige, primeiramente, compreender que o processo de dominação econômica, via de regra, se faz acompanhar da dominação cultural, através da alienação que é imposta, por proceder a negação da história do dominado, incluindo a imposição também de um pensamento colonizador.

Posto isso, uma das respostas possíveis seguirá sendo: libertar-se das condições que têm historicamente transformado os sujeitos em objetos, em coisas, ou, em linguagem marxiana, libertar-se das condições que operam a subsunção do outro.

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHTA, Arivaldo

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ARGOTE, Germán Marquín. *Ensayo Preliminar y Bibliografía*. In: DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la liberación latinoamericana**. Bogotá: Nueva América, 1979.

BOULAGA, Eboussi. **La crise Du Muntu: authenticité africaine Et philosophie**. Paris: Présence Africaine, 1977.

CALDERA, Alejandro Serrano. **Filosofia e crise: pela filosofia latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAIO, José Sotero. *Manifesto-Declaração do Rio de Janeiro/1993*. In: PIRES, Cecília Pinto (Org.) **Vozes silenciadas: ensaios de ética e filosofia política**. Ijuí: Editora Injuí, 2003, p.263-271.

CASALLA, Mario Carlos. **Razón y liberación: notas para una filosofía latinoamericana**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação - na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. **Filosofía de la Liberación Latinoamericana**. Bogotá: Nueva América, 1979.

_____. **Para uma ética da libertação latino-americana III: eticidade e moralidade**. São Paulo: Loyola, 1982.

_____. **Filosofía de la producción**. Bogotá: Editorial Nueva América, 1984.

_____. **Ética comunitária**. Madrid, Ediciones Paulinas, 1986.

_____. **Introducción a la filosofía de la liberación**. Bogotá: Nueva América, 1988.

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHITA, Arivaldo

_____. **1492 – O encobrimento do Outro:** a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Filosofia da libertação:** crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. **Filosofia de la Liberación.** Bogotá: Editorial Nueva América, 1996.

_____. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Hacia una filosofía política crítica.** Bilbao: Desclée, 2001.

_____. 20 teses de política. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FANÓN, Franz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FLORES, Alberto Vivar. **Antropologia da libertação latino-americana.** São Paulo: Paulinas, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

GULDBERG, Horacio C. **Filosofia de la liberación latinoamericana.** México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

IFIL. **Livre Filosofar:** Boletim Informativo do Ifil, Ano IX, No.18, 1988.

LAS CASAS, Bartolomé de. **O Paraíso perdido:** Brevíssima relação da destruição das Índias. Trad.: Heraldo Barbuy. 6 ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005.

A filosofia da libertação e bem viver: gênese e pretensão crítica do pensamento
SEZYSHTA, Arivaldo

MARTI, José. **Política de nuestra América**. México: Siglo XXI, 1987.

SEZYSHTA, Arivaldo José e et al. **Por uma terra sem males**: seminário de formação para educadores e educadoras. Recife: Dom Bosco, 2003.

ZEA, Leopoldo. **Dependencia y liberación en la cultura Latinoamericana**. México: Joaquín Mortiz, 1974.

ZIMMERMANN, Roque. **América Latina o não ser**: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976). Petrópolis: Vozes: Petrópolis, 1987.

DESAFIOS CONJUNTURAIS DA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO NACIONAL POPULAR E DEMOCRÁTICO NO BRASIL

[CHALLENGES CONJUNCTURES OF BUILDING A NATIONAL
DEMOCRATIC AND POPULAR PROJECT IN BRAZIL]

Roberto Marinho Alves da Silva

*Doutor em desenvolvimento sustentável e professor associado da Universidade Federal
do Rio Grande Norte
(E-mail: rmas2007@gmail.com)*

Ronalda Barreto Silva

*Doutora em Filosofia e História da Educação e professora adjunta da Universidade
Estadual da Bahia
(E-mail: ronaldabarreto@uol.com)*

Recebido em: 13/03/2018. Aprovado em: 25/05/2018

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

Resumo: O Brasil vive hoje o aprofundamento de uma forte ofensiva neoliberal decorrente de mais uma ruptura institucional em 2016, conduzida pelas elites políticas e econômicas representativas do capital nacional e internacional, com suporte parlamentar, midiático e jurídico que fragilizou o estado democrático de direito e impôs graves retrocessos sociais e econômicos ao povo brasileiro. Nesse contexto, as forças populares e democráticas são desafiadas a intensificar os processos de mobilização social e de disputa eleitoral com o desafio de retomada da democracia e defesa de direitos já conquistados, além de avançar na construção de um projeto nacional popular. O presente artigo pretende contribuir com a análise da recente trajetória da sociedade brasileira, tendo por foco os dilemas e conquistas para enfrentamento das desigualdades sociais, enquanto base para um “projeto social de nação”.

Palavras-chave: Conjuntura nacional. Desigualdade social. Projeto popular.

Abstract: Brazil lives now deepening the strong neoliberal offensive due to another institutional rupture in 2016, conducted by political and economic elites which are representatives of national and international capital, with parliamentary, mass media and judiciary support, that fragilized the democratic state of law and imposed serious social and economic regressions to Brazilian people. Within this context, popular and democratic forces are challenged to intensify their processes of social mobilization and electoral dispute with the challenge of returning democracy and defending the already acquired rights, in addition to advance building a popular national project. This article is willing to contribute with the recent Brazilian society course analysis, focusing in dilemmas and achievements to fight against social inequalities, while it's a base to a "social project of nation".

Keywords: National conjuncture. Social inequality. Popular project.

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

INTRODUÇÃO

O povo brasileiro continua com o grande desafio de construir e sustentar um projeto social, nacional e popular de desenvolvimento que possibilite a superação das desigualdades sociais, a realização de suas capacidades criativas e produtivas em harmonia com a natureza e o fortalecimento da participação cidadã nos destinos da nação.

Na atual conjuntura, esse desafio passa pelo imediato reestabelecimento das instituições democráticas e da retomada do desenvolvimento com soberania nacional, tendo em vista que o Brasil vive hoje o aprofundamento de mais uma crise política, social e econômica decorrente de uma ruptura institucional, maquiada por um processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. A crise teve seus primeiros sinais em 2013 e aprofundou-se a partir de novembro de 2014, conduzida pelas forças de oposição inconformadas com a derrota eleitoral para a Presidência da República, ainda que representando outras forças, a exemplo do empresariado nacional e internacional. Trata-se de uma forte ofensiva neoliberal, com suporte parlamentar, midiático e jurídico que fragilizou o estado democrático de direito e que vem promovendo uma verdadeira regressão civilizacional, com a degradação de valores básicos de sociabilidade e de solidariedade. A cultura do ódio tem sido disseminada pela mídia e forças de extrema direita, produzindo um senso comum de caráter fascista que atinge duramente a defesa dos direitos humanos e promove o aumento da violência, repressão e criminalização dos movimentos sociais.

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

O fato é que a crise institucional no Brasil assumiu características de um golpe de estado que alterou as regras de funcionamento das instituições democráticas do estado de direito para promover mudanças no poder político sem a legitimidade da soberania popular: “Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político” (BIANCHI, 2016). Dessa forma, o golpe de 2016 permitiu a abertura de uma verdadeira "caixa de maldades contra o povo brasileiro", impondo rapidamente uma agenda de flexibilização e redução de direitos sociais e trabalhistas, acompanhada de um forte congelamento no orçamento das políticas sociais com a precarização dos serviços públicos, expressando o ideário neoliberal de um "estado mínimo para os pobres e máximo para as elites" que se completa com as privatizações e a dilapidação do patrimônio nacional entregue ao capital internacional por preços irrisórios.

Por outro lado, amplia-se a resistência social diante da truculência de setores conservadores e da atuação do judiciário e do governo ilegítimo que afronta aos direitos constitucionais recém-conquistados pela sociedade brasileira. Movimentos sociais, partidos políticos de *esquerda* e frentes populares denunciaram fortemente o golpe. Além da denúncia e da intensificação dos processos de mobilização social pela retomada da democracia no Brasil, essas forças políticas democráticas e populares se integram, cada vez mais, em torno de uma agenda de lutas contra as reformas privatistas e a redução dos direitos sociais. Além disso, foram definidas estratégias mais amplas para retomar processos participativos de formulação de um projeto nacional de caráter popular. A Frente Brasil

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

Popular, por exemplo, apresentou, em maio de 2017, um "Plano Popular de Emergência" (FBP, 2017) contendo propostas para enfrentamento da crise e convocou um "Congresso do Povo" em 2018, propondo à população o debate sobre a conjuntura e a criação de saídas para problemas locais e nacionais: "um grande mutirão de trabalho de base utilizando uma metodologia de educação popular em todo o território nacional que culminará no Congresso do Povo".

Coloca-se, então, o desafio e a oportunidade de avançar na construção de um projeto nacional popular e democrático para o Brasil. Para tanto, faz-se necessário resgatar a recente trajetória brasileira do período da redemocratização dos anos 1980 até o momento atual, buscando compreender, nos diferentes contextos, as forças que impulsionam e as que restringem o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas com fortalecimento da democracia. O presente artigo contém uma leitura dessa trajetória recente e oferece subsídios para compreensão e debate da complexa conjuntura na qual estamos inseridos.

1. O CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO: DOS AVANÇOS CONSTITUCIONAIS DE 1988 ÀS RESTRIÇÕES DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

A questão da desigualdade social, nas suas diversas formas e expressões, é fundamental para compreensão dos dilemas globais e da sociedade brasileira, pois expressa a disputa em torno da repartição da riqueza gerada socialmente. No contexto mundial temos a constatação de que apenas 1% da parcela mais rica da população detém uma riqueza maior

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

que os outros 99% juntos. O estudo divulgado pela Oxfam desnuda essa realidade ao mostrar que oito pessoas ultramilionárias detêm a mesma riqueza que as 3,7 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. No Brasil, considerado o 10º país mais desigual do mundo, a situação é ainda mais grave: "No início de 2017 os seis maiores bilionários do País juntos possuíam riqueza equivalente à da metade mais pobre da população" (OXFAM, 2017, p. 21).

Tal realidade expressa padrões históricos de concentração de riquezas, acompanhada de acúmulos de *déficits* sociais, com repercussões nas péssimas condições de vida da maioria da população. Para um país que conquistou posição elevada entre as maiores economias do mundo¹, a manutenção de parte significativa da população em condições de pobreza e de extrema pobreza é uma questão estrutural do modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista. Embora as raízes das desigualdades no Brasil tenham sido semeadas durante a nossa formação social colonial, quando se inaugurou quase quatro séculos de escravidão, o avanço da concentração da riqueza resultou também do recente processo nacional de modernização.

Singer (1986) demonstra que, entre 1960 e 1980, durante o período do regime ditatorial militar, houve uma redução da renda apropriada pelos mais pobres de 24,9% para 19,6%, enquanto que a renda dos mais ricos subira de 39,6% para 47,7% do total. A repartição da renda extremamente desigual foi um dos legados sociais do regime ditatorial militar e marcou profundamente o país: "O pico da desigualdade de renda ocorreu em 1989, final do Governo Sarney, quando o piso da renda dos 5% mais ricos

¹ Em 2011, o Brasil alcançou o posto de 6ª maior economia do mundo ao ultrapassar o Reino Unido.

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

correspondia a 79 vezes o teto da renda dos 5% mais pobres" (ARRETCHE, 2015, p.1).

Tal realidade explica porque, no contexto da redemocratização nacional em que foi se formando uma extensa agenda política, econômica e social de mudanças, o enfrentamento das desigualdades tornou-se uma das prioridades para os movimentos sociais e demais forças progressistas, de modo que, durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988) foram criados, garantidos e ampliados direitos civis, políticos e sociais. A redução das desigualdades tornou-se um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme expresso no inciso III do art. 3º da Constituição de 1988: “[...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988).

Mesmo que marcada pelos seus limites e contradições, a Constituição Federal possibilitava ampliar a intervenção social do Estado, oferecendo novas bases para o reconhecimento de direitos dos trabalhadores², prevendo mecanismos de participação e controle social nas políticas públicas e criando um novo padrão de proteção social, conforme expresso no art. 194 da Constituição, ao definir a seguridade social enquanto “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

No entanto, logo após a promulgação da Constituição Federal, ficou clara a contradição entre os avanços sociais constitucionalmente

² O Art. 6º da Constituição Federal reconhece como direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”.

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

previstos e as políticas neoliberais orientadas por estratégias privatizantes e de desmonte do Estado e das suas políticas sociais para ajustar a economia brasileira aos interesses da reestruturação produtiva do capital ou, "em outros termos, de uma nova modalidade do regime de acumulação, um regime mundializado sob a égide financeira, consolidado a partir de políticas de liberalização e de desregulamentação" (SILVA, 2001, p.157).

Com a rearticulação do bloco conservador no poder que garantiu a eleição de Fernando Collor de Melo com seu vice Itamar Franco, em 1989 e, posteriormente, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, os processos de regulamentação e de implantação dos serviços, benefícios e ações da seguridade social foram caracterizados por tensionamentos, pela lentidão e pelas restrições de acesso, isso em um contexto dramático de estagnação econômica, com elevado desemprego e consequente aumento da pobreza e da desigualdade social no país, nos anos 1990. Consta-se "uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora" (YAZBEK, 2012, p. 303).

Tal situação expressa a adesão dos governos brasileiros às reformas neoliberais expressas no chamado "Consenso de Washington"³, com suas medidas de ajuste fiscal e de limitação da intervenção do Estado para por

³ O Consenso de Washington é uma lista de políticas elaborada em 1989 por técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e por acadêmicos norte-americanos, como sendo as medidas adequadas para promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil. Desde então, o FMI e o Banco Mundial passaram a exercer forte pressão sobre esses países para implementação dessas medidas como condição de concessão de empréstimos.

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

fim à crise da dívida externa, à estagnação econômica e aos altos índices inflacionários. Na verdade, essa perspectiva neoliberal vinha sendo formulada desde o final da 2ª Guerra Mundial até a década de 1970, em oposição ao keynesianismo e ao *welfare state*, ou seja, contra a intervenção do Estado na regulação da economia, atuação em setores estratégicos e no oferecimento de serviços sociais. A doutrina desenvolvida por Hayek e Milton Friedman tinha “o objetivo de atacar as restrições que o Estado intervencionista impunha à economia, as quais, em sua opinião, seriam o caminho da servidão” (SILVA, 2001, p. 160).

A prioridade para a estabilidade econômica com base no equilíbrio orçamentário e fiscal era desfavorável às reformas sociais constitucionalmente previstas no campo da proteção social na esfera pública estatal. Além disso, a centralidade do mercado na condução da política econômica resultou em um Estado enfraquecido, com baixa capacidade de regulação e de intervenção econômica e social, com degradação de seu aparato administrativo, acelerada abertura de mercado e privatização de empresas estatais.

A despeito da comemorada estabilização monetária alcançada com o Plano Real, a economia nacional ficou praticamente “estacionada” com crescimento econômico pífio diante de taxas de juros escorchantes, elevado desemprego, renda *per capita* estagnada, aumento do endividamento interno e externo e a financeirização da economia, em que o capital financeiro tornou-se dominante e se apropria da riqueza criada na produção e dos juros sobre as dívidas pública e privada.

Nesse sentido, um aspecto importante, relativo à implementação de políticas oriundas do Consenso de Washington, expressa-se na análise dos

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

seus ideólogos a respeito do “lento crescimento econômico em toda a América Latina, nos anos 90 e início dos anos 2000, buscando responder “O que saiu errado?” (WILLIAMSON e KUCZYNSKI, 2004). Os autores apontam que, talvez, a omissão mais notória tenha sido não tornar o mercado de trabalho mais flexível e ressaltam o “poder” dos sindicatos, sobretudo os sindicatos de professores e do funcionalismo público, como obstáculo das reformas que deveriam ser implementadas. Aqui apresenta-se uma luta fundamental que se trava atualmente na sociedade brasileira, entre a manutenção e ampliação de direitos ou a realização das "contrarreformas" neoliberais com a retirada e redução dos direitos sociais para atender aos interesses do capital, conforme veremos adiante.

2. A PERSPECTIVA NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Os mandatos do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2016, foram marcados pelas contradições de um governo de coalizão entre forças representativas do capital e do trabalho que representa uma inflexão na trajetória das políticas neoliberais da década de 1990, mas sem romper frontal e integralmente com as políticas de estabilização monetária do período anterior, de garantia de *superávit* primário, do regime de metas de inflação e do câmbio flutuante, entre outras. A “Carta ao Povo Brasileiro”, apresentada pelo PT em julho de 2002, em um contexto de fragilidades econômicas decorrentes do fracasso das políticas neoliberais e que poderiam ser agravadas pelas especulações eleitorais, expressou exatamente

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

a negação de uma postura de ruptura para adoção de uma transição progressiva para um novo modelo de desenvolvimento.

Passado o período inicial de governo, foi possível avançar nas tentativas de retomada do desenvolvimento nacional em novas bases, rompendo com a ortodoxia neoliberal: "a construir um Novo Desenvolvimentismo, um novo padrão de desenvolvimento substancialmente distinto tanto do neoliberalismo quanto do antigo nacional-desenvolvimentismo predominante no passado" (MERCADANTE, 2010, p. 17). O que se passou a chamar de neodesenvolvimentismo e também de sociodesenvolvimentismo expressa essa tentativa de compatibilizar o crescimento econômico com a redução da desigualdade social, ou seja, de articulação de políticas macroeconômicas associadas a programas sociais de promoção de igualdade de oportunidades.

Outras características desse modelo era a busca de inserção soberana no mercado com acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais; a formação de *superávits* na balança comercial com uma intensa modernização da produção industrial orientada para as exportações e para o consumo interno. A dinamização do mercado consumidor interno deveria ocorrer com os aumentos constantes do salário mínimo, de programas sociais de transferência de renda, dos investimentos em infraestrutura (Plano de Aceleração do Crescimento - PAC), da ampliação das oportunidades de emprego e da expansão do crédito, entre outros fatores. O fortalecimento e a intervenção do Estado foram fatores primordiais para criar as oportunidades de investimentos, conforme ressalta Pochman (2010, p. 41):

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

A partir do governo Lula, o Brasil passou a demonstrar importantes sinais de transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista. A identificação básica de que o Estado faz parte das soluções dos problemas existentes não implicou reproduzir os traços do velho modelo nacional desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1970. Pelo contrário, assistiu-se à reafirmação da soberania nacional, com profunda reorientação na inserção internacional, seja pela passagem da condição brasileira de país devedor para a de credor de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, seja pela formação de significativas reservas externas, seja pelo redirecionamento do comércio externo e da cooperação técnica para o âmbito das relações Sul-Sul. Dessa forma, as crises externas deixaram de expor a sociedade brasileira às mesmas fragilidades e dificuldades impostas durante a vigência do modelo neoliberal.

De fato, o Brasil vivenciou aumento das taxas de crescimento econômico e melhorias nos indicadores sociais, fortalecendo a proposta de um novo desenvolvimentismo. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) melhorou e foi acompanhado pela redução da taxa de desemprego e pelo aumento do rendimento médio real da população ocupada. O PIB saltou de US\$ 507,96 bilhões, em 2002, para US\$ 2,616 trilhões, em 2011, quando o Brasil alcançou a condição de 6ª maior economia do mundo, conforme dados do Banco Mundial⁴. Em 2014, marco da atual crise institucional, o PIB Nacional era de US\$ 2,456 trilhões. O PIB *per capita* mais que triplicou, passando de R\$ 7.600,00, em 2002, para R\$ 24.100,00, em 2011. Com a melhoria econômica, as reservas internacionais do Brasil aumentaram de US\$ 37,6 bilhões, em dezembro de 2002, para US\$ 373,4 bilhões em dezembro de 2014⁵. Outros indicadores fundamentais na economia são os de forte ampliação do crédito e a redução da taxa de juros

⁴ Consulta realizada no sítio do Banco Mundial. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>

⁵ Consulta realizada no Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?rp20150102>

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

(Selic/Copom) que passou de 24,9% ao ano em dezembro de 2002, para 7,14% em dezembro de 2012⁶.

Alinhadas com a melhoria do ambiente econômico, a ampliação do emprego e a política de valorização do salário mínimo (SM) foram fatores fundamentais para ampliação do mercado consumidor interno, produzindo uma situação favorável na economia nacional capaz de reduzir os impactos internos da crise internacional que se instalou em 2008. A taxa de desemprego medida pela PME/IBGE caiu de 12,9% para 4,3% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2014⁷. Conforme o IBGE (2014, p. 127/128), a formalização do emprego foi uma constante nesse período: em 2004, o número de trabalhadores em empregos formais era de 37,4 milhões e, em nove anos, esse número aumentou 47,8%, passando para 55,3 milhões.

Quanto ao salário mínimo, verifica-se que passou de US\$ 66,78, em dezembro de 2002, para US\$ 308,09, em dezembro de 2014, atingindo diretamente 48 milhões de pessoas⁸. Os aumentos reais no SM foram fundamentais para que o Brasil, entre 2004 e 2014, conseguisse reduzir a extrema pobreza em pelo menos 63%, segundo análise do IPEA (2015). Isso porque, além de referência para o trabalho assalariado, o SM é o piso dos benefícios previdenciários que foram garantidos na Constituição de

⁶ Consulta realizada no Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas>

⁷ Consulta realizada no IPEADATA disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38401>

⁸ Consulta realizada no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

1988, tendo sido ampliado o acesso aos mesmos pela parcela mais pobre da população, sobretudo à previdência social nas áreas rurais.

Da mesma forma, os programas de transferência de renda foram fortalecidos, com destaque para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passou de 346 mil para 4,3 milhões de beneficiários entre 1996 e 2016, e para o Programa Bolsa Família (PBF) que atende a parcela extremamente pobre do país, tendo alcançado, em maio de 2016, mais de 13,8 milhões de famílias⁹. Deve-se considerar também que foram expandidos os recursos aplicados nas políticas sociais, a exemplo da educação, cujos investimentos passaram de 3,74% do PIB, em 2002, para 6,0%, em 2014¹⁰. O fato é que o Brasil melhorou seus indicadores sociais, principalmente aqueles que dizem respeito à redução da pobreza extrema e ao aumento da capacidade de consumo interno das camadas pobre e média da população, com o crescimento da aquisição de bens duráveis e o acesso a serviços públicos essenciais: "o processo de redução da pobreza caminhou junto com a redução das desigualdades de acesso a direitos, serviços e bens, fundamentalmente para os mais pobres" (CAMPELO, 2017, p. 70).

Apesar desse dinamismo social e econômico gerar empolgação, Castelo (2012) ressalta que o novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI enquanto uma estratégia de manutenção da hegemonia burguesa na condução do desenvolvimento nacional. Porém, diferente da ideologia do nacional desenvolvimentismo da década de 1950, a intervenção estatal tendia a ser moderada, não devendo obstruir o investimento privado, mas

⁹ Consulta realizada no MDS em maio de 2016 disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php

¹⁰ Consulta realizada no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

atuando enquanto um instrumento de impulso do setor dinâmico da economia. Ou seja, mantendo a primazia do mercado e seus mecanismos de produção da riqueza. Dessa forma, a política econômica foi orientada para manter o *déficit* estatal reduzido, estimulando a competitividade com taxas de juros decrescentes e elevadas taxas de câmbio em favor do setor exportador, o que exigiu também o comprometimento dos trabalhadores com ganhos de produtividade e a estabilidade social com controle e moderação nas reivindicações, sobretudo salariais, como subsídios às exportações industriais (KAT'Z, 2016). Finalmente, apesar de conter propostas incluídas e de atuar com medidas de redução de desigualdades, o modelo não continha, nem permitia a realização de reformas estruturais que possibilitassem avançar na desconcentração das riquezas.

Apesar de dialogar com os Governos Lula e Dilma, respaldando os avanços em algumas políticas sociais, os movimentos sociais expressavam suas críticas ao modelo neodesenvolvimentista, reconhecendo nele a continuidade de um padrão de desenvolvimento da ordem capitalista no País, operada por uma frente política ampla com hegemonia do capital. Isso explica, por exemplo, a forte adesão e mobilização de jovens estudantes, de partidos políticos e outras organizações de *esquerda* críticas ao Governo Federal no início das manifestações de 2013, exigindo mudanças nos padrões das políticas de educação, de saúde, de transporte etc.:

Para além das manifestações de junho de 2013, o que temos hoje (e que irá prosseguir) é a explicitação dos limites do padrão de desenvolvimento capitalista implantado no país desde 2002 sob a direção da frente política do neodesenvolvimentismo sob inspiração do lulismo. As manifestações sociais expõem uma demanda reprimida de necessidades sociais e carecimentos radicais candentes do proletariado urbano brasileiro – incluso camadas médias assalariadas. Na verdade, o sistema democrático-

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

político da ordem burguesa no Brasil (e nos países capitalistas mais desenvolvidos) está paralisado há tempos em sua capacidade de dar respostas efetivas às demandas coletivas por reformas sociais (ALVES, 2013).

Tornou-se claro que o modelo neodesenvolvimentista encontra seus limites no próprio Estado, ou seja, na incapacidade de ampliar significativamente os ganhos sociais dos trabalhadores (que reivindicam acesso a uma maior parcela da renda e aos serviços públicos de melhor qualidade) e de operar reformas contrárias aos interesses das frações dominantes. Para isso, seria necessário que o governo rompesse efetivamente com essas frações das elites dominantes, para ter sustentação e governabilidade baseadas em outra configuração de frente política vinculada a um bloco de poder popular. No entanto, como se sabe, os quatro mandatos do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República expressam apenas certo deslocamento do centro do bloco do poder, com uma ampla frente política que articulava parte da burguesia nacional e setores representativos da classe trabalhadora, o que não significava a construção de um novo bloco no poder com protagonismo das forças populares. Mesmo quando a crise se aprofundou após as eleições de 2014, a Presidenta Dilma tentou reconstruir sua base de apoio junto aos setores empresariais com políticas econômicas mais próximas da ortodoxia neoliberal e, mesmo assim, a coalizão se rompeu.

Dessa forma, apesar das críticas e rupturas essenciais, não partiu dos movimentos sociais críticos ao Governo o processo que resultou na instauração da atual crise institucional. O rompimento se deu exatamente no polo oposto, pelas frações da burguesia representativa do capital nacional (agrário, comercial, industrial e financeiro) que haviam aderido à

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

frente política que dava sustentação aos governos de Lula e Dilma, além dos interesses do capital internacional com seus aliados internos. Para levar adiante seu projeto de manutenção do poder central alinhado aos seus interesses, ou seja, sem as contradições de um governo de coalizão comandado pelo Partido dos Trabalhadores, as elites políticas e econômicas dominantes buscaram capturar a insatisfação popular, contando com amplo apoio da mídia, a partir de uma narrativa "moralista", de combate à corrupção da operação "lava jato". Os graves problemas nacionais foram canalizados para essa "única causa" e para um "único culpado": os governos petistas, escamoteando a raiz desses problemas, criando uma ambiência para o avanço das forças conservadoras.

3. CRISE INSTITUCIONAL E RETROCESSOS SOCIETÁRIOS NO BRASIL ATUAL

Além dos limites e contradições do neodesenvolvimentismo, a ruptura interna da frágil frente política de sustentação do governo da Presidenta Dilma Rousseff está relacionada a um complexo conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais. Já ressaltamos as dificuldades e limites de atendimento das demandas e das expectativas de superação das carências sociais e econômicas de camadas médias assalariadas urbanas, fragilizando a base de coesão social que havia sido construída nos momentos favoráveis de crescimento econômico articulado à melhoria do emprego, da renda e da ampliação das políticas sociais.

Parte desses limites decorre do agravamento do cenário econômico global que se tornou desfavorável aos países emergentes ou em

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

desenvolvimento. Além da redução no volume de novos investimentos estrangeiros no Brasil, a partir de 2014, verifica-se uma queda dos preços das *commodities* acompanhada da redução da demanda global. Em 2015 a situação se agravou, segundo notícia oficial da Agência Brasil (EBC, 2016): "Entre os produtos afetados pelo fenômeno da queda de preços estão o minério de ferro, complexo soja e petróleo bruto. Segundo o Secretário de Comércio Exterior, eles responderam, juntos, por cerca de 70% da queda total das exportações brasileiras em 2015". De modo geral, os limites do mercado externo revelaram a forma de inserção dependente do Brasil no mercado mundial, mesmo com as tentativas de diversificação de parceiros comerciais.

A piora do cenário internacional para a economia brasileira tornou-se uma oportunidade para nova investida dos EUA que há muito demonstrava sua insatisfação com as articulações entre os países emergentes, a exemplo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e dos países latino americanos na UNASUL. Ao analisar a situação geopolítica do golpe de 2016, Pepe Escobar esclareceu que o Brasil encontrava-se no epicentro de uma “Guerra Híbrida” que se caracteriza por formas sutis de provocar conflitos e uma maciça desestabilização política e econômica dentro de um país alvo com a finalidade de “destruir projetos conectados transnacionais multipolares”. Dessa forma, nada mais confortável aos EUA que o enfraquecimento e desarticulação dos emergentes com o potencial que isso poderia significar do ponto de vista de desequilíbrio da hegemonia global:

Os países do BRICS (Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul) – uma sigla/conceito amaldiçoada no eixo Casa Branca-Wall Street – só tinham de ser os primeiros alvos da Guerra Híbrida. Por uma miríade de razões,

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

entre elas: o plano de realizar comércio e negócios em suas próprias moedas, evitando o dólar norte-americano; a criação do banco de desenvolvimento dos BRICS; a declarada intenção de aumentar a integração na Eurásia, simbolizada pela hoje convergente “Rota da Seda”, liderada pela China – Um Cinturão, Uma Estrada (OBOR, na sigla em inglês), na terminologia oficial – e pela União Econômica da Eurásia, liderada pela Rússia (EEU, na sigla em inglês) (ESCOBAR, 2016).

No mercado interno, a retração na produção teve rápido reflexo na redução do consumo com queda nas taxas de emprego e forte perda de arrecadação fiscal. A queda do PIB, de 3,8% em 2015, refletia a situação do país, com aumento do desemprego, redução da renda e retração do crédito, provocando uma queda no consumo das famílias. Com a redução do nível de atividade e da arrecadação de impostos, o Governo Federal promoveu um ajuste fiscal com cortes de investimentos e elevação da taxa de juros "tendo como objetivo resgatar a confiança do mercado e voltar a realizar *superávits* primários. Isso, como sabido, eleva o total de juros a ser pago e, num quadro de recessão, aumentará significativamente a relação dívida/PIB e principalmente a proporção juros pagos e PIB" (MARQUES E ANDRADE, 2016, p. 393).

A situação econômica foi contaminada e agravada ainda mais pela crise institucional. O desgaste político do governo que teve início com as mobilizações de 2013 e com o aproveitamento midiático para tal fim, avançou em 2014 em uma acirrada disputa eleitoral. Passadas as eleições, desde o anúncio da vitória da Presidenta Dilma com 51,64% dos votos, a oposição derrotada não lhe deu trégua e contou com o apoio de um Congresso Nacional eleito em 2014 com perfil extremamente conservador. A perda da base de apoio no Congresso se agravou com a eleição de Eduardo Cunha do PMDB para a presidência da Câmara Federal que

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

passou a ameaçar o poder executivo com as chamadas "pautas bombas" incentivadas pela oposição.

Mas o principal fator político mobilizador contra o Governo do PT foi a chamada "Operação Lava Jato" que vinculou a corrupção nos contratos das estatais, sobretudo da Petrobras, às principais lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores e do Governo, omitindo a vinculação da corrupção com partidos e lideranças da oposição. O fato é que o ambiente de crise política prejudicou o funcionamento de instituições, reduziu governabilidade e atingiu a economia: "a Operação Lava-Jato envolve setores de atividade importantes, tendo 23 grandes empresas do setor energético e da construção civil, empregando quase 500 mil trabalhadores se consideradas em conjunto com suas quase 50 mil empresas prestadoras de bens e serviços. Tais empresas correspondem a 13% do PIB brasileiro" (MARQUES E ANDRADE, 2016, p. 399).

A mobilização realizada pela Operação Lava Jato tem respaldo na complexidade da mentalidade comum vigente na sociedade brasileira, bem explicada por Jessé de Souza (2017) pela via do acesso e manipulação dos capitais econômico, cultural e social, o que determina a posição de poder e prestígio das elites. No que se refere às relações pessoais, a crença de que o "jeitinho brasileiro" determina a corrupção "endêmica" que afeta o País e é visto como marca de nosso atraso pré-moderno, da continuidade com Portugal. Pressuposto inquestionável que domina todas as classes sociais e que fundamenta o prestígio da referida Operação. Segundo o autor, o conceito fajuto de "jeitinho" esconde o trabalho da dominação de alguns sobre outros ao pressupor que todos o usam, criando generalizações que

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

esconde a raiz de todas as desigualdades que é o acesso desigual aos capitais econômico e cultural:

A classe média vai tender – do mesmo modo como os ricos fazem com o dinheiro – a perceber o conhecimento valorizado como algo que deve ser exclusivo à sua classe social. Sua participação nos golpes contra as classes populares tem muito a ver, portanto, com estratégias de reprodução de privilégios e muito pouco com moralidade e combate à corrupção. (SOUZA, 2017, p. 56)

O cenário político passou a ser marcado pela presença de movimentos com características conservadoras e fascistas que passaram a criminalizar pessoas que assumiam posição de "esquerda", os movimentos sociais e entidades de defesa de direitos humanos, as mulheres (misoginia), entre outras vítimas do ódio que ia sendo propagado diariamente pelo país. A propagação do ódio, determinada, sobretudo, pela postura política da imprensa, tem seu fundamento na lógica de produção das mercadorias simbólicas: a informação e o conhecimento, “momento decisivo da decadência da reflexão racional como recurso societário”. Dessa forma, “A lógica da maximização do lucro, aplicada à produção dos bens simbólicos desvirtua o próprio valor de uso do bem cultural, que é desenvolver a capacidade reflexiva” (SOUZA, 2017, p. 72).

Na esteira da crise, o PMDB iniciou suas artimanhas políticas para conquistar a adesão de setores de oposição ao governo, apresentando propostas para a crise no documento intitulado “Ponte para o Futuro”. Lançado em novembro de 2015 pela Fundação Ulysses Guimarães, vinculada ao partido, o documento apresenta um diagnóstico da situação política, econômica, social e fiscal do Brasil e elenca as mesmas propostas de soluções para a crise que estavam previstas no "Consenso de

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

Washington", o que pressupõe desmontar os fundamentos da Constituição Federal de 1988, minimizando a atuação do Estado e atacando os direitos sociais, conforme comentaremos adiante.

As lideranças do PMDB atuavam de forma contraditória, algumas expondo a falsa intenção de continuar contribuindo com o governo legítimo, outras atuando claramente para enfraquecer o governo. O PT, buscando desesperadamente recuperar as condições de governabilidade, ampliou e fortaleceu ainda mais a presença do PMDB na composição ministerial, contando com uma parte da base partidária que “prometia” lealdade. Mas o rompimento estava já em andamento, com o partido fazendo as contas e apostando suas fichas na possibilidade de ascender ao poder executivo com a queda da Presidenta Dilma Rousseff. O vice-presidente da República, Michel Temer, eleito em 2014, participou ativamente da articulação do processo de impeachment da Presidenta e assumiu o poder sem a legitimidade das urnas, tendo, hoje, um dos maiores índices de rejeição da história do País.

Embora essa realidade expresse o esgotamento da pactuação ou da coalizão que deu base para os governos do PT de 2003 a 2013, deve-se considerar os interesses dos setores econômicos do capital nacional e internacional no apoio efetivo ao golpe institucional. É perceptível o interesse das multinacionais do petróleo na mudança nas regras de exploração das reservas do "pré-sal". Percebe-se que o Brasil não é um caso isolado no contexto político latino americano onde organizações internacionais e empresas nacionais apoiam lideranças liberais e conservadoras, financiam campanhas midiáticas e mobilizações para

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

desestabilizar governos de perfil democrático e popular¹¹. A importância da mídia nesse processo se dá em virtude de ser porta voz desses interesses, na conquista da opinião pública, com o fim de legitimar a invasão da esfera privada sobre a esfera pública, infringindo, inclusive, dispositivos legais na perspectiva de realizar uma grande manipulação política, no processo de passagem da imprensa de opinião para a imprensa como negócio, segundo Souza (2017, p. 72):

Como conciliar o acesso democrático à informação com os interesses privatistas da maximização do lucro e da expropriação do trabalho coletivo? Por conta disso, a mudança estrutural da esfera pública nos séculos XIX e XX está intimamente relacionada com a mudança estrutural da sua instituição mais importante: a imprensa.

Consolidado o golpe, esses interesses econômicos ficaram cada vez mais claros. O Governo Temer e seus aliados impuseram, de imediato, uma mudança estrutural, de longo prazo nas finanças públicas, limitando as despesas sociais da educação, saúde, assistência social, habitação, ciência e tecnologia, entre outras, justificando que a origem da crise estava nos gastos sociais e na expansão dos serviços públicos. A Emenda Constitucional 95/2016 congelou por 20 anos os gastos sociais do Governo Federal, modificando os critérios para cálculo das despesas mínimas que passam a ser corrigidos pela variação da inflação do ano anterior, sem aumento real. Já as despesas financeiras, de pagamento da dívida e dos juros da dívida pública, permanecerão como está, ou seja, consumindo cerca de 44% do

¹¹ "Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana". Reportagem publicada em <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

Orçamento Geral da União. Para Araújo (2016), essa medida, exclui os gastos sociais da dinâmica econômica e canaliza todo o crescimento da economia para pagamento das despesas financeiras: "No fundo, estaremos tirando recursos dos mais pobres para pagar os bancos e as grandes empresas. Simples assim".

Além do ajuste fiscal, as demais "reformas" propostas e conduzidas pelo governo ilegítimo e seus aliados no Congresso Nacional expressam um "programa econômico do mercado". A começar pela flexibilização total da terceirização e na reforma trabalhista, com a perda de direitos históricos (em alguns casos, voltamos à realidade do Séc. XIX), com redução das atribuições dos sindicatos, o enfraquecimento da Justiça do Trabalho e da fiscalização. A agenda da "Ponte para o futuro" também contém propostas de "reforma" da previdência pública que restringe o acesso a direitos, sobretudo aos mais pobres, cujo rendimento não permite o pagamento de planos privados de previdência, ao mesmo tempo em que preserva privilégios dos sonegadores¹². De modo geral, essas iniciativas expressam uma regressão civilizacional no campo da proteção social com a desresponsabilização do Estado:

O que o governo Temer e acólitos estão fazendo, neste sentido, através da reforma trabalhista, é ajustar o Brasil a essa tendência contemporânea de pretender acabar com o ser coletivo, própria da sociedade pós-industrial e de um Estado descompromissado com o dado nacional. (SANTOS, 2017, p. 36)

¹² Conforme o relatório final da CPI da Previdência (SENADO FEDERAL, 2017, p. 183): "a dívida da previdência em âmbito federal reconhecida chega a um montante de mais de R\$ 450 bilhões".

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

O ajuste fiscal implicou no desmonte de políticas públicas com perspectivas emancipatórias, com a extinção e rebaixamento de órgãos governamentais e a drástica redução orçamentária de políticas que haviam sido conquistadas pelos movimentos sociais e que expressavam a ampliação de direitos para segmentos da população historicamente excluída: mulheres, jovens, catadores e catadoras de materiais recicláveis, população em situação de rua, população negra, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, entre outros.

Além do ajuste fiscal, a agenda econômica do governo ilegítimo de Michel Temer inclui programas de privatização de empresas estatais e de desnacionalização, com desregulamentação de atividades econômicas estratégicas em benefício das empresas privadas nacionais e internacionais, a exemplo da exploração de petróleo, com mudanças na legislação do pré-sal, alargando o espaço para atuação das grandes petrolíferas norte-americanas. Outros setores estratégicos nacionais como o de geração de energia também estão sendo transferidos para empresas internacionais. Recentemente, o governo ilegítimo expressou sua intenção de venda de ações preferenciais da Embraer que poderá ser controlada pela poderosa Boeing dos EUA.

Ao analisar essas políticas, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2017), chama a atenção para a aderência dessas medidas às políticas neoliberais propostas no "Consenso de Washington", que vão desde a disciplina fiscal, passando pela abertura comercial e eliminação das restrições ao investimento direto estrangeiro, inclusive com a privatização de empresas estatais, até a flexibilização e eliminação de direitos sociais. Esta é também a constatação da economista Maria da Conceição Tavares

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

ao alertar para os retrocessos nacionais que estão contidos nas reformas sociais e econômicas impostas ao povo brasileiro a partir do golpe de 2016:

Com o neoliberalismo não vamos a lugar algum. Sobretudo porque, repito: historicamente o Brasil nunca deu saltos se não com impulsos do próprio Estado. Esses últimos dois anos têm sido pavorosos, do ponto de vista econômico, social e político. Todas as reformas propostas são reacionárias, da trabalhista à previdenciária. Vivemos um momento de “acerto de contas” com Getúlio, com uma sanha inquisidora de direitos sem precedentes. Trata-se de um ajuste feito em cima dos desfavorecidos, da renda do trabalho, da contribuição previdenciária, da mão de obra. O Brasil virou uma economia de rentistas, o que eu mais temia. É necessário fazer uma eutanásia no rentismo, a forma mais eficaz e perversa de concentração de riquezas. (TAVARES, 2017, p. 203)

Os indicadores econômicos e sociais expressam o alto preço pago pela população mais pobre do país. Entre 2015 e 2016, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2017, p. 13), o PIB *per capita* e o consumo das famílias decresceram 8,4% e 7,4%, respectivamente, sendo estas as maiores quedas de ambos indicadores na série histórica coordenada pelo Instituto. Em grande parte, essa piora nas condições de vida, sobretudo da parcela mais pobre, advém do aumento do desemprego, conforme recentemente divulgado pelo IBGE (2018): no quarto trimestre de 2017, a taxa de subutilização da força de trabalho (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da força de trabalho potencial) ficou em 23,6%, o que representa 26,4 milhões de pessoas. Para se ter uma idéia do agravamento dessa situação, basta lembrar que no quarto trimestre de 2014 essa taxa era de 15%.

A volta do Brasil ao “Mapa Mundial da Fome” da FAO/ONU, do qual havia saído em 2014, é uma realidade iminente. Mas a crise, é claro, não é para todos: entre março de 2016 e março de 2017, segundo o relatório

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

da Oxfam (2018), o Brasil ganhou 12 novos bilionários, passando de 31 para 43. Segundo o estudo, o patrimônio somado dos bilionários brasileiros chegou a US\$ 549 bilhões em 2017, com crescimento de 13% em relação ao ano anterior, enquanto que os 50% mais pobres do país viram sua participação na fatia da renda nacional ser reduzida ainda mais, de 2,7% para 2%.

4. DILEMAS E DESAFIOS PARA AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO NACIONAL POPULAR.

A reação ao golpe de 2016 por parte dos movimentos populares e de outros setores políticos e culturais da sociedade brasileira, inclusive com a criação de frentes amplas (Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo), não conseguiu barrar o retrocesso político, mas permanece a mobilização popular diante da afronta aos direitos sociais. Por isso mesmo, esses espaços de resistência estão sendo claramente atacados e criminalizados na sociedade. Além dos movimentos sociais e partidos de esquerda, com destaque para o linchamento público do Partido dos Trabalhadores, a inteligência representada pela universidade brasileira e seus intelectuais, também são alvos de perseguições jurídicas e midiáticas, de acordo com o *modus operandi*. Em um primeiro momento, com ataque predominantemente ideológico através da intervenção na educação básica e superior e, no segundo momento, com ataque predominantemente repressivo, com o uso do poder jurídico e de polícia. Em relação à atuação do poder judiciário, Santos (2018) alerta para os graves riscos de distorção

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

das bases jurídicas processuais e constitucionais a partir da Operação Lava Jato:

O desenvolvimento concreto da Operação Lava Jato e das operações satélites está a revelar que a certeza dos processos, que é garantida pelo respeito de boa fé pelas regras processuais (criminais, civis, administrativas, etc.), está a ser comprometida por procedimentos discricionários que não são corrigidos nem nas instâncias de recurso nem nas instâncias disciplinares. O objetivo desta crescente incerteza dos processos visa, tal como na democracia, conseguir a certeza dos resultados, no caso, a condenação de um acusado de alto perfil que o império e as elites conservadoras nacionais querem varrer da luta política e apagar da memória democrática do país.

Nesse contexto, a luta contra o golpe e suas reformas privatistas, ganha importância substancial, sobretudo através da “participação popular”, ou seja, de iniciativas de organização e de atuação política de movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc., com formas de pressão direta como mobilizações sociais, greves, ocupações, marchas etc., combinadas com as estratégias de incidência nos espaços e mecanismos de participação e controle social como conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. As estratégias das forças políticas do campo popular democrático para as eleições de 2018 também são fundamentais, considerando a necessidade de renovar e ampliar sua presença nos espaços legislativos, sobretudo no Congresso Nacional, conquistar mandatos populares no poder executivo em âmbito estadual e retomar, com a legitimidade da soberania popular, o mandato nacional na Presidência da República que foi surrupiado pelas elites.

Além de intensificar os processos de mobilização social e de disputa eleitoral, com o desafio de retomada da democracia e defesa de direitos já

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

conquistados, é preciso avançar na construção de um projeto nacional popular para o Brasil. A conjuntura indica claramente que a garantia de direitos sociais básicos e o acesso a serviços essenciais (moradia, oferta de água, saúde e educação, entre outros), requerem um projeto de nação que faça prevalecer os critérios políticos públicos sobre os interesses e a lógica econômica privada dos mercados, enquanto um “projeto social” que priorize a efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população: “fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política” (FURTADO, 1984, p. 12). Eis o grande desafio que devemos enfrentar.

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

REFERÊNCIAS

EBC - Agência Brasil. **Superávit é 'positivo' mesmo com queda nas exportações, diz secretário.** Publicado em 04/01/2016. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/superavit-e-positivo-mesmo-com-queda-nas-exportacoes-diz-secretario>

ALVES, Giovanni. **Os limites do neodesenvolvimentismo.** Blog da Boi Tempo, 22/10/2013. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/22/os-limites-do-neodesenvolvimentismo/>

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **A PEC 55 (antiga 241), é a máquina brasileira de produzir desigualdade.** Instituto Humanitas/Unisinos e Adital, 2016. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562338-tania-bacelar-a-pec-55-antiga-241-e-a-maquina-brasileira-de-produzir-desigualdade>

ARRETCHE, Marta (org.) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: Unesp, 2015.

BIANCHI, Alvaro. **O que é um golpe de Estado.** Blog Junho, 26 mar. 2016. Disponível em blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/

BRASIL, República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

CAMPELLO, Tereza (Coord.). **Faces das Desigualdades no Brasil.** Um olhar sobre os que ficam para trás. Rio de Janeiro: CLACSO/FLACSO, 2017.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

ESCOBAR, Pepe. **O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida.** Revista Outras Palavras, 30 mar. 2016. Disponível em

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da

SILVA, Ronalda Barreto

<https://outraspalavras.net/brasil/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/>

FBP - Frente Brasil Popular. **Plano Popular de Emergência**. São Paulo: FBP, 2017. Disponível em <http://frentebrasilpopular.org.br/acao/plano-popular-de-emergencia-5b24/>

FURTADO, Celso. **Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, São Paulo, v.4, n.3, p. 5-14, jul.-set.1984.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Meireles e o Consenso de Washington**. Publicado em 31/08/2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/henrique-meirelles-e-o-consenso-de-washington-por-samuel-pinheiro-guimaraes>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica número 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>

_____. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2017**. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica número 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>

_____. **PNAD Contínua Tri: subutilização da força de trabalho é de 23,6% no 4º tri e fecha 2017 em 23,8%**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20117-pnad-continua-tri-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-23-6-no-4-tri-e-fecha-2017-em-23-8.html>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica da PNAD 2014 - breves análises**. Brasília: IPEA, 2014.

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_nota_tecnica_pnad2014.pdf

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

MARQUES, Rosa Maria; ANDRADE, Patrick Rodrigues. **Brasil 2003-2015: balance de una experiencia “popular”**. In ESTAY, Jaime (coord.). *La Economía Mundial Y América Latina, ante la continuidad de la crisis global*. Puebla, Mexico: Clacso e Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2016. (p. 383 - 404).

MERCADANTE, Aloísio. **As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE Unicamp, Campinas, 2010.

OXFAM Brasil. **A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras**. Relatório da OXFAM 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf

_____. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. Documento informativo da OXFAM – Janeiro de 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/arquivos/recompensem_o_trabalho_nao_a_riqueza.pdf

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **O Epílogo da conciliação: a supremacia do "eu" sobre o "nós"**. Revista Insight-Inteligência, ano XX, n. 79, out.-dez. de 2017, p. 31-46. Disponível em: <http://insightinteligencia.com.br/pdfs/79.pdf>

SANTOS, Boaventura de Souza. **A democracia brasileira na encruzilhada**. Revista Carta Maior, 12/02/2018. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-democracia-brasileira-na-encruzilhada/4/39358>

Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da
SILVA, Ronalda Barreto

SENADO FEDERAL - Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social (CPIPREV). **Relatório Final**. Brasília: Senado Federal, 2017.

SILVA, Ronalda Barreto. **As raízes do neoliberalismo**. In: Revista da FAEEBA, Salvador, n.º. 15, p. 157-168, jan/jun, 2001.

SINGER, Paul. **Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SOUZA, Jessé de. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. **Restaurar o Estado é preciso**. Revista Insight-Inteligência, ano XX, n. 79, out.-dez. de 2017, p. 201-204. Disponível em: <http://insightinteligencia.com.br/pdfs/79.pdf>

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

WILLIAMSON, John e KUCZYN. Pedro-Pablo. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

[A FORMATION EXPERIENCE FOR SOCIAL PARTICIPATION]

Francisca Fabiana da Silva

*Mestre em Letras, Doutoranda em Letras e Professora da Rede Estadual do RN
(E-mail: fabianaccora@hotmail.com)*

José Carlos Martins da Silva

*Aluno de especialização da FACEX
(E-mail: jcms_23@hotmail.com)*

Recebido em: 09/04/2018. Aprovado em: 29/04/2018

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

Resumo: O presente trabalho configura-se como um estudo acerca da atuação da Pastoral da Criança no controle social das políticas públicas de saúde, especificamente no desenvolvimento de processos de formação que favorecem a participação social e o exercício da cidadania, que constituem práticas fundamentais para a construção da sociedade do Bem Viver. As atividades realizadas pelos voluntários, capacitados pela Pastoral da Criança, nos espaços políticos e sociais, semeiam esperança junto a um povo sofrido, esquecido pela sua condição social, ao mesmo tempo que fortalecem a comunidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, em que analisamos a ação da entidade à luz dos materiais educativos produzidos para formação e acompanhamento dos agentes voluntários. Como pressupostos teóricos utilizamos, entre outros, os estudos de Gonh (2011), Pastoral da Criança (2000, 2008) e Nascimento (2006). Os resultados revelam que as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança aliadas à participação política dos voluntários, nos conselhos municipais de saúde e na comunidade, contribuem para a melhoria das políticas públicas de saúde e se constituem como práticas sociais efetivas de construção da cidadania.

Palavras-chave: Formação; Participação Social; Saúde; Cidadania.

Abstract: The present work is a study about the performance of Pastoral da Criança in the social control of public health policies, which are fundamental practices for the construction of the society of well live. The activities carried out by volunteers, trained by Pastoral da Criança, in the political and social spaces, they sow hope together with the suffering people, forgotten by their social condition, at the same time that they strengthen the community. This is a qualitative research, in which we analyze the action of the entity in the light of the educational materials produced for training and follow-up of volunteer agents. As theoretical presuppositions, we use, among others, the studies of Gonh (2011), Pastoral da Criança (2000, 2008) and Nascimento (2006). The results show that the actions developed by Pastoral da Criança, together with the political participation of the volunteers, in the municipal health councils and in the community, contribute to the improvement of public health policies and constitute effective social practices for the construction of citizenship.

Keywords: Formation; Social Participation; health; Citizenship.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil está entre os países que apresenta os maiores índices de concentração de renda, e consequentemente, de desigualdade social. Embora, a partir de 1988, tenhamos elaborado uma constituição cidadã que preconiza a universalização de direitos humanos e sociais, como direitos de todos e dever do estado, e que sua efetivação deve acontecer por meio de políticas públicas que atendam às necessidades da população, na prática, essa é uma realidade ainda muito distante de ser alcançada.

A Pastoral da Criança é um organismo de ação social da Igreja Católica, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1983, idealizada pela médica pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann. Sua preocupação primeira é com o resgate da dignidade humana numa perspectiva ontológica e espiritual. A Pastoral da Criança compreende o ser humano não apenas inserido numa cultura de uma cidade, mas o ser humano numa perspectiva integral, enquanto portador de uma espiritualidade, de uma poesia, de uma dimensão familiar e fraterna.

Nessa direção, como organização comunitária, seu trabalho é baseado, sobretudo, na partilha do saber. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento integral de crianças pobres, tanto em seu contexto familiar quanto comunitário, a partir de ações preventivas de saúde, educação, nutrição e cidadania.

Ao longo de sua trajetória de ação em promoção dos direitos sociais das pessoas mais carentes, a Pastoral da Criança entendeu que para atuar no enfrentamento as principais causas da mortalidade infantil das crianças, não era suficiente o desenvolvimento de ações socioeducativas e preventivas,

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

mas era preciso investir na formação política dos seus voluntários para atuar na defesa e promoção de direitos, através da atuação no controle social das políticas públicas, especialmente de saúde.

Nessa perspectiva, a Pastoral da Criança passou a investir na formação de lideranças comunitárias para atuar como articuladores junto aos conselhos municipais de saúde, comprometidos com a defesa do Sistema Único de Saúde – SUS, lutando por melhorias na qualidade dos serviços públicos, através da participação qualificada de pessoas voluntárias nesses espaços.

Assim, esta ação da Pastoral da Criança, presente na maioria dos municípios do Brasil, apresenta-se como uma experiência exitosa de organização da sociedade civil, na construção de práticas e conhecimentos permanentes sobre controle social na saúde, que geram transformações positivas na vida da comunidade, pois promovem o resgate da dignidade humana por meio do acesso aos direitos sociais que são fundamentais para a construção da sociedade do Bem Viver. Contudo, não pretendemos fazer nenhuma grande abordagem sobre a temática do Bem Viver, mas, trataremos, apenas, da relação da Pastoral da Criança como um importante elemento de integração e reintegração social na região do Seridó, do RN, e por conta disso, é possível estabelecer uma relação com a temática do Bem Viver.

Nesta perspectiva, este estudo encontra-se norteado pela seguinte questão de pesquisa: Como as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança favorecem a participação social e a construção da cidadania dos voluntários capacitados pela entidade? No intuito de responder essa questão, estabelecemos como objetivo deste trabalho: investigar as ações de

formação para a participação e o controle social desenvolvidas pela Pastoral da Criança.

Mediante os objetivos e as especificidades do objeto de pesquisa, priorizamos uma metodologia de natureza qualitativa. Assim, o estudo teve como base principal de informação, a análise documental dos materiais educativos produzidos pela entidade e utilizados nas capacitações dos voluntários.

Como pressupostos teóricos contamos com as contribuições de diversos autores, entre eles Gonh (2011), que analisa os conselhos como espaços de inovação nas políticas públicas que ao fazerem a mediação entre sociedade civil e o poder público constroem um novo domínio de exercício do controle social, Pastoral da Criança (2000, 2008) e Nascimento (2006) que discute as estratégias e políticas da Pastoral da Criança em favor da promoção da educação, saúde e desenvolvimento da criança e da família.

Trata-se de um estudo que apresenta uma relevância social na medida que favorece a sistematização de uma experiência de intervenção efetiva da sociedade civil no espaço sociopolítico, que promove ações que favorecerem a construção da cidadania a partir da formação para a participação social.

2 PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DA SAÚDE: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O Estado brasileiro se constituiu historicamente a partir de processos fundamentados na exploração, violência e no autoritarismo, marcado fortemente pela desigualdade e exclusão social. Um dos grandes marcos desse processo é a colonização portuguesa, que foi uma das mais

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

opressoras da América Latina, uma vez que desconsiderou as práticas culturais, econômicas e sociais dos povos indígenas que viviam no país, antes da chegada dos portugueses. Assim, a formação social e cultural brasileira é resultante, em grande parte, das tensões, conflitos e encontros travados a partir de 1500.

Dentre os marcos históricos do país, merece destaque o período da segunda metade da década de 80, quando inicia no Brasil um movimento conhecido como redemocratização do país, resultante, por um lado, do desgaste e esgotamento das formas de dominação política existentes já que o Brasil vivia, desde 1964, numa ditadura militar, aliado à mobilização de setores da sociedade civil, movimentos sociais e organizações de categorias, em torno do fim do regime ditatorial e pelas diretas já.

Desse momento histórico de mobilização da sociedade resultou a criação da Constituição Federal de 1988, denominada como Constituição Cidadã, um marco na história do país que possibilitou inúmeros avanços, entre eles, a implantação da democracia representativa e participativa, que conferiu ao cidadão o direito de atuar de forma legítima e constitucional da vida política nacional, não apenas elegendo pessoas para representá-los, mas atuando em processos de decisão política e de controle social.

Para Gonh (2011, p. 16-17) a participação pode ser analisada em três níveis básicos: o conceptual, o político e o da prática social. “O terceiro – as práticas sociais relacionam-se ao processo social propriamente dito, trata-se das ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizar algum intento”. Uma das ações concretas resultantes das diversas lutas da sociedade civil organizada pela conquista de participar das decisões sociais e políticas como um direito está os conselhos gestores.

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da

SILVA, José Carlos Martins da

Estas questões foram discutidas pela Igreja Católica na Campanha da Fraternidade de 1996, que teve como tema Fraternidade e Política e o objetivo de contribuir com a formação política dos cristãos para que exerçam sua cidadania sendo sujeitos da construção de uma sociedade justa e solidária. Sobre isso, o Manual de Estudo da CF 1996, destacava que,

a criação da democracia é a criação das condições necessárias para que os homens, como cidadãos, rompam o isolamento e a sua desagregação social e ocupem o espaço público, através da discussão, da negociação, do diálogo e da decisão. Forja-se assim, um novo sentimento do viver em comum, onde ninguém é excluído da efetiva participação dos bens da sua nação. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1996, p. 54).

Nesse sentido, dentre os conselhos gestores de políticas públicas criados estão os conselhos municipais de saúde cuja constituição se efetivou mediante a Lei Federal 8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, e institui as conferências e os conselhos de saúde em cada esfera de governo (BRASIL, 1990). No seu parágrafo 2º, a Lei 8.142/90 define que,

o conselho de saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo (BRASIL, 1990).

Portanto, a participação popular é uma das diretrizes estabelecidas nos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde - SUS definida como a garantia constitucional de que a população, através de suas

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

entidades representativas, poderá participar do processo de formulação das políticas e do controle social em todos os níveis. A participação nos conselhos de saúde se dá por meio de representação paritária. Esta paridade é representada pela seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários, 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representantes de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Assim, os conselhos de saúde devem se reunir no mínimo uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário, tendo como base o regimento interno que estabelece as normas de seu funcionamento, bem como, as atribuições dos conselheiros e membros da mesa diretora, composta geralmente pelo presidente, vice-presidente e secretária, podendo contar com quadro de pessoal para assessoramento técnico.

O Conselho de Saúde é um instrumento plenamente legitimado pelos princípios constitucionais e por leis que o regulamentam para o exercício do controle social das políticas e a gestão de saúde, em cada esfera de governo – nacional, estadual e municipal, propondo encaminhamentos e diretrizes para as políticas públicas de saúde. No entanto, muitos são os entraves que impedem o funcionamento pleno dos conselhos de saúde na prática como instâncias capazes de fiscalizar, deliberar e propor políticas públicas de saúde. Observamos que, a maioria dos conselhos municipais não dispõem de uma estrutura mínima para funcionamento, tais como: capacitação específica para os conselheiros, orçamento para realização de ações, equipe técnica, além da falta de reconhecimento por parte da população da sua importância como representação dos interesses da sociedade.

3 A EXPERIENCIA DE FORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA PASTORAL DA CRIANÇA

A Pastoral da Criança surgiu no Brasil no início da década de 80 e tem suas raízes históricas ligadas aos movimentos de renovação da Igreja Católica que se propunham a atuar de forma mais voltada para o social. Essa nova perspectiva era influenciada pelos princípios do Concílio Vaticano II, quando bispos de várias partes do mundo se reuniram para discutir novos rumos para a igreja, debatendo, especialmente a sua opção preferencial pelos pobres, a centralidade de suas ações voltadas para os mais excluídos da sociedade, priorizando em suas ações o enfrentamento da miséria e das injustiças sociais.

Além disso, vale recordar que em 1982, numa reunião sobre a paz mundial da Organização das Nações Unidas (ONU), o então diretor Executivo do UNICEF, James Grant, convenceu Dom Paulo Evaristo Arns, à época Cardeal Arcebispo de São Paulo, de que a igreja poderia ajudar a salvar a vida de muitas crianças que morriam de doenças que facilmente podiam ser prevenidas, tais como a desidratação causada pela diarreia. Milhões de crianças poderiam ser salvas, se as mães fossem orientadas sobre como combater a desidratação, através da preparação do soro caseiro.

Voltando ao Brasil, Dom Paulo confiou à Zilda Arns Neumann, médica sanitária, a tarefa de pensar como tornar essa proposta concreta. Assim, foi apresentada para Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB em 1983, a sugestão de criação da Pastoral da Criança como uma

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

proposta de trabalho da Igreja com a missão de salvar vidas e resgatar a dignidade humana através de ações que reduzissem os altos índices de mortalidade infantil. A nova pastoral apresentava em sua base um trabalho educativo que pretendia orientar as famílias na comunidade. A dinâmica consistia em capacitar voluntários em ações básicas de saúde, educação e cidadania para atuar como multiplicadores junto às famílias mais pobres. Assim, inicialmente o trabalho foi implantado na cidade de Florestópolis no Paraná, que apresentava o maior índice de mortalidade infantil do estado, com 127 óbitos por mil nascidos vivos. (PASTORAL DA CRIANÇA, 2000, p. 7).

Portanto, a principal problemática social que motivou a criação da Pastoral da Criança foram as altas taxas de mortalidade infantil identificadas à época, no Brasil, resultantes da miséria que atingia grande parte da população brasileira, ligada à falta de políticas públicas de superação da pobreza e promoção de cidadania. Sobre isso, o *Guia do Líder da Pastoral da Criança* afirma que, “uma das causas mais importantes das doenças e mortalidade infantil, traduzem-se por carências múltiplas: alimentação incorreta, água não potável, insegurança habitacional, degradação do meio ambiente, ausência de educação e não acesso aos cuidados de saúde (PASTORAL DA CRIANÇA, 2000, p.33).

Para Nascimento (2006, p. 3) “a configuração das pastorais como organismos promotores de ação socioeducacional e religiosa, surgem neste contexto e se constituem como uma nova dinâmica de intervenção nas comunidades”. Esses novos arranjos marcam a abertura da igreja para as questões sociais, orientadas por um conjunto de textos construídos para subsidiar as questões da vida social da Igreja, sistematizados no *Compêndio*

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

da Doutrina Social da Igreja, documento que reúne reflexões fundamentais do pensamento Católico sobre essas questões (CNBB, 2008).

Nesse sentido, o surgimento da Pastoral da Criança está ligado a fatores sociais, políticos e econômicos do país da década de 80 e ao redimensionamento da Igreja Católica frente às questões sociais da época, que provocavam a instituição a apresentar propostas de enfrentamento às problemáticas sociais direcionadas às comunidades mais pobres.

Três décadas depois, os líderes da Pastoral da Criança não encontram mais as cenas desoladoras de crianças desnutridas quando visitam as famílias nas comunidades de Florestópolis. Vários fatores contribuíram para melhorar a realidade social da pequena cidade e, entre eles, estão as ações preventivas promovidas pela Pastoral da Criança na atenção às crianças e gestantes. Programas tão bem-sucedidos que, muitos deles, foram adotados ou adequados como políticas públicas de saúde, a exemplo dos Agentes Comunitários de Saúde, criados pelo Governo Federal, a partir da experiência exitosa da Pastoral da Criança no país.

O resultado foi comprovado: entre as crianças pobres acompanhadas pela Pastoral da Criança no ano de 2008, a mortalidade infantil foi de 13 mortes por mil nascidos vivos. Enquanto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a taxa brasileira da mortalidade infantil, no mesmo ano, foi de 23,3 por mil nascidos vivos, ou seja, um número bem superior ao alcançado pela Pastoral da Criança em Florestópolis-PR. Sobre os dados levantados, o técnico da Pastoral da Criança, Bouffleur declara que, “isso sem contar que atuamos em comunidades essencialmente pobres, nas quais a média de mortalidade costuma ser o dobro da taxa nacional” (INSTITUTO GOVERNAR, 2010, p. 16).

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

Ao longo desses 35 anos de atuação, a Pastoral da Criança é a maior organização social composta por voluntários do Brasil, voltada para questões sociais, e conta com mais de 190 mil voluntários capacitados, sendo que 88% dos voluntários são mulheres. Esse aspecto destacado, mostra que a experiência da Pastoral da Criança, além de se constituir numa grande ação promotora de dignidade humana, significou para muitas mulheres o rompimento de uma vocação cultural que restringia sua atuação apenas ao ambiente doméstico, possibilitando que as mesmas se envolvessem ativamente em processos educativos emancipatórios. Sua participação, geralmente superando a dos homens, “não se limita só às organizações especificamente femininas, mas estende-se a praticamente todas as outras e às comunidades eclesiais de base, assumindo, também, posições de liderança” (REIMBERG, 2006).

Os resultados alcançados pela Pastoral da Criança são significativos e mostram a capacidade da instituição de mobilizar e sensibilizar pessoas voluntárias para atuarem em defesa da promoção e do desenvolvimento integral das crianças pobres. As práticas sociais desenvolvidas nas comunidades mais vulneráveis despertam para a solidariedade e a fraternidade e motivam as pessoas a agirem de maneira coletiva em favor da dignidade humana e da construção da cidadania plena junto às famílias mais carentes.

Dessa forma, motivados pelas conquistas obtidas e pelos desafios que a realidade social, econômica e política do país impõe, a Pastoral da Criança a partir de 2003, incorporou em suas diretrizes uma ação voltada para fortalecimento e ampliação da participação popular no controle social das políticas públicas de saúde. A ação que tem como tema “O articulador junto ao conselho de saúde” e utiliza como estratégia de intervenção, a

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

capacitação de voluntários para acompanhar as ações do conselho de saúde dos seus municípios, no intuito de contribuir para melhorar as condições de saúde de sua comunidade.

Os voluntários, chamados de articuladores do conselho de saúde, são capacitados para desenvolver a ação a partir da metodologia do ver, julgar, agir, avaliar e celebrar na comunidade, método que nasceu na França, e foi adotado posteriormente na América Latina pela Teologia da Libertação, que tem como foco refletir sobre as principais problemáticas que atingem as famílias, à luz do evangelho, para assim descobrir coletivamente propostas para serem apresentadas ao conselho de saúde e, dessa forma, contribuir para a melhoria do serviço de saúde na comunidade.

A ação é orientada por indicadores de saúde elaborados pela equipe técnica da Pastoral da Criança. “Os indicadores são fontes de informações, que apontam tendências e contribuem para uma ação concreta e imediata” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2008). Os principais indicadores que orientam a ação são: Mortalidade infantil, o uso do antibiótico em crianças menores de 1 ano, frequência das reuniões do Conselho e a elaboração de ações preventivas, na família, na comunidade e no serviço de saúde.

Dentre as atribuições e atividades desenvolvidas pelos articuladores de saúde da Pastoral da Criança estão: participar de reuniões mensais da Pastoral da Criança e do Conselho Municipal de Saúde; realizar o estudo da morte de crianças ocorridas no seu município e visitar mensalmente às unidades básicas de saúde da comunidade para verificação da quantidade de antibióticos que é aplicado nas crianças, e se nessas unidades, oferecem a 1º dose para criança, ainda no Posto de Saúde.

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

Uma das importantes tarefas do articulador é estudar a história da morte da criança do seu município, a fim de conhecer suas causas e assim elaborar propostas para que outras mortes sejam prevenidas, juntamente com a família e a sociedade. A mortalidade infantil, entre crianças menores de 1 ano, é um dos indicadores mais importantes para avaliar a saúde de um país ou município. “A solução para evitar a morte de crianças pode estar na família, comunidade, no serviço de saúde e na formulação de políticas públicas de saúde, que possibilite a melhoria do acesso, qualidade e humanização do serviço de saúde” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2008, p. 10).

As informações obtidas pelos articuladores são debatidas, inicialmente com os líderes da Pastoral da Criança, as famílias acompanhadas na comunidade, em seguida levadas para discussão no Conselho Municipal de Saúde. Dessa forma, a ação promovida pela Pastoral da Criança constitui uma experiência concreta de participação da sociedade civil organizada nos espaços de discussão das políticas públicas, mostrando que é possível orientar a comunidade para acompanhar as ações de saúde.

Os voluntários ao se capacitarem passam a entender que saúde é um direito do cidadão e dever do Estado, fundamentado a partir da Constituição Federal de 1988 e do Sistema Único de Saúde -SUS e, assim, constroem práticas efetivas que fortalecem princípios orientadores da sociedade do Bem Viver, como a participação social, pois exigem transparência na aplicação dos recursos públicos da saúde, visando à defesa do SUS, exercendo o seu papel de cidadão no exercício do controle social, por meio de uma participação qualificada nos espaços de poder e decisão. Desse modo, a Pastoral da Criança ajuda a construir um importante espaço

crítico de participação popular voltado para as questões de saúde da população.

E, diante do baixo poder de mobilização dos movimentos populares na atual conjuntura política brasileira, e a ausência de uma sociedade civil organizada, os sujeitos da sociedade civil, que participam dos conselhos, não possuem informação suficiente, formação política necessárias ao exercício da participação nestes fóruns de negociações coletivas, dificultando a efetivação do controle social. Os articuladores da Pastoral da Criança ao receberem capacitação sobre o conselho de saúde e o Sistema Único de Saúde - SUS ampliam sua visão sobre a realidade política e social e, assim, procuram contribuir para melhorar as condições de saúde da população.

Observamos que os processos de formação desenvolvidos pela Pastoral da Criança colaboram para que os voluntários, que atuam como articuladores de saúde, construam uma identidade social e responsiva a partir dos processos educativos oportunizados pela Pastoral da Criança. A ação multiplicadora visa à mudança de vida da criança e da família, que terão conhecimentos e informações necessárias para olhar criticamente para as políticas as públicas municipais, exigirem seus direitos, denunciar as injustiças e mobiliza-se em prol da mudança social.

4 CONCLUSÃO

O trabalho sobre a atuação da Pastoral da Criança no controle social da saúde permitiu investigar como as práticas de formação e participação social desenvolvidas pela entidade favorecem a construção da cidadania das pessoas envolvidas nas suas ações. As atividades realizadas pela entidade

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

constituem uma experiência de participação popular efetiva nos espaços sociais, que produz mudanças e transformações na vida dos voluntários, das famílias e crianças das comunidades mais vulneráveis acompanhadas, no sentido que, mobiliza, organiza e capacita pessoas para participar de maneira qualificada da luta pela efetivação dos direitos sociais básicos, especialmente o direito a saúde de qualidade

Os processos de formação política e social desenvolvidos pela Pastoral da Criança e as atividades concretas de participação social vivenciadas pelos voluntários, possibilitam aos sujeitos sociais envolvidos, ultrapassarem as fronteiras da comunidade para atuar em outros espaços, uma vez que, os voluntários são capacitados para atuar como multiplicadores de informações, representar a Pastoral da Criança nos conselhos de políticas públicas de saúde, participar das reuniões dos conselhos, apresentar as demandas de saúde da sua comunidade, motivados por princípios da fé cristã, como a solidariedade e a fraternidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal. República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1990.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Fraternidade e Política: justiça e paz se abraçaram: Manual/CNBB**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1996.

_____. **Compêndio da doutrina Social da Igreja / Pontifício Conselho “justiça e paz”**. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: população residente, resultados do universo segundo mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros: Rio Grande do Norte**. [online]: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

INSTITUTO GOVERNAR. **Revista Governar Cidades**. Ano 1. n.01, p. 8-16, fev. 2010.

NASCIMENTO, José Mateus. **Um Evangelho segundo a Pastoral da Criança: por uma pedagogia de sobrevivência**. 2006. 265f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2006.

Uma experiência de formação para a participação social

SILVA, Francisca Fabiana da
SILVA, José Carlos Martins da

PASTORAL DA CRIANÇA. **Guia do líder da Pastoral da Criança:** Para países de língua portuguesa. 22. ed. Curitiba. 2000.

_____. **O Articulador junto ao conselho de saúde.** Curitiba: [s.n.], 2008. (Série Participação e Controle Social).

REIMBERG, Cristiane Oliveira. **Dois olhares sobre a relação entre jornalismo e a Pastoral da Criança:** a comunicação popular do jornal da entidade e a cobertura jornalística da Folha de S.Paulo. São Paulo. 164f. Monografia (Especialização em Jornalismo Social) - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

O CUIDADO E SUAS DIMENSÕES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

[CARE AND THEIR DIMENSIONS: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW]

Yraguacyara Santos Mascarenhas

*Aluna do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(E-mail: yraguacyara_mascarenhas@hotmail.com)*

Conceijécia Nóbrega da Cunha

*Aluna do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(E-mail: jecianobrega@gmail.com)*

Cristiane de Lira Fernandes

*Aluna do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(E-mail: cristiane1994js@gmail.com)*

Ruzinete Moura dos Santos

*Aluna do curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(E-mail: ruzzy_moura@hotmail.com)*

Ildone Forte de Moraes

*Mestre em Enfermagem, doutorando em Enfermagem e professor da Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte
(E-mail: ildoneforte2018@gmail.com)*

Recebido em: 30/01/2018. Aprovado em: 25/05/2018

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

Resumo: Introdução: a problemática central deste artigo é o cuidado. O cuidado não como expressão única do tecnicismo, mas em suas múltiplas dimensões. **Objetivo:** discutir o cuidado numa perspectiva ampliada, envolvendo suas expressões subjetivas, espirituais, corporais e ambientais. **Metodologia:** trata-se de uma revisão bibliográfica sobre as dimensões do cuidado, tendo como base autores da filosofia, sociologia, psicologia e enfermagem. **Resultados:** as múltiplas dimensões do cuidado foram estruturadas em cinco eixos epistemológicos, quais sejam, cuidar de si, cuidar do outro, cuidar da terra, cuidar da psique e cuidar do espírito. **Conclusão:** A partir das discussões desta investigação, é perceptível que os indivíduos, em sua magnitude, precisam adquirir uma nova postura diante do cenário atual que o mundo está passando, pois a problemática apontada requer uma visão multidimensional do cuidado.

Palavras-chave: cuidado, enfermagem, tecnicismo e multidimensionalidade.

Abstract: Introduction: the central proposition of this article is the care. Care is not a unique expression of technicality, but in its multiple dimensions. **Objective:** to discuss care in an extended perspective, involving its subjective, spiritual, corporeal and environmental expressions. **Methodology:** this is a bibliographical review on the dimensions of care, based on authors of philosophy, sociology, psychology and nursing. **Results:** the multiple dimensions of care were structured in five epistemological axes, namely, caring for oneself, caring for others, caring for the earth, caring for the psyche and caring for the spirit. **Conclusion:** From the discussions of this research, it is noticeable that individuals, in their magnitude, need to acquire a new posture in view of the current scenario that the world is going through, since the problematic pointed out requires a multidimensional view of care.

Keywords: care, nursing, technicality and multidimensionality.

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

INTRODUÇÃO

A problemática central deste artigo é o cuidado. O cuidado não como expressão única do tecnicismo, mas em suas múltiplas dimensões. Diante disso, o objetivo desta investigação é discutir o cuidado numa perspectiva ampliada, envolvendo vários aspectos, como por exemplo, suas expressões subjetivas, espirituais, corporais e ambientais.

Para tanto, inicialmente faz-se necessário definir o que é o cuidado, pois numa perspectiva multidimensional, o mesmo refere-se às várias dimensões e necessidades para ser materializado. Ademais, compreender uma percepção ampliada e global do cuidado significa alcançar situações diversificadas para que este possa ser realizado coerentemente na articulação entre várias dimensões (SILVA et al, 2009; BOFF, 2012).

Dessa forma, o cuidado é definido como uma estrutura articulada de vários elementos constitutivos do ser humano, ou seja, é a maneira mais própria e originária de ser que o indivíduo apresenta. Deste modo, o cuidado vai englobar atos, comportamentos, atitudes e suas ações vão variar dependendo das condições e situações ocorridas, o tipo de relação que foi estabelecida, a intensidade e o motivo para a atenção (CARRILHO, 2010; WALDOW, 2006).

Além disso, é importante ressaltar que o cuidado busca diferentes modos de agir em relação ao outro e a preocupação pelo outro, articulando de duas maneiras: o cuidado competente, o qual compreende os aspectos da corporeidade humana e, o cuidado pessoal, que envolve afeto e sensibilidade (SILVA et al, 2009; WALDOW; BORGES, 2011).

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos
CUNHA, Conceijécia Nóbrega da
FERNANDES, Cristiane de Lira
SANTOS, Ruzinete Moura dos
MORAIS, Ildone Forte de

Outro elemento importante no processo cuidar é a percepção de que o mesmo é revestido de conhecimento próprio, compaixão, intuição, valores e princípios morais. No entanto, não cabe apenas ao profissional de saúde este processo, mas a vários indivíduos em sua singularidade, pois cuidado é essencial para o desenvolvimento e a realização do ser humano, uma vez que, não é sensato pensar em tratar o outro, em cuidar do outro, se não cuida de si, visto que a atitude do cuidar de si próprio que repercutirá para o outro. Entretanto, a dimensão do cuidado não se restringe apenas aos seres humanos, como também ao meio ambiente (WALDOW; BORGES, 2011; BOFF, 2012).

Diante disto, é perceptível que o cuidado e a sustentabilidade estão juntamente interligados. No entanto, o homem atualmente tem apresentado um poder deletério para com a natureza, consequentemente, para consigo e para com o outro, e essa atitude tem possibilitado prejuízos irreversíveis. Desse contexto emergiram os seguintes questionamentos: o que é o cuidado numa perspectiva multidimensional? Quais são suas dimensões? Como estas dimensões podem influenciar a nossa existência? É possível um cuidado para além do tecnicismo? Como articular o cuidado entre a globalidade e a singularidade da vida humana no planeta Terra?

Para construção desse artigo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as dimensões do cuidado, tendo como referência filosófica autores como Boff (2012) com o livro “O cuidado necessário” que trata sobre o cuidar de si, cuidar do outro, sustentabilidade, cuidar do espírito e cuidar da psique; Boff (2017) com o livro “Saber cuidar: ética do humano-compaixão pela terra”, relata sobre o cuidar do outro e o respeito para com ele dentro

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

de uma sociedade; Bolsoni (2012) com o artigo “O cuidado de si e o corpo em Michel Foucault: Perspectivas para uma educação corporal não instrumentalizadora”, vem tratar sobre o cuidar de si a partir da compreensão de filósofos antigos enfatizando a importância do autocuidado; Nasser (2010) com o artigo “A identidade corpo-psique na psicologia analítica”, traz que a psique como definição analítica envolve os pensamentos e comportamentos do ser humano no ambiente em que vivem; Navarro et al (2016) com o artigo “A crise ambiental e a dimensão cognitiva e analítica da biossegurança”, aborda a sustentabilidade e as diversas formas de conscientização com a natureza através da educação ambiental para a população; e Wanzeler (2011) com o artigo “O cuidado de si em Michel Foucault”, traz os preceitos de Michel Foucault sobre o cuidado de si numa reflexão sobre a trajetória do pensamento humano durante a sua evolução.

Para organização desse trabalho estruturamos cinco eixos epistemológicos, quais sejam: cuidar de si, o qual vai destacar seu conceito desde os primórdios baseado nos estudos de Michel Foucault, a partir do resgate do verdadeiro sentido do cuidar, da diferenciação do cuidado de si, do autocuidado e da revelação de um começo para o futuro de um cuidar; cuidar do outro, abordará o sentido do cuidado que abrange diversas formas desde suas teorias até as práticas realizadas pelo ser humano, destacando que o cuidar do outro também inclui cuidar dos seres vivos e do planeta terra; cuidar da terra, ressaltando a importância da preservação da natureza e dos seres que nela habitam de modo a viver em equilíbrio; cuidar da psique, que revela o pensamento subjetivo do cuidar como

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

uma forma de equilíbrio emocional entre o ser e o universo, associando-se cuidado do corpo e da mente como uma totalidade. E o último aspecto será o cuidar do espírito, numa perspectiva de que a cultura e as crenças da espécie humana, podem conformar a relação de cuidado para além da materialidade do corpo e da natureza exterior ao ser humano.

EIXOS EPISTEMOLÓGICOS**CUIDAR DE SI**

Historicamente, o cuidar de si estruturou-se em três momentos, a saber: inicialmente concerne aos gregos, momento este conhecido por socrático-platônico e o conceito de cuidar de si é investigado mediante reflexão filosófica; segundo momento, intitulado por “idade de ouro”, refere-se a cultura helenística e romana e por último temos o aspecto assinalado a partir das escrituras cristãs e nas razões do cuidar de si do asceticismo cristão (BOLSONI, 2012).

Destacando especialmente a “idade de ouro”, Foucault apud Wanzeler (2011) afirma que cuidado de si revela um progresso que extrapola o simples exercício de conhecimento, o que abrange a ação de si mesmo. Diante disso, surge a generalização do cuidar de si baseando-se em duas questões: primeira, a generalização da própria vida do ser, tornando o cuidado de si amplo à vida individual. Segunda, mostrar que essa generalização do cuidado de si fosse acrescentado a todos, sem expor restrições importantes. Logo, houve o deslocamento cronológico do

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

preceito do cuidar de si, neste momento, experimentado como extensivo à vida pessoal e a arte de conviver em harmonia consigo mesmo e com os outros.

Para Wanzeler (2011) o cuidado de si se dá também em função da necessidade de correção e reparação, ou seja, da recuperação de um estado que provavelmente jamais tenha existido. Este princípio é indicado pela própria natureza que tem a capacidade auto-regeneração algumas situações.

Além desse aspecto, no estudo de Foucault sobre o conceito do cuidado de si, o mesmo cita Sócrates, que preservava a posição de que os indivíduos necessitavam ocupar-se pouco com suas riquezas, bens, propriedades e concentrar-se mais em si mesmo, visto que apenas desta forma poderia ter acesso a verdade. Vale salientar que, não seria qualquer tipo de verdade, mas a verdade com capacidade de transformar seu destino de ser em uma prática de autoconhecimento. O ser humano precisa conhecer a si mesmo para ser capaz de mudar sua relação consigo e com os outros, numa busca contínua pela verdade (WANZELER, 2011).

Estas características mostram que é necessário resgatar o verdadeiro sentido do cuidar de si, especialmente no que diz respeito a consciência do ser, bem como de suas habilidades e fragilidades. Isto é importante porque o homem precisa realizar atividades de autoconsciência, autoanálise e autocrítica, ofertando conceito ao viver, o que seria sua necessidade de auto ética.

Diante disso, poderemos compreender a exigência do aforismo grego: “Conhece-te a ti mesmo”. Ofício de extrema dificuldade, mas imprescindível para que o ser humano possa cuidar de si mesmo e dos

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

outros numa relação dialógica entre o individual e o coletivo (AMORIM, 2013).

CUIDAR DO OUTRO

Cuidar designa vários significados entrelaçados entre si. Mas cuidar significa em primeiro lugar preocupar-se com o outro, dá atenção e dedicação ao outro. Como consequência disto, cuidar do outro também significa importar-se com os atos mais simples e singelos das pessoas, pois estes são sentimentos interligados para proporcionar o cuidado (BOFF, 2005).

Cuidar do outro também é respeitar o direito de opiniões diferentes de maneira que possam ser tratadas com igualdade na diversidade. É uma experiência baseada na troca de valores e naquilo que torna o ser mais humano na sensibilização do cuidado. Deste modo, o diferente terá boas virtudes na criação de um novo caminho para uma existência saudável, visto que é preciso resgatar os velhos valores e gerar novas atitudes, proporcionando ao outro o saber cuidar na sua completa plenitude e eficácia (BOFF, 2017).

Ademais, cuidar do outro não deve ser apenas uma prática pela prática. Cuidar do outro vai além do conhecimento teórico e da técnica. Cuidar do outro significa um olhar ampliado, uma tomada de decisão diante de uma nova situação, no surgimento de uma nova chance de sobrevivência e uma nova experiência entre quem cuida e quem recebe esse cuidado (CAMACHO; SANTO, 2001).

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

Neste olhar ampliando para o cuidar do outro devemos levar em consideração o cuidado com o planeta Terra, especialmente, com o meio ambiente. Precisamos aprender urgentemente outras maneiras de zelar nossa casa, a natureza, para que esta não venha a se tornar um lugar de qualquer forma de vida (CAMACHO; SANTO, 2001).

Na leitura dos textos bíblicos, em Gênesis muitos estudos trazem uma visão universal do homem como o principal cuidador do meio ambiente. Uma missão de cuidar que torna este responsável pela sobrevivência da vida. Desta maneira, lhe é atribuída a tarefa de manter em condições habitáveis a sua existência e manter a natureza em equilíbrio para que as próximas gerações também possam usufruir e gerar aqui seus descendentes. Para isso, se faz necessário criar uma estabilidade entre os processos de consumo e desperdício (FERREIRA; RIBEIRO, 2017).

Em síntese, o cuidar do outro implica o sentido de proteger em todo o seu significado e sua magnitude. É uma mudança total em doar-se, ser a diferença, estabelecer para sociedade o íntimo dever de amar e reconhecer a necessidade do outro, de se compadecer com o sofrimento do próximo e de todo e qualquer ser vivo, pensar e agir com o coração e não mais só com a razão, gerar bons frutos, ter a delicadeza ao tocar aquilo que se é vida (BOFF, 2017).

CUIDAR DA TERRA

O cuidar consiste em um dos princípios intrínsecos da mãe natureza. A maioria das espécies, sejam vegetais ou animais do nosso

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

planeta, tem ligada a si alguma forma de cuidado. Essa característica é aparentemente inata e parece estar ligada à própria manutenção e sustentação da vida (SANTOS; INCONTRI, 2010).

As ações voltadas para a sustentabilidade do sistema produtivo, deve considerar a proteção dos recursos naturais, as mudanças nos padrões de consumo, os investimentos em educação ambiental e a adoção de novas maneiras de conscientização. Isto é importante porque, em geral, as atividades muitas vezes deletérias contra a natureza, projetaram efeitos nocivos de forma drástica sobre as populações, refletidas em fome e doenças, pelas enchentes, erosão e outros desastres naturais de caráter catastróficos (NAVARRO et al, 2016).

Entende-se que os impactos provocados pela industrialização produzem custos que de maneira negativa afetam todo o nosso ecossistema. Mesmo que venham a ser caracterizados apenas como problemas de ordem geográfica, a contaminação da água potável e de grandes extensões dos oceanos, a poluição, os lixos eletrônicos, bem como a degradação do solo por exploração mineral e agrícola por empresas multinacionais, indicam que não há como delimitar localmente seus efeitos prejudiciais (FORTES et al, 2012).

Deste modo, salienta-se que tais questões relacionadas as situações envolvendo os riscos voltados para a dimensão dos impactos ambientais, fomentam as reflexões sobre os problemas ambientais que devem ser compreendidos também como problemas de saúde, visto que atingem intimamente os seres humanos e a sociedade de maneira abrangente e simultânea (NAVARRO et al, 2016).

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

Para Boff (2008), já está no momento do ser humano se sentir filho da “Casa Mãe” e de se fazer parte íntima dela com seus outros filhos. Não como um ser superior a ela, mas como um ser que se percebe ao se colocar nesse mesmo meio do qual é parte integrante.

Se o homem não se permitir passar por uma verdadeira transformação e reflexão modificando seu modo de pensar, agir e se relacionar com a natureza, a terra tratará de aniquilá-lo para se proteger. Logo, resgatar a visão da natureza como um todo, e tomá-la não como um objeto, mas como um ser que sente e vive, passaram a ser o objeto da espiritualidade ecológica e do cuidado (OTAVIANI, 2016).

CUIDAR DA PSIQUE

A saúde como um todo é constituída por vários elementos inter-relacionados. E um desses elementos é bem-estar emocional. Porém, este não é absoluto, de modo que cada pessoa possui suas particularidades e seus desafios. Neste sentido, a psique não chega a ser estável, ou a apresentar um equilíbrio completo, uma vez que cada indivíduo passa por diversas fases até a morte. E cada etapa de sua vida exige adaptações, incluindo as próprias crises e problemas, que podem possibilitar um amadurecimento geral da pessoa, em termos físicos, psíquicos e sociais (FRIESEN, 2012).

Dessa forma, o bem-estar envolve tanto o aspecto físico quanto o psicológico. Cuidar da psique é tão fundamental quanto cuidar do corpo. Quando a bioenergética indica a necessidade de trabalhar corpo e mente,

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos
CUNHA, Conceijécia Nóbrega da
FERNANDES, Cristiane de Lira
SANTOS, Ruzinete Moura dos
MORAIS, Ildone Forte de

está apontando que um depende do outro, que um não pode sobreviver sem o outro. Desta forma, psique e corpo são faces de uma totalidade. O ser humano é corpo ao mesmo tempo que é psique, portanto, a psique determina o corpo e o corpo determina a psique (VIEIRA, VEIGA, SPOSITO, 2011; PEREIRA, 2008).

A definição de psique na psicologia analítica envolve todos os pensamentos, sentimentos e comportamentos, sendo estes conscientes ou não. A personalidade do indivíduo é apresentada através de sua psique. Então, cuidar da psique, requer cuidar dos pensamentos, dos sentimentos e das emoções (NASSER, 2010; SALDANHA, 2011).

A psique é formada por diversos sistemas e níveis relacionados. Ela tem quatro funções básicas: pensamento, sensação, sentimento e intuição. E o que vai determinar a orientação psicológica, de acordo com os movimentos de energia psíquica, é a proporção do uso das funções, que fará com que a personalidade básica se diferencie de uma pessoa para outra (NASSER, 2010).

Segundo Boff (2012), a base do ser humano não está no sinto, logo sou, mas sinto, logo existo. No sentimento profundo, o qual coloca o indivíduo em contato vivo com os acontecimentos para entender que fazem parte de um todo maior. E perceber que mais importante que ter visões do que seja o mundo é ter experiências vividas nele. É obter paixões, amizades verdadeiras, amores e suas contradições como ódio, amores não correspondidos, decepções, pois é isto que proporciona ganhar experiências para aprender a lidar com vida.

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos
CUNHA, Conceijécia Nóbrega da
FERNANDES, Cristiane de Lira
SANTOS, Ruzinete Moura dos
MORAIS, Ildone Forte de

Levando em consideração estas explicações, percebe-se que os tipos de acontecimentos experimentados ao longo da vida podem mudar de acordo com a idade cronológica, com o tempo histórico, com os aspectos educacionais e em virtude de fatores individuais. Desta forma, a capacidade de resiliência tem o papel de contribuir para a reforma comportamental do indivíduo, de modo a permitir a renovação de suas atitudes diante das adversidades (SIMÃO, SALDANHA, 2012).

A partir do que foi exposto, percebe-se que o homem tem que conhecer o seu interior, sua vida psíquica e mental, a qual é traçada de sentimentos, paixões, sonhos e utopias. Cada pessoa tem dentro de si um universo, onde pode abrigar anjos e demônios, convergindo-se desde amor incondicional à ódio e loucura, sendo sintetizada numa expressão do pensamento complexo: *homo sapiens sapiens demens* (BOFF, 2012; MORIN, 2012).

CUIDAR DO ESPÍRITO

O estado de espírito designa primordialmente a capacidade da segurança vital dos próprios sentidos. O que constrói e caracteriza esse estado, entretanto são marcados em fundamentos que os antepassados refletem e repassam. Porém, é instituído de forma diferente de cultura para cultura e de povos para povos até chegar ao individualismo e crescer novamente (DORES, 2018).

Com o passar dos tempos, o homem acreditou que o mundo era como uma utopia, indestrutível pela mão humana. Mas nos últimos séculos

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

a realidade passou a ser diferente do que se imaginava, foi perceptível a sua reversão física e psicológica. Com isso, a ideia errônea de que a sociedade foi construída e embasada nesta utopia, leva ainda a evolução da própria forma de vida, o que se busca agora pelos seus autores cívicos numa tentativa de valorizar e buscar novas maneiras de retroceder a ruína (SILVA et al, 2008).

Dessa forma, o ambiente prazeroso, habitável e cheios de recursos que antes lhes supria as necessidades torna-se um lugar poluído, desorganizado e inapropriado para existência humana, o que contribui significativamente para o adoecimento do estado de espírito. Por outro lado, a vida na pequena cidade, ao passo que ainda tradicional, torna-se a melhor alternativa para uma vida longa e saudável, bem como para a organização do estado de espírito (SIMMEL, 2005).

É extremante urgente mudar ações, atitudes, responsabilizar-se não mais por si só, mas em coletividade. Desconstruir o ódio, o poder, a fama, o desperdício e o desnecessário. Reconstruir o que foi velho. Torna-se pequeno, tradicional e antigo. Tratar dos bons costumes, das boas práticas. Zelar o seu jardim. Cultivar os bons sentimentos e a paz de espírito (CAMARGO, 2017).

O planeta é ameaçado diariamente e, a cada dia é crescente essa ameaça, o que torna a forma como se vive inimiga do espírito e não o seu próprio ambiente. A despreocupação dos avanços da comunicação é uma oferta atrativa que não se mede esforços para sua existência e nem se destrói em consequência de sua aceitação (MARZOCHI, 2017).

Além disso, a magia tecnológica é uma realidade fantasiosa do

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

natural despercebida. Ela é em contrariedade um caos destruidor da forma do organismo e da espécie. A tecnologia desde os últimos séculos vem sendo acompanhada por ambientalistas principalmente pelo seu regresso no ambiente e aceitação da humanidade como fato natural (MARZOCHI, 2017).

Nesse contexto temos a vida solitária nas grandes cidades. Isto ocorre em função do modo como vivem as pessoas atualmente. Existência que tem como características o estresse, a ansiedade e as longas horas de serviço que se expressam na saúde do corpo e da mente. O ser humano, na maioria das vezes, tem a consciência disso a medida que lhe é colocado em uma situação semelhante. O fato é que reagem indiferentes a acomodação ao estilo de vida e faz com que o indivíduo não consiga enxergar como problema e/ou não tenha estímulo para resolução (SIMMEL, 2005).

Isto demanda uma necessidade urgente, qual seja, a reeducação moral. Esta deve ser baseada numa ética que venha brotar no sentimento mais humano e solidário. Uma visão real e frágil do lar em que habitamos, partindo do sentido do ser humano tornar-se mais conscientizado (SILVA et al, 2008).

Neste ponto a reeducação determinante para a vida humana se traduz no valor espiritual do seu processo de ensino. É indispensável aprender a ser espiritual, processo que não se almeja com uma religião individual, mas através do aspecto religioso dentro de si, de modo a fazer despertar o espírito de crianças, adolescentes e jovens para que se tornem cidadãos solidários (CAMARGO, 2017).

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto, é perceptível que os indivíduos, em sua magnitude, precisam adquirir uma nova postura diante do cenário atual que o mundo está passando, pois a problemática do cuidado requer uma visão ampliada e multidimensional para sua efetiva concretização em uma outra perspectiva que vai além do tecnicismo e do consumismo.

Neste sentido, para construir a sociedade do bem viver, é necessário valorizar o ser humano e o meio ambiente. É preciso criar a atitude de cuidar de si, para então cuidar dos outros e do planeta. Essa ação começa a partir do nosso modo de estar e ser no mundo. Da nossa maneira de nos relacionar. É necessário cuidar do corpo e da mente. A partir destas ações, tem-se uma atitude solidária e humanizada para o cuidado diante do mundo e de si mesmo.

Ademais, o cuidado com o próximo é fundamental para podermos viver harmonicamente na sociedade. As relações estabelecidas com a família, amigos, colegas de trabalho, são fundamentais para o processo do saber conviver. E para manter essa convivência ainda mais saudável, é necessário ter um bom relacionamento com a natureza. No entanto, a falta de equilíbrio que estamos criando nestas relações, tem causado muitos impactos para a nossa saúde física, psíquica e social, bem como um ônus negativo para o meio ambiente.

Devemos estar atentos ainda para a ideia de que muitos fatores têm influenciado direta ou indiretamente a nossa forma de estar no mundo, tais como o consumismo exacerbado, a falta de empatia nas relações pessoais,

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

o poder de manipulação da mídia, a má utilização dos recursos naturais, entre muitos outros fatores que podem ser resumidos à falta de cuidado com a terra e com os seres humanos.

Portanto, é fundamental que individualmente e coletivamente possamos criar estratégias de valorização da vida e do cuidado em suas múltiplas expressões, sendo necessário cuidar eficazmente de nós mesmos, dos outros e do meio ambiente. Para tanto temos um enorme desafio: desenvolver cuidado numa perspectiva multidimensional para construir a sociedade do bem viver.

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceijécia Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

REFERÊNCIAS

AMORIM, K. P. C. O cuidado de si para o cuidado do outro. **Revista Bioethikos**. Centro Universitário São Camilo, v. 7, n.4, p.437-441, 2013.

Disponível em:

<<https://www.saocamilosp.br/pdf/bioethikos/155557/a09.pdf>>. Acesso em:

em: 17 de dez. 2017.

BOFF, L. **O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, L. **O cuidado essencial: princípio de um novo ethos**. Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar., 2005. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1503/1690>>. Acesso em:

16 de dez. 2017.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano - Compaixão pela terra**. Ed. Digital Vozes, Petrópolis RJ, 2017. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=q4wwDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=CUIDAR+DO+PLANETA&ots=LitcrVeR7z&sig=s_CgL8bxR7PEdOcUsFeUXE8ZTic#v=onepage&q=CUIDAR%20DO%20PLANETA&f=false>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BOFF, L. Não há sustentabilidade sem o cuidado, 2012. Disponível em:

<<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/05/18/nao-ha-sustentabilidade-sem-o-cuidado/>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BOFF, L. Ecologia, Mundialização, Espiritualidade. Rio de Janeiro: Record, p. 79, 2008.

BOLSONI, B. V. **O cuidado de si e o corpo em Michel Foucault: Perspectivas para uma educação corporal não instrumentalizadora**.

Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1577/920>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos
 CUNHA, Conceição Nóbrega da
 FERNANDES, Cristiane de Lira
 SANTOS, Ruzinete Moura dos
 MORAIS, Ildone Forte de

CAMACHO, A. C. L. F.; SANTO, F. H. S. Refletindo sobre o cuidar e o ensinar na enfermagem. **Rev. Latino-am. enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 13-17, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/1529>>. Acesso 11 dez. 2017.

CARRILHO, M. R. **O cuidado como ser e o cuidado como agir**. Scielo Portugal. Vila Franca de Xira, n.21, p.107-114, ISSN 0874-5560, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S087455602010000100008&scrypt=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 19 dez. 2017.

CAMARGO, T. D. Educação integral e espiritualidade: os benefícios dessa relação para uma formação integral do ser humano. Instituto Federal de Mato Grosso - Campus Confresa **Revista Prática Docente**. v.2, n.1, p.97-111, jan/jun 2017. Disponível em: <<http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/48/26>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DORES, A.P. Estigma, intenções e estados de espírito. Sociologia, problemas e práticas, n.86, p.135-152, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Dores/publication/321906587_Estigma_intencoes_e_estados_de_espirito/links/5a38fc48a6fdccdd41ff016c/Estigma-intencoes-e-estados-de-espirito.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2018.

FERREIRA, S. I. P.; RIBEIRO, R. C. Uma abordagem ecoteológica de gênesis 1.27 e 2.15: análise acerca da interação entre o ser humano e a criação. **Revista Pax Domini**, v. 2, p. 146-165, mar. 2017. Disponível em: <<http://fbnovas.edu.br/revistas/index.php/pax/article/view/27/70>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

FRIESEN, A. Cuidando do ser: treinamento em aconselhamento pastoral. Edição 3. **Rev. Curitiba**. Editora Evangélica Esperança, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=vuy6DgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=cuidar+da+psique&ots=iRvlyhatFJ&sig=2hf>>

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceição Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

[vfEJzzDJbOssef-A3p_xKobQ#v=onepage&q=psique&f=false](#)>. Acesso em: 08 jan. 2018.

FORTES, P. A. C. et al. Bioética e Saúde global: um diálogo necessário. **Rev. Bioét**, v.20, n.2, p.219-25, 2012. Disponível em: <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/742/771>. Acesso em: 19 dez 2017.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 20. ed. Rio de Janeiro: Brasil, 2012.

MARZOCHI, S. F. **Espaço, tempo e subjetividade na era digital: dilemas da política contemporânea**, 2017. Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0188-1.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

NASSER, N. **A identidade corpo-psique na psicologia analítica**. Estudos e pesquisas em psicologia, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8957/7430>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

NAVARRO, M. B. M. A. et al. **A crise ambiental e a dimensão cognitiva e analítica da biossegurança**. Ciências e cognição, v.21, n.1, p.023-032, 2016. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/1040/pdf_69>. Acesso em: 19 dez. 2017.

OTTAVIANI, E. **Ususpauper e poesia no cuidado com a casa comum**. Encontros Teológicos, Florianópolis, v.31, n.3. 2016.

PEREIRA, L. H. P. Corpo e psique: da dissociação à unificação — algumas implicações na prática pedagógica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 151-166, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n1/a11v34n1>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos

CUNHA, Conceição Nóbrega da

FERNANDES, Cristiane de Lira

SANTOS, Ruzinete Moura dos

MORAIS, Ildone Forte de

SALDANHA, V. P. **Antigos e novos terapeutas: reflexões para a clínica contemporânea**. VI Semana de Psicologia Transpessoal: I Colóquio Brasileiro de Psicologia Transpessoal, 2011. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/38534656/ANTIGOS_E_NOVOS_TERAPEUTAS_REFLEXOES_PARA_A_CLINICA.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1515415785&Signature=jP3Z%02BgtOE1076kxlde2cWvs8Qo%03D&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DVI_Semana_de_Psicologia_Transpessoal_I_C.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018.

SANTOS, F. S.; INCONTRI, D. A arte de cuidar: saúde, espiritualidade e educação. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v.34, n.4, p.488-497, 2010. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/79/488a497.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

SIMÃO, J. P. S.; SALDANHA, V. Resiliência e Psicologia Transpessoal: fortalecimento de valores, ações e espiritualidade. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 291-302, 2012. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/93/art04.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018.

SILVA, J. I. et al. Cuidado, autocuidado e cuidado de si: uma compreensão paradigmática para o cuidado de enfermagem. **Revista Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**. São Paulo, v. 43, n. 3, p. 697-703, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reecusp/v43n3/a28v43n3.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

SILVA, R. M. C. R. A. et al. Cultura, saúde e enfermagem: o saber, o direito e o fazer crítico-humano. **Rev. Eletr. Enf**, v.10, n.4, p.1165-71, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/46844/22978>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, vol.11 no.2 rio de janeiro oct. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010>. Acesso em: 07 jan. 2018.

O cuidado e suas dimensões: uma revisão bibliográfica

MASCARENHAS, Yraguacyara Santos
 CUNHA, Conceijécia Nóbrega da
 FERNANDES, Cristiane de Lira
 SANTOS, Ruzinete Moura dos
 MORAIS, Ildone Forte de

VIEIRA, R. M.; VEIGA, V.; SPOSITO, F. V. Futuro limitado, passado imobilizado. **Anais**, Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.centroreichiano.com.br/artigos/Anais%202011/VIEIRA,%20Ros%E2ngela%20Mazurok.%20Futuro%20limitado,%20passado%20imobilizado..pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

WALDOW, V. R.; BORGES, R. F. Cuidar e humanizar: relações e significados. **ACTA Paul Enfermagem**. Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 414-418, 2011. Disponível em: <<http://www2.unifesp.br/acta/pdf/v24/n3/v24n3a17.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

WALDOW, V. R. **Cuidar: expressão humanizadora da enfermagem**. Petrópolis (RJ): Vozes; 2006. Disponível em: <>.

WANZELER, M. C. **O cuidado de si em Michel Foucault**. João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/5579/1/arquivototal.pdf>>.

O ‘BEM-VIVER’: UMA RESPOSTA À CRISE CIVILIZACIONAL

[GOOD-LIVING: ONE ANSWER TO CIVILIZATIONAL CRISIS]

César Sanson

*Doutor em sociologia e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(E-mail: cesarsanson@gmail.com)*

Recebido em: 05/03/2018. Aprovado em: 24/05/2018

O ‘bem-viver’: uma resposta à crise civilizacional

SANSON, César

Resumo: O presente artigo analisa o avançado estágio da crise civilizacional contemporânea a partir de uma quintupla crise – econômica, energética, alimentar, climática e do trabalho – que apresentam rupturas entre a sociedade e a economia e a sociedade e o meio ambiente. Uma possível resposta a essa crise civilizacional e ao retorno de uma sociedade que seja sustentável com a natureza, às necessidades humanas presentes e futuras e com uma ética solidária pode ser encontrada no conceito do bem-viver. O bem-viver, um conceito milenar oriundo dos povos indígenas se constrói na oposição ao ‘viver melhor’ ocidental, que é individualista e se faz à custa da natureza.

Palavras chaves: Crise civilizacional, crise ambiental, bem-viver

Abstract: The present article analyzes the advanced stage of the contemporary civilizational crisis fivefold - economic, energy, food, climate and labor – which present ruptures between society and the economy and society and the environment. A possible response to this civilizational crisis and the return of a society that is sustainable with nature which present ruptures between society and the economy and society and the environment. A possible response to this civilizational crisis and the return of a society that is sustainable with nature, present and future human needs, and a solidary ethic can be found in the concept good-living. Good-living, a millenarian concept originating from indigenous peoples, is constructed in opposition to the western 'better living', which is individualistic and is done at the expense of nature.

Keywords: Civilizational crisis, environmental crisis, good-living

INTRODUÇÃO

O mundo está confrontado com uma crise estrutural e não somente conjuntural. As crises econômica, ecológica, alimentar, energética e do trabalho são manifestações de uma crise maior: uma crise de modelo de desenvolvimento de tipo civilizacional. Na essência da crise encontra-se o “modo de produzir” e o “modo de consumir” da sociedade mundial que está levando o planeta ao esgotamento.

Na origem de todas essas crises está o fato de que a economia deixou de ser a “serva” da sociedade para se tornar a sua “senhora”. Impulsionada pela ideia de progresso linear e quantitativo assentado sobre o crescimento econômico e recursos naturais ilimitados, a economia, na sociedade industrial, foi se desvencilhando gradativamente da ética e da política e passou a ser orientada e regida tão somente pelo mercado. Ainda mais, para além da ruptura da relação entre economia e sociedade, também a ligação entre economia e ambiente foi se desfazendo.

Na luta contra a destruição do planeta e no debate sobre como preservar o que resta, redescobrimos os povos indígenas. Nos últimos anos, diversos países latino-americanos, particularmente os andinos, vêm incorporando nas suas constituições, o conceito do “bem-viver”, que nas línguas dos povos originários é identificado como *SumakKawsay* (quéchua), *Suma Qamaña* (aimará), *Teko Porã* (guarani). Para alguns teólogos, antropólogos, sociólogos e pesquisadores temos aí uma das grandes novidades no início do século XXI. Redescobrimos um conceito milenar: o “bem-viver” que se diferencia do ‘viver melhor’ ocidental, que é individualista e que se faz geralmente à custa dos outros e em oposição à natureza.

O conceito do “bem-viver” é radicalmente anticapitalista e sugere que devemos construir uma sociedade que seja sustentável com a natureza, às necessidades humanas presentes e futuras, com uma ética solidária, tendo como fim a construção de uma sociedade baseada em valores da solidariedade, liberdade, democracia, justiça e equidade.

CRISE CIVILIZACIONAL

A novidade crucial desse momento histórico é que nos confrontamos com diversas crises – econômica, energética, alimentar, climática e do trabalho – que necessitam ser enfrentadas simultaneamente. Essas crises não estão isoladas, pelo contrário, manifestam-se de forma sinérgica mesmo que às vezes isso não esteja tão evidente.

A origem de todas essas crises encontra-se no fato de que a economia deixou de ser a “serva” da sociedade para se tornar a sua “senhora”. Impulsionada pela ideia de progresso linear e quantitativo assentado sobre o crescimento econômico e recursos naturais ilimitados, a economia, na sociedade industrial, foi se desvencilhando gradativamente da ética e da política e passou a ser orientada e regida tão somente pelo mercado. Ainda mais, para além ruptura da relação entre economia e sociedade, também a ligação entre economia e ambiente foi se desfazendo.

O ‘modo de produzir’ e o ‘modo de consumir’ estão na origem da crise civilizacional. Foi o padrão de consumo desenfreado da sociedade mundial que originou a crise econômica. Ora, é o mesmo padrão de consumo, o responsável pelo aquecimento global. É o ‘modo de produzir’ e o ‘modo de consumir’ da sociedade mundial que está levando o planeta

ao esgotamento dos recursos naturais. Por outro lado, a crise alimentar – 1 bilhão de pessoas hoje passam fome no mundo – está ligada à crise economia e a crise ecológica. O problema da fome não se deve ao excesso da população, há alimentos para todos – o problema é político, de acesso à comida. O problema está no mercado. Por outro lado, a opção pelo aumento da produção de agrocombustível usurpa terra para a produção de alimentos. O agrocombustível por sua vez está encadeado à crise ecológica porque piora a alteração climática e promove outros efeitos negativos sobre a soberania alimentar, a biodiversidade, a contaminação de solos e água, o desmatamento de florestas e outros ecossistemas naturais.

Permeada à crise ecológica, econômica e alimentar encontra-se a crise energética. A voracidade por energia é infinita. O modo de produção e de consumo exige e demanda muita energia – petróleo, gás, biocombustível, hidroeletricidade, energia nuclear. A maioria das matrizes energéticas são poluidoras (fósseis), perigosas (nuclear) e devastadoras do meio ambiente (hidrelétricas), ao mesmo tempo em que exigem enormes investimentos.

Hoje, portanto, percebemos um encadeamento das crises. Já não podemos mais dar centralidade apenas a economia para depois nos ocupar das outras crises. A questão fulcral diz respeito ao esgotamento do modelo de desenvolvimento criado e incrementado na sociedade industrial baseado em uma visão linear, progressiva, infinita e redutora de desenvolvimento, e que tem no consumo desenfreado a sua mola propulsora. Há uma crença no crescimento econômico e sua linearidade.

Poderíamos ainda acrescentar a esse conjunto de crises, a crise do trabalho. A sociedade operária ou salarial, constitutiva à sociedade industrial se encontra em crise.

UMA BREVE ABORDAGEM DAS CRISES

CRISE ECOLÓGICA

O planeta Terra dá sinais cada vez mais reiterados e evidentes de esgotamento. Os sistemas físicos e biológicos alteram-se rapidamente como nunca antes aconteceu na história da civilização humana. Desde o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) de fevereiro de 2007, já não há mais contestação de que o responsável pela evolução acelerada da tragédia ambiental é a ação antropogênica sobre a Terra. À época, o informe dos pesquisadores e cientistas foi categórico e não deixou espaço para dúvidas ao afirmar de forma contundente – o relatório utilizou a expressão “inequívoca” – que o aquecimento global se deve à intervenção humana sobre o planeta.

Destaque-se que para muitos, as previsões do IPCC já estão defasadas. O quadro hoje seria pior do que o alardeado pelos cientistas no relatório de 2007. Estudo¹ apresentado por pesquisadores afirma que alguns limites planetários já foram ultrapassados. Segundo o estudo três dos limites já foram transgredidos: os do aquecimento global, a extinção de espécies e o ciclo do nitrogênio. Outros quatro estão próximos: uso da

¹ - O estudo foi coordenado por Johan Rockström, da Universidade de Estocolmo, e outros 28 cientistas de Universidades e Institutos europeus, norte-americanos e australianos e publicado no sítio www.stockholmresilience.org/planetary-boundaries - Fonte: **El País**, 4-10-2009 – publicado no sítio do **IHU**.

água doce, conversão de florestas em plantações, acidificação dos oceanos e ciclo do fósforo. Os outros dois são a contaminação química e a carga de aerossóis na atmosfera.

Segundo o relatório Planeta vivo 2008, divulgado pelo WWF, nosso consumo dos recursos naturais já excede em 30% a capacidade de o planeta se regenerar. Com outras palavras, a espécie humana já necessita hoje de 1,3 planetas para satisfazer suas necessidades e desejos de consumo. A “pegada ecológica” – indicador da pressão exercida sobre o ambiente está muito forte. A média é 2,2 hectare, mas o espaço disponível para regeneração (biocapacidade) é de apenas 1,8 hectare. Avançamos o sinal. Há quem diga que o estrago já foi feito e ponto de retorno já passou. Na análise do ambientalista James Lovelock, Gaia – o organismo vivo que é a Terra – está com febre e se nada, e urgentemente, for feito esse quadro poderá evoluir para o estado de coma.

É o tipo de desenvolvimento econômico implantado, especialmente, ao longo dos últimos dois séculos, baseado no paradigma do crescimento econômico ilimitado, na idéia de progresso infinito e na concepção de que os recursos naturais seriam inesgotáveis e de que a nossa intervenção sobre a natureza se daria de maneira neutra que se encontra a razão do impasse que vivemos. Na origem da crise ecológica está o consumo desenfreado. O estilo de vida americano e ocidental – reproduzido em grande parte do continente latino-americano – não é compatível com as possibilidades do nosso Planeta.

“Essa crise ambiental não veio do nada. Não foi desastre natural, foi causada por homens”, diz Nicholas Stern². Quando se pensa que uma

² - Cf. artigo de Nicholas Stern publicado na **Folha de S.Paulo**, 03-11-2008. Nicholas Stern é responsável pelo **Relatório Stern** – extenso estudo sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos.

sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas futuras³, percebe-se que o nosso modo de produção e de consumo está comprometendo a vida das futuras gerações, ou seja, estamos decidindo a sorte de quem virá depois de nós, deixando-lhes um mundo árido, poluído e feio.

Emerge com intensidade crescente a consciência de que qualquer projeto radicalmente alternativo de sociedade não pode desconsiderar a questão ecológica.

CRISE ECONÔMICA

O mundo vive às voltas com ameaças de crise econômica. Tem sido assim nas últimas décadas. Porém, foi a crise financeira que estalou nos Estados Unidos em agosto de 2007, que permitiu o retorno do debate ideológico e revelou a falácia do mercado como organizador da vida econômica, política e social da sociedade mundial. Foi a pior crise econômica desde a década de 1930. Como uma metástase se espalhou rapidamente, contaminou a economia mundial e arrastou o mundo para uma recessão levando milhares ao desemprego. Sob a perspectiva ideológica, a crise tendo o seu epicentro na maior economia mundial, abalou os mitos do liberalismo e colocou em xeque o 'pensamento único' que varreu irresistivelmente o planeta nas últimas décadas.

Alguns elementos da crise: Na essência da crise econômica está o descolamento do capital financeiro do capital produtivo – o dinheiro que gera dinheiro do nada, descolado da matriz produtiva. A crise evidenciou que o trabalho e a atividade produtiva deixaram de serem os agentes

³ - Definição de Lester Brown.

organizadores da sociedade que passaram às mãos do capital financeiro. O resultado desse processo atingiu em cheio o mundo real: demissões, anúncio de férias coletivas, interrupção da produção e o fechamento de fábricas.

Por outro lado, junto com a crise, os mitos econômicos vendidos como verdades irrefutáveis caíram por terra. Tardamente há um reconhecimento – de algo que há muitos anos vem afirmando o movimento social – de que o mercado precisa ser regulado. A tese liberal do mercado como aquele que se auto-regula se mostrou uma falácia. Os que ousavam criticar a desregulação financeira eram vistos como ‘atrasados’, entretanto, a própria Meca do liberalismo, os EUA, que impuseram as exortações do ‘pensamento único’ ao mundo, reconheceu que o mercado precisa de um mínimo de regulação. A maior potência econômica do mundo, os EUA, reconhece que a sua cruzada em defesa das virtudes do liberalismo esgotou-se. Os anos dourados do neoliberalismo e as orientações do ‘Consenso de Washington’ entraram em crise, ao menos do ponto de vista ideológico.

Ao mesmo tempo, a crise não é apenas de macro teoria, é também de natureza ética. Todo sistema histórico de organização da sociedade necessita de uma base de legitimação moral. Com a crise rompeu-se a ética de um sistema fundado em valores que decorrem da máxima “vícios privados, benefícios públicos”, ou seja, a ideia de Bernard de Mandeville, de que a sorte dos demais é, em última instância, uma manifestação do nosso amor-próprio, do nosso auto-interesse. A tese do egoísmo como virtude exposta por Adam Smith ao destacar que a busca compulsiva do próprio interesse conspiraria para a elevação do bem-estar da sociedade falhou. A cobiça desmedida dos agentes financeiros desatou a crise.

Nesta perspectiva, assistiu-se ao retorno do protagonismo do Estado que havia sido colocado de lado. O Estado deixou de ser o problema para voltar a ser a solução. O Estado se tornou a tábua de salvação do capitalismo – assistiu-se a um derrame de dinheiro público para salvar bancos e fábricas. O dinheiro que nunca se tem para aplicar na redução da pobreza e da desigualdade no mundo apareceu para resgatar os interesses dos mais poderosos.

Cabe destacar que na origem da crise econômica encontra-se o consumo compulsivo. Foi a obsessão pelo consumo da sociedade americana (imóveis, carros, bens duráveis) que lançou o mundo na crise. Esse fato associa-se ao tema da crise ecológica, a crise energética e alimentar.

O lado positivo da crise encontra-se na possibilidade do fim do unilaterismo e na formação de um mundo multipolar e, sobretudo, no revigoramento das teses do movimento antiglobalização. A necessidade de controle do capital financeiro propugnada pela ATTAC – que ganhou corpo ao longo das edições do Fórum Social Mundial (FSM) retomou fôlego novamente.

CRISE ENERGÉTICA

A civilização moderna é insaciável por energia. A voracidade por energia está associada aos padrões sempre crescentes de produção e consumo. A energia impostou-se no centro do desenvolvimento neste início do século XXI. Não há país no mundo hoje que não esteja às voltas com a questão energética, que tem hoje o potencial de estrangular qualquer economia. O mundo necessita sempre mais de petróleo, carvão,

gás, eletricidade, energia nuclear e agora biocombustíveis. As matrizes energéticas, via-de-regra, se produzem a partir de uma lógica concentrada e concentradora, além de refém do gigantismo – basta pensar aqui nas gigantescas estruturas para extração e refino de petróleo, nas hidrelétricas e usinas nucleares.

As matrizes energéticas centralizadoras, poluidoras e devastadoras do meio ambiente – tributárias da sociedade industrial –, apresentam enorme ameaças a biodiversidade e perigos à civilização humana, particularmente no caso da energia nuclear. Cabe alertar que essas matrizes energéticas pertencem cada vez mais ao passado e o século XXI exigirá outras fontes de energia – renováveis e limpas.

Na realidade, em termos energéticos, a humanidade está passando da era do petróleo para uma era em que a produção de energia se dará em escala descentralizada e com impactos menores sobre o ambiente. A nova economia tendo como paradigma a Revolução Informacional, que está deixando para trás a Revolução Industrial, potencializa a gestação de um novo tipo de organização produtiva menos poluidora e com potencial descarbonizador. Essa nova economia potencializa novas matrizes energéticas que podem oportunizar inclusive a criação de outro tipo de empregos.

O pesquisador Jeremy Rifkin⁴ nos dá uma ideia do que está por vir: “Estamos no início da terceira revolução industrial: no período dos próximos trinta anos tudo mudará como mudou quando o vapor foi substituído pela eletricidade. Desta vez, quem vencerá será a *intergrid*, a Internet da energia: uma rede elétrica interativa e descentralizada, que transformará milhões de consumidores em pequenos produtores de

⁴ - Cf. entrevista de Jeremy Rifkin ao **La Repubblica**, 08-11-2008. Fonte sítio do **IHU** - www.ihu.unisinos.br – publicado em 12-11-2008.

energia criando um sistema mais confiável, mais seguro e mais democrático. Os edifícios serão envoltos em fotovoltaicos e, em vez de sugar a energia, produzirão. Os motores dos automóveis poderão, por sua vez, transformarem-se em mini-centrais, os tetos dos pavilhões beberão a energia solar com seus painéis e a restituirão. Uma parte da eletricidade será consumida diretamente no local de produção, reduzindo a dispersão. É uma revolução radical que mudará toda a arquitetura do nosso sistema produtivo. E quem compreender isso primeiro guiará o novo salto industrial”.

Segundo ele, “o século que apenas se iniciou é o século da terceira revolução industrial. O século da Internet e a energia soft que é produzida a partir de baixo, nos bairros, nas casas, se articulando em rede, com entrada e saída, os fluxos de informação e da energia. É um modelo descentrado, democrático, mais confiável tanto do ponto de vista dos custos quanto daquele da independência da produção”.

A nossa civilização centrada no petróleo, e pode-se acrescentar aqui as megas hidrelétricas e usinas nucleares, não se justificam mais, são tributárias de uma sociedade que está ficando para trás.

Neste aspecto, o Brasil em vez de assumir a vanguarda no processo de descarbonização da economia, investe em matrizes superadas – grandes hidrelétricas como as do Rio Madeira e de Belo Monte. Essas grandes obras implicam em grandes inundações de terras, em significativos deslocamentos de pessoas e em devastação ambiental gigantesca e sucessivos apagões. Essa é também a lógica subjacente aos agrocombustíveis que utilizam grandes extensões de terra, produção em larga escala, avançando sobre terras agricultáveis e voltadas para suprir

preferencialmente o mercado externo. É nesse mesmo sentido que se deve olhar criticamente o pré-sal.

CRISE ALIMENTAR

Segundo a FAO, organismo da ONU dedicada à alimentação, 1 bilhão de pessoas passam fome hoje no mundo. Os que sobrevivem à fome carregam seqüelas para sempre. A fome mina a vida e acaba com a capacidade produtiva, enfraquece o sistema imunológico, impede o trabalho e nega a esperança. Dados dão conta de que a fome mata 24 mil pessoas a cada dia – 70% delas crianças; cerca de 200 milhões de crianças de países pobres tiveram seu desenvolvimento físico afetado por não ter uma alimentação adequada, segundo o Unicef; nos últimos anos irromperam revoltas por causa da fome em 25 países.

A obscenidade da fome, entretanto, se torna ainda maior quando se sabe que: no mundo de hoje há mais comida do que em qualquer outro momento da história da humanidade; temos 6,7 bilhões de habitantes, e produzimos mais de 2 bilhões de toneladas de grãos, o que significa que produzimos quase um quilo de grãos por pessoa e por dia no planeta, amplamente suficiente para alimentar a todos; segundo a FAO o mundo precisaria de US\$ 30 bilhões por ano para lutar contra a fome, recursos que significam apenas uma fração do US\$ 1,1 trilhão aprovado pelo G-20 para lidar com a recessão mundial; 65% dos famintos vivem em somente sete países; no mesmo momento em que 1 bilhão de pessoas estão passando fome, outro 1 bilhão sofre de obesidade por excesso de

consumo; uma criança americana consome o equivalente a 50 crianças africanas da região subsaariana⁵.

Muitos pensam que o problema da fome se deve ao excesso da população, de que não há alimentos para todos e se faz necessário o controle da natalidade. Essa tese não se justifica. A FAO há vinte anos afirma que o problema é político. A fome é um problema, sobretudo, de acesso à comida e não de disponibilidade de alimentos, ou seja, a crise alimentar não é uma crise fundamentalmente de produção, mas de distribuição. O problema está no mercado.

A razão para o aumento da fome está ainda associada, entre outros fatores, a crise econômica (leia-se especulação das grandes corporações com os alimentos que chamam de commodities), às mudanças climáticas que provocam em alguns momentos inundações e, em outros, secas terríveis, e ao aumento das controvertidas plantações para produzir combustível, que rouba áreas da agricultura de subsistência.

A crise alimentar está também associada aos escandalosos subsídios concedidos aos fazendeiros dos países ricos. Existe muito dinheiro para subsidiar a agricultura dos que já tem muito e pouco, ou quase nada, para os países pobres que mais precisam. Nas últimas décadas, o livre comércio e as políticas neoliberais favoreceram e incrementaram o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, da reforma agrária, da produção ecológica. A globalização não significou o livre comércio de comida de alguns países para outros. Pelo contrário, ela esmaga os países que podem produzi-la.

⁵ - Os dados – desse parágrafo como do anterior - se encontram na Conjuntura da Semana produzida pelo CEPAT em parceria com o IHU e se encontra no link http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=27612

Ao mesmo tempo a Revolução Verde e agora os transgênicos, vendidos como solução para a crise alimentar são um grande engodo. O modelo agrícola dominante no mundo, o agronegócio, é destruidor da natureza. Assentado no monocultivo, concentrador de recursos e protagonizado pelo grande capital gera um reduzido número de postos de trabalho e atende fundamentalmente interesses transnacionais. Os fertilizantes químicos e os defensivos agrícolas, causam estragos ambientais muitos deles irreversíveis. Insistir nesse modelo como resposta ao problema da fome é uma mentira.

A CRISE DO TRABALHO

O trabalho ocupa um lugar central na vida das pessoas. É o trabalho que identifica, determina, distingue, classifica e marca decisivamente as nossas relações sociais, quem somos, o que fazemos e os nossos valores. Tem sido assim ao menos nos últimos duzentos anos. “A era moderna – entenda-se o surgimento da Revolução industrial – trouxe consigo a glorificação teórica do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária”⁶. É essa sociedade – a sociedade operária ou a sociedade salarial – que agora está em crise.

Nesses últimos dois séculos poderíamos dizer que a sociedade industrial institui alguns “valores” em torno do trabalho. Valores que foram passando de gerações para gerações. Hoje, entretanto esses “valores” estão em crise com consequências econômicas, sociais e culturais.

⁶ - ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 2002.

Na sociedade industrial o trabalho é o elemento central que permeia o conjunto das instituições e as pessoas provam o seu valor pelo seu trabalho. Hoje, porém, com a desestruturação da sociedade salarial em que milhares se encontram desempregados ou em atividades mal remunerados, sem carteira assinada, muitos vivem uma situação de constrangimento porque não conseguem estabelecer uma relação de pertença à sociedade.

No período anterior, a profissão marcava o trabalhador – uma vez exercendo determinada atividade para sempre a exercia e o trabalho se fazia maneira continuada, geralmente em um mesmo local, na mesma fábrica e em função do tempo em que conviviam juntos, na mesma planta industrial, os trabalhadores construía laços de fidelidade, companheirismo, de amizade e lealdade. Hoje, na medida em que o trabalho se realiza de forma intermitente, trabalha-se um pouco aqui e um pouco ali, permeado de tempos de não trabalho, acabou-se a “estabilidade”, a possibilidade de estabelecer projetos. Como pensar no longo prazo se tudo acontece no curto prazo? Como estabelecer laços de solidariedade e de companheirismo – sentimento de classe –, se as relações já não são duradouras?

O mundo do trabalho está passando por uma radical mudança. Não se trata de uma mudança qualquer. Uma verdadeira revolução está acontecendo, que altera tudo e mexe com todos. Desregulamentação, flexibilização, terceirização e precarização tornaram-se conceitos fortes para explicar a nova realidade do trabalho. “O desemprego em massa e o desmantelamento da proteção social criam novas categorias de pessoas: os supranumerários, os inempregáveis, os desfilados, os desvalidos, os

dissociados, os desqualificados, os supérfluos. Os 'inúteis para o mundo"', afirma Castel⁷.

O mundo do trabalho de hoje divide-se sempre e cada vez mais entre os integrados: os trabalhadores estáveis, em número reduzido, com bons salários e vinculados aos circuitos mundiais de produção; os semi-integrados: trabalhadores em situação de risco, aqueles que trabalham precariamente e de forma intermitente e os excluídos: trabalhadores que estão fora da sociedade salarial, estão no mercado informal, fora da rede de proteção social.

A profunda mudança que percebemos no mundo do trabalho e particularmente na forma de se pensar e organizar o trabalho estão associadas às consequências da revolução tecnológica e ao ataque do (neo) liberalismo à legislação do trabalho.

A chamada quarta Revolução Industrial vem impactando extraordinariamente o mundo do trabalho por ser portadora de uma nova forma de organizar o trabalho humano e também em função da dispensa de mão de obra. Ao contrário da revolução industrial que incorporou maciçamente mão-de-obra, a revolução tecnológica vem eliminando postos de trabalho.

Por outro lado, a precarização do mundo do trabalho está relacionada à atual fase de acumulação capitalista, caracterizada pela globalização, a desregulação comercial e financeira e a concentração do capital produtivo. O capital se tornou ainda mais forte e através de sua influência junto ao Estado procura dismantelar as conquistas obtidas

⁷ - CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1998.

pelos trabalhadores. Assiste-se uma tentativa do capital em acabar com o Estado de Bem-Estar Social, que aqui no Brasil nem chegou a se constituir. Livre das amarras da luta que se travou na arena pública, o capital retomou e deslocou o debate para a arena privada, ou seja, de agora em diante, é o mercado que procura definir as regras do jogo. Nessa perspectiva, as relações de trabalho se fazem sempre e cada vez mais num processo de relações institucionais de individualização, na qual os atores do trabalho se vêem enfraquecidos, vide os sindicatos.

Repensar a organização social do trabalho é uma exigência da nova realidade social. Aumenta a percepção de que o desemprego, a informalidade, as situações de precarização do trabalho não é algo meramente conjuntural, mas se tornou estrutural, ou seja, cada vez mais a precarização é central e constitutivo à nova forma de organização do sistema produtivo centrado na revolução tecnológica. O capitalismo do ‘pleno emprego’ se tornou uma quimera.

É preciso construir uma nova noção de trabalho que supere a visão meramente econômica, que divide a sociedade entre os que recebem e os que não recebem. Entre os que têm emprego e os que não o têm. É necessário e urgente discutir os ganhos de produtividade. Por que apenas alguns se beneficiam com a produção cada vez maior? Não deveríamos considerar que o aumento da produtividade é fruto do conjunto da evolução do conhecimento da humanidade e que, portanto, todos têm o direito de usufruir desses ganhos?

A crise da sociedade salarial, do emprego, é uma ótima oportunidade para se pensar, debater e avançar em propostas que contribuam para outro paradigma civilizacional que tenha como referência a organização social do trabalho na perspectiva da inclusão social.

O 'BEM-VIVER' COMO RESPOSTA À CRISE CIVILIZACIONAL

Considerando-se o conjunto da análise anterior, emerge das comunidades originárias latino-americanas, particularmente dos povos indígenas, uma novo conceito de pensar a vida em comum que pode contribuir na superação ou mitigação da crise civilizacional. Trata-se do 'bem-viver', de uma convivência comunitária intercultural, sem assimetrias de poder. É um modo de viver sentindo-se parte da comunidade.

Na luta contra a destruição do planeta e no debate sobre como preservar o que resta, redescobrimos os povos indígenas. Hoje realizamos dezenas de campanhas para motivar as pessoas a consumirem menos e colocarem menos pressão sobre os recursos naturais. Os povos indígenas não precisam nada disso. Os povos indígenas nos ensinam que o conceito de sustentabilidade está vinculado a outra lógica, ao não crescimento, ao respeito e preservação da biodiversidade.

Nos últimos anos, diversos países latino-americanos, como Equador e Bolívia, vem incorporando nas suas constituições, o conceito do bem-viver, que nas línguas dos povos originários soa como *SumakKawsay* (quíchua), *Suma Qamaña* (aimará), *Teko Porã* (guarani). Para alguns sociólogos e pesquisadores temos aí uma das grandes novidades no início do século XXI.

Redescobre-se agora um conceito milenar: O 'Bem-Viver'. "A expressão Bem-Viver, própria dos povos indígenas da Bolívia, significa, em primeiro lugar 'viver bem entre nós'. Trata-se de uma convivência comunitária intercultural e sem assimetrias de poder (...) É um modo de viver sendo e sentindo-se parte da comunidade, com sua proteção e em

harmonia com a natureza (...) diferenciando-se do 'viver melhor' ocidental, que é individualista e que se faz geralmente a expensas dos outros e, além disso, em contraponto à natureza”, escreve Isabel Rauber⁸, pensadora latino-americana, estudiosa dos processos de construção do poder popular em indo-afro-latinoamérica.

De acordo com David Choquehuanca⁹, o Bem-Viver é um processo que está apenas começando e que pouco a pouco irá se massificando: “Para os que pertencem à cultura da vida, o mais importante não é o dinheiro nem o ouro, nem o ser humano, porque ele está em último lugar. O mais importante são os rios, o ar, as montanhas, as estrelas, as formigas, as borboletas (...) O ser humano está em último lugar, para nós o mais importante é a vida”. Fernando Huanacuni¹⁰, uma das principais referências intelectuais dos aymara na Bolívia, sustenta que a base do processo de mudança no país está na retomada de culturas originárias. “Quando falamos de comunidade, não falamos só de humanos. Comunidade é tudo: animais, plantas, pedras”, diz ele.

O indígena não critica apenas o utilitarismo do capitalismo, mas critica também o utilitarismo do marxismo: “O marxista quer, tem somente um pensamento material. Nós preferimos não explorar porque é importante para o equilíbrio da vida. Mas o marxista não pensa assim. Para mudar o sentido de um rio, o marxista vai colocar tratores e pronto. O indígena vai dizer ‘não, calma, espera, vamos pedir permissão para os nossos ancestrais e vejamos se é bom’. O marxista vai dizer ‘claro que é bom, aqui vamos produzir’. Ele não vê importância no espiritual, não o

⁸ - Cf. <http://isabelrauber.blogspot.com>

⁹ - Rebelión, 13-11-2015.

¹⁰ - Brasil de Fato, 13-07-2009.

sente. Por isso ainda não está entendendo". O "nosso modelo não é comunista, mas comunitário", diz ele.

O líder yanomami Davi Kopenawa¹¹ diz que "o homem branco está enlouquecido com a terra, sempre quer tirar mais e mais para que a cidade cresça. Só pensa no solo: petróleo, ouro, minerais, estradas, carros, trens". Interpela o líder indígena: "Vocês falam em resgate: cortaram a floresta e, agora, para resgatar é difícil e já está tarde. Tem de resgatar antes de destruir. O homem da cidade não gosta da natureza, dos animais, das árvores. Ele só gosta de derrubar e fazer plantação de capim. Quem come capim? O boi. O homem branco é capitalista, pensa só no dinheiro e em derrubar as árvores, matar animais", diz ele.

O Bem-Viver nos convida a "sair da dicotomia entre ser humano e natureza", diz KatuArkonada¹², pesquisador e analista do Centro de Estudos Aplicados aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Ceadesc, da Bolívia. Ou seja: "despertar para uma consciência de que somos filhos da Mãe Terra, da Pachamama, e tomar consciência de que somos parte dela, de que dela viemos e com ela nos complementamos". É um estilo de vida que nos ensina "não a viver melhor, mas sim a viver bem com menos", resume.

CONCLUSÃO

Há um mal estar difuso na sociedade mundial. O século XXI não começou bem. Assiste-se a um paradoxo: a prodigiosa (r)evolução das

¹¹ - Revista IHU On-Line: *Bem-Viver: um aprendizado para a humanidade*, nº 340, 23-agosto 2010

¹² - Revista IHU On-Line: *Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados*, nº 340, 23-agosto 2010

forças produtivas, da ciência e da técnica dá sinais de que ao invés de conduzir a humanidade ao porto seguro, o bem viver coletivo, empurra a civilização para a barbárie. Estamos diante do enigma, como lembra o filósofo Henrique Cláudio de Lima Vaz, “de uma civilização avançada na sua razão técnica, mas dramaticamente indigente na sua razão ética”. Parece que está em curso uma reestruturação regressiva, ou seja, abandona-se o sonho da igualdade, de uma sociedade solidária, e no seu lugar imposta-se a ideologia do “novo individualismo” que se traduz na máxima da competitividade.

O desafio para a cidadania mundial é abrir picada para a sociedade civilizatória. O nosso programa precisa criar formas alternativas ao consumismo, à mercantilização generalizada, ao desprezo pelos impactos ambientais das atividades econômicas, ao produtivismo, à procura de satisfação dos interesses privados em detrimento dos interesses, dos bens e dos serviços coletivos, ao desrespeito aos direitos humanos.

O Bem-Viver é uma mudança no modo de pensar e de agir, onde o bem comum é mais importante do que os interesses individuais. É também outro modo de organizar a economia, sabendo que os recursos da Terra são limitados, e isso exige que cada um de nós aprenda a viver com menos para que todos possam viver com justiça e liberdade.

Para que haja Bem-Viver, é preciso: respeitar todas as formas de vida; conviver em harmonia com a natureza porque ela é parte de nós e nós somos parte dela; conseguir uma vida digna para todas as pessoas e bom relacionamento entre elas, dando maior valor ao bem comum; partilhar o que se consegue produzir entre todos; não produzir mais do que o necessário, mas produzir o suficiente para todos.

O 'bem-viver': uma resposta à crise civilizacional
SANSON, César

O Bem-Viver é uma inspiração para outro modelo de sociedade. Não se trata de idealizar e considerar que de um momento para outro transitaremos de uma sociedade de mercado para uma sociedade comunitária onde tudo será colocado em comum. Essa possibilidade reside como utópica. É incontestável, porém, que o capitalismo e as suas crises sistêmicas nos empurra para a barbárie e aqui reside como um contra-pontoa contribuição do Bem-Viver.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 2002.

ARKONADA. Katu. *Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados*. In: SumakKawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano X, nº 340, 23-agosto 2010, p. 11-14.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1998.

KOPENAWA. Davi. *Bem-Viver: um aprendizado para a humanidade*. In: SumakKawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver. **IHU ON-LINE**, São Leopoldo, ano X, nº 340, 23-agosto 2010, p.29-31.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade**, São Paulo: Loyola, 2002.

**A IMPORTÂNCIA DA REDE DE JUVENTUDES DO
SERIDÓ NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS JOVENS
NO MUNICÍPIO DE CAICÓ-RN**

**[THE IMPORTANCE OF THE SERIDÓ YOUTH NETWORK
IN THE SOCIAL PARTICIPATION OF YOUNG PEOPLE IN
THE CAICÓ-RN MUNICIPALITY]**

Pedro Henrique Araújo dos Santos

*Graduado em Serviço Social pela Universidade Anhanguera UNIDERP
(E-mail: pedrohas.ph@gmail.com)*

Juliana Kelly Dantas da Silva

*Mestre em Serviço Social e professora da Faculdade Católica Santa Teresinha
(E-mail: julianakelly18@hotmail.com)*

Recebido em: 01/03/2018. Aprovado em: 19/05/2018

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

RESUMO: Nos dias atuais, percebemos que muitas são as dificuldades para a organização da juventude e a participação política nos espaços de poder e decisão existentes na sociedade. Em muitos dos espaços políticos os jovens não se sentem representados, nem tem oportunidades de defender seus interesses. Nesse contexto, percebe-se a ausência de formação política e oportunidades de participação do jovem na sociedade. Nessa perspectiva, esta pesquisa está pautada no levantamento de elementos da participação social, cultura política dos jovens e da trajetória de organização da Rede de Juventudes do Seridó que contribuem para a formação da consciência crítica dos jovens e favorecem o exercício do controle social e da promoção de políticas públicas voltadas para a juventude.

PALAVRAS-CHAVES: Juventude; Participação Social; Rede de Juventudes.

ABSTRACT: Nowadays, we realize that there are many difficulties for the organization of youth and political participation in the spaces of power and decision in society. In many political spaces young people do not feel represented, nor do they have opportunities to defend their interests. In this context, one can perceive the lack of political formation and opportunities for youth participation in society. In this perspective, this research is based on the survey of elements of social participation, political culture of the young people and the organizational trajectory of the Youth Network of Seridó that contribute to the formation of the critical awareness of young people and favor the exercise of social control and promotion of public policies aimed at youth.

KEYWORDS: Youth; Social Participation; Youth Network;

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

INTRODUÇÃO

Historicamente o processo de ascensão da juventude na vida política contribuiu para que mudanças no contexto político do país fossem introduzidas em diversas épocas. Os movimentos estudantis tiveram um papel fundamental na luta pela garantia dos direitos assegurados na constituição de 1988, que trouxeram mudanças sociais importantes para a população.

Podemos observar a participação social dos jovens nos movimentos pelas diretas já no Brasil, que reivindicavam eleições diretas para presidente, e nas lutas travadas pela juventude pelo fim da ditadura militar. Assim, a participação e a busca pela inserção dos jovens no cenário político foi o estopim para a busca por melhorias e uma esperança para aqueles que acreditam em um recomeço dos valores da sociedade.

No entanto, nos dias atuais, percebemos que muitas são as dificuldades para a organização e participação social da juventude nos espaços de poder e decisão. Em muitos desses espaços, os jovens não se sentem representados, nem tem oportunidades de defender seus interesses. Essa problemática está relacionada, principalmente, à ausência de formação política e oportunidades de participação do jovem na sociedade.

A Rede de Juventudes do Seridó surgiu a partir da iniciativa da Caritas Diocesana de Caicó, entidade de atuação e promoção social da Diocese de Caicó, que desenvolve, entre outras, uma ação voltada para o protagonismo juvenil, com o intuito de promover atividades de formação política para juventude, na perspectiva da participação social, na região do

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

Seridó. As ações desenvolvidas pela Cáritas junto à Rede de Juventudes do Seridó contribuem para a formação de uma consciência crítica e favorecem o exercício da participação social dos jovens nos diversos espaços de participação e exercício do controle social.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE NO BRASIL

Partindo do significado etimológico da palavra participação, verificamos que a mesma tem origem do latim *participatio*, que quer dizer ação e efeito de participar (tomar parte, intervir, compartilhar, denunciar, ser parte de). Dessa forma, participar está diretamente relacionado ao exercício concreto da cidadania, tendo em vista que é considerado cidadão não apenas o sujeito que tem seus direitos garantidos, mas que participa das decisões políticas do seu país.

O conceito de participação na sociologia remete a um princípio de integração dos indivíduos em seus diversos espaços organizacionais de mobilização e articulação que discutem assuntos relevantes para o seu ambiente social. Para tanto, participar exige condições específicas, pois nem todas as pessoas têm o direito de fazer parte dos espaços de decisões existentes na sociedade e sentem-se preparadas para argumentar em favor dos seus interesses.

O método mais tradicional de participação é o sufrágio que permite o povo escolher, por um determinado tempo, quem os irá representar. A isto chama-se de democracia representativa. Nessa premissa, podemos inferir a ideia de participação como intervenção popular, uma vez que na atualidade os movimentos sociais estão, de certa forma, capacitados para modificar, alterar ou extinguir os poderes de um sistema estatal desvalidado.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

A participação é um modo de articulação e controle das políticas públicas que os cidadãos detêm sobre o poder público e representações políticas. Não se pode compreender participação como ferramenta unânime na construção das políticas, mas sim como plataforma organizacional pensada a partir das perspectivas dos mais fragilizados da sociedade, uma vez que necessitam de assistência e atenção assídua destas políticas sociais. Segundo Toro A. e Werneck (1997) a participação é construída a partir de três princípios intrínsecos e essenciais de um processo de mobilização e participação, são eles:

A participação como valor democrático onde deve-se enxergar a ordem social não como um fator natural, mas sim como processo de incorporação da sociedade nos espaços de decisão:

[...]. Quando a sociedade começa a entender que é ela que constrói a ordem social, vai adquirindo a capacidade de autofundar a ordem social, de construir a ordem desejada, vai superando o fatalismo e percebendo a participação, a diferença e a deliberação de conflitos como recursos fundamentais para a construção da sociedade. A participação deixa de ser uma estratégia para converte-se em ação rotineira, essencial. (TORO A. & WERNECK, 1997, pg. 26.)

A participação social como valor e sinal democrático, onde não é possível saber como será a ordem de convivência democrática e de produtividade sem a participação de toda sociedade:

[...]. Não se trata de construir uma ordem social por quem acha que sabe fazê-lo para que os outros se integrem a ela. Trata-se de construir com todos, inclusive com os pobres, uma ordem social onde todos possamos conviver e ser produtivos econômica, política, cultural e socialmente. Uma sociedade é democrática e produtiva quando todos que dela participam podem fazer competir organizadamente seus interesses e projetar novos futuros. (TORO A. & WERNECK, 1997, pg 26.)

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

Por fim, a participação de todos como uma necessidade para o desenvolvimento social, pois o processo de participação é uma prática que se deve aprimorar de acordo com as mudanças da sociedade contemporânea, tendo em vista que, se podemos, hoje, atuar em assuntos importantes, pautados nos anseios dos mais vulneráveis, como a garantia de direitos fundamentais na manutenção do bem-estar social, com caráter constitucional, essenciais para garantir a cidadania de todos. Portanto, faz-se necessário que aprendamos a discutir e agir coletivamente. Assim, molda-se uma fidúcia na aptidão de promover e incorporar soluções paliativas para as mazelas da sociedade e com embasamentos para a edificação de uma sociedade com identidade e autonomia.

Dessa forma, a compreensão dos cidadãos como sujeitos portadores de seus direitos e deveres se dá também pelo exercício da cidadania. A palavra cidadania vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Antigamente, cidadão era aquele que pertencia a uma cidade e tinha direitos e deveres por nela habitar. Hoje, esses conceitos extrapolam os limites urbanos, podendo ser compreendidos também nos espaços rurais.

Porém, há filósofos como Theodor Adorno (1975) que se comportam de forma crítica à esta suposta ideia, quando se refere aos indivíduos na condição de cidadão, uma vez que muitos são excluídos socialmente em função das disparidades geradas pelo sistema capitalista de produção. E em muitos casos, acontece a reificação, isto é, a coisificação, a transformação do ser em mercadoria, da figura do cidadão na sociedade contemporânea.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

No que diz respeito à reflexão sobre a juventude na contemporaneidade, verificamos grandes mudanças, visto que, a maior geração de jovens já registrada na história do planeta, prepara-se para passar à idade adulta em um mundo cada vez mais desigual e competitivo. Isso exige respostas amplas e integradas aos anseios desta faixa etária. Apesar disso, é recente a ideia de que entre a infância e a fase adulta existe uma faixa etária intermediária, marcada por uma série de transformações específicas – físicas, emocionais, cognitivas, sociais e econômicas para as quais faz-se crucial a adoção de intervenções próprias.

Segundo Helena Abramo (2005), a juventude surge, como um tempo de preparação, um estágio para as relações sociais advindas da sociedade industrial. Logo, essa preparação para a vida industrial era dada em escolas de ofícios ou mesmo no contato com os mais experientes.

A juventude nem sempre apareceu como etapa singularmente demarcada, [...], a juventude nasce na sociedade moderna ocidental, como um tempo a mais de preparação para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe (ABRAMO, 2005; p.41).

A maneira pelo qual se comporta a sociedade contemporânea está ligada diretamente ao seu contexto histórico, englobando como foco o capitalismo exacerbado. O caminho histórico do Brasil faz repensar alguns modelos e instrumentais típicos da ação política, uma vez que, nos dias atuais, o poder se apoia de forma cada vez mais crescente nos sistemas políticos. Para entender este contexto devemos remeter à colonização, onde era notório a quantidade de pessoas que eram exploradas, presas, torturadas e moldadas por lutas diárias sob a imposição de seus superiores.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

Compreender o conceito de juventude é fundamental para que haja a interligação necessária do segmento com os fatos históricos ocorridos no Brasil, uma vez que a juventude simbolizava, neste período, retratos de influências desacreditadas, sem perspectivas e utopias. Segundo Janice Sousa (2006),

o jovem se dimensiona individualmente e sob a influência de aspectos psicossociais, num percurso de (in) definições: busca identitária, tendência de estar em grupo, deslocamento constante de situações e vínculos, atitude de contestação e insatisfações sociais, intelectualização dos fatos, mudanças de humor, separação do universo familiar, questionamento dos valores sociais, fatores que se desenvolvem em pleno vigor na adolescência. (SOUZA, 2006; p.11)

Porém, incorporou incontáveis definições: serve tanto para relativizar um estado de ânimo, como também para classificar o novo e o atual. Este pertinente conceito de juventude deve ser tratado desde a sua diversidade de seus âmbitos, onde incumbiria indagar: desde quando começamos a estabelecer uma significação de juventude, sem que as diferenças de classes sociais e os contextos socioculturais permanecessem sobre as identidades das categorias de juvenis?

Nesse sentido,

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude se configura como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (ABRAMO, 1994:1).

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

A materialização do jovem como sujeito de direitos na sociedade, permite, uma análise de seu perfil sociohistórico para compreender as relativas lutas e enfrentamentos de violências ocorridas no século XXI. Dessa forma, é de suma importância conceituar juventude como fase da vida e principalmente nos aspectos correlacionados à sua importância para a sociedade e também na implementação de políticas públicas eficazes na educação, saúde e assistência social, para que assim possam viver de forma digna.

**A INSERÇÃO DO JOVEM NO ESPAÇO SOCIOPOLÍTICO
BRASILEIRO**

A contextualização do processo de inserção dos jovens no setor sociopolítico do Brasil é marcada por diversas lutas, travadas pelos jovens estudantes e governos, conceitos e definições substanciais para concretizar sonhos de jovens que lutam por dias melhores. Um dos fatores essenciais para essa inserção se dá por que não havia melhorias para a categoria, tampouco os jovens eram chamados para pensar em conjunto em políticas públicas para o segmento.

Após conceituar participação, cidadania, juventude e suas peculiaridades, deve-se considerar o primeiro fato histórico relacionado ao progresso da juventude no país, ocorrido durante o século 19, quando o ensino superior do Brasil era restrito a poucos, o acesso era impossível para a grande maioria, com raras instituições educacionais no país. No entanto, logo no início do século 20, com as influências da Revolução Industrial, há um relevante crescimento da industrialização e das cidades, ocasionando

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

um aumento nos números de estudantes e, a partir disso, o reconhecimento de sua identidade, uma vez almejada, começa a ser planejada.

O movimento estudantil ganha força em 1901 quando é inaugurada a Federação dos Estudantes Brasileiros, espaço precursor da representatividade e organização dos jovens, porém teve pouco tempo de atuação. Com o rápido aumento das universidades nos primórdios das décadas do século XX, a categorização do jovem começa a ser pautada na coletividade e articulação, uma vez que estes sempre estiveram preocupados e envolvidos com as principais demandas do país.

Com a Revolução de 1930, o processo de politização começa a ser espalhado em todo território nacional, levando os estudantes a atuarem como protagonistas em organizações juvenis, bem como, a Juventude Comunista e Juventude Integralista. Assim, a pluralidade de ideias e propostas começava a crescer, consolidando um desejo de concretizar uma instituição de representatividade única que atendesse os anseios coletivos, com caráter forte e legitimado para promover a defesa da qualidade do ensino, do patrimônio nacional e também da justiça social.

Mas foi em 11 de agosto de 1937 que o Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar um grande sonho, há muito almejado, de instaurar a entidade máxima de representatividade dos estudantes. Assim nascia a União Nacional dos Estudantes – UNE. O período de 1964 a 1985 foi de uma incerteza política e perseguição aos jovens que se opunham à ditadura militar.

Nesse cenário caótico, o movimento dos estudantes do Brasil tornou-se a principal resistência ao regime autoritário e à política conservadora. Vale ressaltar que a ditadura perseguiu, prendeu, torturou e

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

executou muitos brasileiros, em sua maioria estudantes jovens. Com a repressão imposta o regime militar retirou a representatividade da UNE por meio da lei Suplicy de Lacerda¹ e a entidade passou a atuar na ilegalidade.

Com o término da ditadura, o movimento estudantil voltou às ruas com ímpeto para defender suas bandeiras históricas e a consolidação da democracia no país. O processo de redemocratização política do Brasil deu-se em 1984, com os jovens articulados pelo movimento estudantil participando ativamente da campanha das “Diretas Já”, com manifestações e intervenções nas principais reuniões populares da época. Assim, retratos da ditadura militar podem ser vistos em Netto (1947):

A finalidade da contra revolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e , enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo. (NETTO, 1947, pg. 16)

Mais tarde, as representações juvenis se posicionaram contra a candidatura de Fernando Collor de Melo, onde princípios norteadores de seu governo neoliberal, mascarava e se distanciavam das reformas históricas

¹ **Ministro Flávio Suplicy de Lacerda**, nascido em Lapa, no Paraná, no dia 4 de outubro de 1903. Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica de São Paulo, com Doutorado em Ciências Físicas e Matemática pela Universidade do Paraná. Exerceu vários cargos Técnicos no Estado do Paraná, assumindo em 1950 o cargo de reitor da Universidade do Paraná. Em 1964, no cargo de Ministro, sofreu intensa campanha de oposição por parte dos estudantes insatisfeitos com as medidas expressas na Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964. Tal Lei, que se tornaria conhecida como Lei Suplicy, proibia as atividades políticas nas organizações estudantis, além de definir a regulamentação destas entidades.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

defendidas e compreendidas pelos movimentos sociais nacionais. Quando o presidente se envolveu em escândalos remetidos à corrupção foi o estopim para que o movimento estudantil mobilizasse os brasileiros com o movimento dos jovens de caras pintadas na campanha “Fora Collor”. Devido as pressões e diversas manifestações estudantis em todo o país, o presidente Collor renunciou ao cargo para não sofrer processo de impeachment pelo Congresso Nacional.

Posteriormente às turbulências da redemocratização do Brasil, os jovens passaram a conviver com novos desafios em um período de maior estabilidade política. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, as principais pautas dos estudantes foram as lutas contra o neoliberalismo e a privatização do patrimônio nacional, contrastavam o “Pacote de Privatizações” em setores estratégicos do país e ao sucateamento da educação nacional, assim cobravam a expansão e reformulação do ensino e também pela ampliação dos direitos estudantis, configurando um período de empasse entre o governo federal e os movimentos sociais.

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil com 61% dos votos. Neste mandato constituiu como prioridade o combate à fome, lançando o projeto “Fome Zero”. Segundo uma pesquisa feita no ano de 2001 havia, aproximadamente, 46 milhões de pessoas em situação de “insegurança alimentar”, ou seja, que não consumiam os alimentos necessários para estarem nutridas da forma adequada. Estavam relacionados ao “Fome Zero” programas de educação alimentar e o projeto “Bolsa Família”.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

Lula ganhou o segundo mandato à frente da presidência da República, nas eleições de 2006, obtendo no segundo turno mais de 60% dos votos. Em segundo lugar ficou Geraldo Alckmin, do PSDB. Houve crescimento dos níveis de escolarização, e foi criado o Programa Universidade Para Todos (Prouni²), que concede bolsas em universidades privadas para estudantes carentes. Esse programa foi bastante criticado, pois se destinaram verbas para universidades privadas que poderiam ser aplicadas nas universidades públicas. Nesse período, mais de 20 milhões de pessoas saíram da pobreza. Em janeiro de 2011, o governo Lula foi sucedido pelo de Dilma Rousseff, candidata do PT à presidência do país, que obteve a maioria dos votos no pleito de 2010.

A partir daí o interesse da categoria começava a ascender novamente e os anseios, hora esquecidos, começam a ecoar diante do cenário nacional, pois a representatividade dos jovens foi intensificada com a candidatura de Dilma Rousseff, que foi ex-militante estudantil e se tornou a primeira mulher presidente do Brasil.

Em 2010 a retratação do jovem como modelo protagonista de direitos forjada por lutas do passado é encarada como um desafio, uma vez que na própria Constituição Federal de 88 em seu capítulo VII, do Título VII, e artigo 227 não existia a designação para jovem. Uma das vitórias desse período foi a aprovação da PEC da Juventude no Congresso

² **PROUNI**, Programa Universidade para Todos, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

Nacional, onde incluiu na Constituição Federal de 88 a garantia maior para os direitos dos jovens. Foi através de uma emenda constitucional sob o número 65 que insere a denominação “Da Família, da Criança e do Adolescente, do Jovem e Idoso”.

No momento atual é preciso reconhecer que, historicamente e socialmente, a juventude tem sido estimada como fase de vida caracterizada por uma certa volubilidade associada a determinados problemas sociais. Assim, segundo Abramo (1997), se nos anos 1960 a juventude era um “problema”, na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 1970 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase a transformando em categoria econômica.

Outra questão fundamental é que a juventude é considerada, em alguns casos, como mera passagem da infância para a vida adulta; logo, a juventude seria a transição entre a dependência de um adulto para independência e a vivência como um adulto, com direitos e deveres. Também é interessante pensarmos que a juventude não é um ente social apartado da sociedade; não concebemos a ideia pela qual a juventude é autônoma da sociedade. No entanto, outra questão preponderante é enfatizar que não há uma única juventude, mas, juventudes ou grupos juvenis. Para isto, é necessário suscitar indicadores que comprovam quão heterogêneo e diversificado é falar em juventude.

De acordo com o mapa da violência (2014), o Brasil tem hoje 50,2 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos. Desses, 34 milhões têm entre 15

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

e 24 anos. É nessa faixa etária que se encontra a parte da população brasileira mais atingida pelos índices de desemprego, evasão escolar, mortes por homicídio e envolvimento com drogas e com a criminalidade. Para enfrentar esses desafios, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238, assinada em 1º de fevereiro de 2005. No mesmo ato, foram criadas a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, denominado Pro jovem, assim implementando uma Política Nacional de Juventude, uma antiga reivindicação dos movimentos juvenis e de organizações da sociedade civil.

Podemos citar como exemplo alguns resultados no âmbito do Governo Federal obtidos pelas lutas desencadeadas pelos jovens, como a criação do Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude (em 2005), da realização da I e II Conferência Nacional de Juventude (2008 e 2011 respectivamente). Alguns programas sociais como, PROJOVEM, PROUNI, Jovem Aprendiz, Pronaf-Jovem e etc. A luta pela aprovação de um marco regulatório na construção de políticas públicas para juventude que resultou na construção do Plano Nacional de Juventude e a criação do Estatuto da Juventude (2013).

O Estatuto da Juventude é o terceiro instrumento do marco legal da Política Nacional de Juventude. De acordo com o discurso de Severine Macedo, Secretária Nacional de Juventude em 2013, “o estatuto é fruto da luta de muitas gerações, o Estatuto da Juventude é ao mesmo tempo uma vitória e um novo desafio. Erguer cada avanço legal nele contido é o próximo passo de todos que lutam por um Brasil mais justo”. O documento regulamenta os direitos dos brasileiros entre 15 e 29 anos e determina que

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar diversos direitos aos jovens como o direito à participação social e política, à igualdade racial e de gênero, à saúde e sexualidade, à educação e representação juvenil, à profissionalização e ao trabalho, entre outros.

Outro fator importante na inserção dos jovens nos espaços político-sociais e com isso a efetivação da participação social desse grupo, pode-se perceber no Estatuto de Juventude, Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, em seu Art. 2º o disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios: I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens; II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações; III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País; IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares. Assim, a participação social também é inserida no próprio estatuto de juventude, passando a ter reconhecimento e garantido por um dispositivo normativo, jurídico e regulamentador.

**ATUAÇÃO DA CÁRITAS NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA
JUVENTUDE NA REGIÃO DO SERIDÓ**

A Cáritas Diocesana de Caicó está vinculada a Cáritas Brasileira, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em novembro de 1956. Atualmente organizada em uma rede com 183 entidades-membros, 12 regionais, uma sede nacional em Brasília, com atuação em 450 municípios no Brasil.

A palavra Cáritas, traduzida do latim para o português, significa caridade, isso interliga pontos principais e alusivos no que se refere o

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

trabalho da Cáritas no âmbito social e humano e resgate da dignidade das pessoas. Em seu estatuto social, a Cáritas Diocesana De Caicó – doravante CDC – é uma organização religiosa, de assistência social, sem fins lucrativos ou econômicos, filantrópica, fundada em 25 de fevereiro de 1950, como organismo do Serviço da Caridade pastoral da Diocese de Caicó e tem por finalidades: Subsidiar a Diocese de Caicó – na realização de sua Missão.

A Cáritas Diocesana de Caicó tem como objetivo fortalecer o processo de articulação e organização popular para intervir de forma qualificada no controle social e conquistas de políticas públicas, melhorando as condições de vida e cidadania nas comunidades urbanas e rurais, eliminando as diferentes formas de violência e despertando politicamente nas pessoas, grupos e organizações e compreensão dos direitos humanos na perspectiva de transformação e superação das igualdades e injustiças sociais. Trabalha com um projeto central, com três anos de duração, com recursos financiados por uma instituição Alemã denominada por MISEREOR³ que contemplam três linhas de ações principais da Cáritas, são elas: Assessoria técnica e acompanhamento às organizações de catadores de Caicó/RN (ASCAMARCA) e Parelhas/RN (ASCAMARPA), por meio de processos formativos e interlocução junto às gestões públicas municipais; Formação de lideranças jovens da região do Seridó em temas relacionados ao controle social das políticas públicas de

³ **MISEREOR** auxilia os membros mais fracos da sociedade: os pobres, os doentes, os famintos e os desprivilegiados. Não importa se são homens ou mulheres que necessitam ajuda, qual a sua religião ou naturalidade. O amor ao próximo é uma atitude fundamental da vida cristã que MISEREOR visa traduzir em ação concreta; pois, os pobres são nossos irmãos e irmãs com o direito a uma vida digna.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

juventudes, na perspectiva do fortalecimento das organizações de juventudes para atuação em Rede e Formação e organização das mulheres, visando o fortalecimento da autonomia, o empoderamento e a participação política, a prevenção a violência doméstica e o acesso às políticas públicas.

Também trabalha com projetos temporários, com apenas um ano de duração, com ações socioeducativas e culturais desenvolvidas, em quatro (04) comunidades de Caicó: João XXIII, João Paulo II, Frei Damião e Nova Caicó; direcionadas às crianças e adolescentes em situação de risco; articuladas à formação cidadã, visando o desenvolvimento humano, social e comunitário, com foco na prevenção ao uso de drogas. Outra linha de ação da Cáritas está voltada para a formação de conselheiros municipais de defesa dos direitos da pessoa idosa, gestores municipais, profissionais da área e representantes de ILPs – Instituições de longa permanência para pessoas idosas da região do Seridó, na perspectiva de fortalecimento do controle social e da implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, segundo seu estatuto social a Cáritas Diocesana de Caicó poderá: Realizar cursos profissionalizantes para jovens e adultos, preferencialmente, àqueles que se encontram desempregados e em situação de vulnerabilidade social, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho e a cidadania ativa; Participar de processos licitatórios e celebrar convênios, acordos, contratos, termos de parceria e outros instrumentos jurídicos, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais; Promover seminários, simpósios, congressos, cursos, oficinas de trabalho, debates, entre outras atividades concernentes aos seus fins; Auxiliar e manter intercâmbio e realizar trabalhos com entidades congêneres. Para a consecução de seus fins, a CDC poderá somar-se às

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

pastorais sociais e organismos das Igrejas cristãs, além de entidade da iniciativa privada e órgãos públicos da administração direta ou indireta do Estado.

Nos últimos anos, a Cáritas, em todo o Brasil, avançou no reconhecimento de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos e na implementação de ações voltadas para este público. Ao mesmo tempo em que também avançaram as políticas públicas de garantia desses direitos; as realidades de violência, injustiça, maus-tratos e abusos ainda permanecem. Por isso, a Cáritas Diocesana de Caicó assume como prioritária esta área de atuação. As ações têm foco na integralidade e na formação continuada de jovens e contemplam as dimensões da formação para a luta por direitos, artísticas e culturais.

Na Diocese de Caicó, o trabalho da Cáritas voltado para a juventude se realiza a partir do acompanhamento à Rede de Juventudes do Seridó, colaborando com a formação de lideranças das organizações de juventudes e facilitando sua participação em espaços de mobilização, luta e proposição política.

O trabalho teve início a partir da parceria da Cáritas Diocesana com o Fundo Nacional de Solidariedade⁴ (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), que possibilitou a execução de projetos voltados para a formação de lideranças jovens para atuar como agentes multiplicadores e contribuir com o fortalecimento dos grupos, o protagonismo na conquista

⁴ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, reunida em sua 36ª Assembleia Geral (1998), instituiu o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), com o objetivo de promover a sustentação da Ação Social da Igreja Católica no Brasil. A Coleta Nacional da Solidariedade acontece todos os anos como gesto concreto Campanha da Fraternidade.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

de políticas públicas e na criação dos Conselhos Municipais de Juventude para o exercício do controle social.

Assim, em 2014 a Cáritas executou o projeto “JUVENTUDE, PROTAGONISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS” desenvolvido com o apoio do Fundo Nacional de Solidariedade da CNBB – FNS, em parceria com a Escola Diocesana de Fé e Política Zilda Arns. O projeto tinha como objetivo promover a formação e articulação de organizações e lideranças jovens, em torno da discussão sobre as políticas públicas para juventude, com duração de um ano. Além das atividades previstas no projeto, os jovens priorizados para o trabalho, foram inseridos na Escola Diocesana de Fé e Política, que incorporou ao curso, temáticas voltadas para a questão da Juventude. Na Diocese de Caicó, a cada ano, a Escola prioriza uma temática, e além dos conteúdos básicos orientados pela Escola Regional Pe. Humberto Plummén, são inseridas as temáticas complementares. Portanto, em 2012, através da parceria com o projeto da Cáritas a Escola Diocesana de Fé e Política promoveu formação específica para um grupo de 60 jovens sobre os temas ligados à realidade da juventude.

Na Diocese de Caicó, a Escola Diocesana de Fé e Política “Zilda Arns” foi criada em 2012 a partir da organização de um grupo de alunos formados por alunos que concluíram a Escola Regional “Pe. Humberto Plummén” e uma aluna que concluiu a Escola Nacional no Centro Nacional de Fé e Política - CEFEP, com o apoio do Bispo Diocesano Dom Delson Pedreira da Cruz e da Pastoral da Criança e a Cáritas Diocesana de Caicó. A Escola surgiu com o objetivo de contribuir com a formação de lideranças inseridas nos espaços sociopolíticos, em suas diferentes interfaces e níveis, a partir de uma reflexão bíblica, teológica, filosófica e social para a

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

construção de uma sociedade justa, solidária, democrática, pluricultural e pluriétnica, além de criar espaços de reflexão e troca de experiências. Atualmente, já passaram pela escola mais de 300 pessoas, em um total de 6 turmas, que foram formadas para atuarem em suas bases e levar conceitos e princípios éticos para aplicarem em suas realidades.

Em 2014, no final da Escola, os jovens participantes do projeto da Cáritas e concluintes da Escola de Fé e Política, motivados pelas discussões propiciadas pelas formações, a partir da participação social, controle social e protagonismo juvenil, e interessados em atuar nos espaços sociopolíticos, multiplicando as temáticas estudadas durante o ano, decidiram pela criação de uma plataforma de articulação dos jovens em nível regional que reunisse diversas organizações juvenis, sem distinção de religião, raça, cor, partido político, e etc. A organização foi chamada de Rede de Juventudes do Seridó e contou inicialmente com a participação de 50 jovens de 08 municípios da região.

Em 2015, através da parceria com o FNS foi executado outro projeto voltado para o trabalho diretamente com os jovens participantes da Rede, o projeto intitulado “Fortalecendo a Rede de Juventudes do Seridó”, que tinha como objetivo apoiar e fortalecer a Rede de Juventudes do Seridó, visando sua consolidação enquanto plataforma regional de discussão sobre políticas públicas para juventude, na perspectiva de promover o protagonismo da juventude na implementação dos conselhos municipais de juventudes e criação de órgãos de gestão de políticas públicas para este segmento na região. O projeto foi direcionado para o acompanhamento de 50 jovens e suas organizações, priorizando diretamente grupos de 04 municípios: Caicó, Currais Novos, Lagoa Nova e

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

Parellhas, embora as ações regionais contassem com a participação dos jovens de outros municípios.

Com os resultados apresentados com as ações realizadas junto aos jovens, a Cáritas conseguiu renovar o projeto no ano seguinte, e em 2016 manteve a parceria com o FNS, além de outros parceiros como a Misereor e as paróquias dos municípios atendidos diretamente pelas ações. Nessa direção, foi executado o projeto “Juventude e Promoção do Controle Social”, que promoveu capacitação para jovens nos quatro municípios prioritários no âmbito de atuação da Cáritas Diocesana de Caicó, numa perspectiva inclusiva e emancipatória em relação ao controle social nas instâncias de participação social e a formação de lideranças na reafirmação e no fortalecimento da cidadania em torno da concretização dos espaços de controle social voltados para a efetivação das políticas públicas de juventude. Com ações que foram realizadas por meio de encontros municipais de planejamento, formação e capacitação para agentes jovens, além de acompanhamento das ações nos municípios e intercâmbio dos agentes de juventude em âmbito regional e estadual.

Durante as formações dos jovens foram realizadas diversas atividades de mobilização junto a grupos de jovens organizados, gestores de assistência social, prefeitos e vereadores, com intuito de sensibilizar para a criação dos conselhos de juventude inexistentes e efetivação dos conselhos já criados em Leis municipais. Em cada município foram realizadas diversas reuniões com jovens, lideranças sindicais e gestores para apresentação do projeto e análise da conjuntura nacional e local das políticas públicas de juventude. Além das reuniões, foram realizados seminários municipais para mobilização de jovens com objetivo de divulgar as ações e

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

identificar as lideranças para participar da Rede e para serem capacitadas nas temáticas relevantes para a Rede. Nos anos de 2015 e 2016 todas as atividades realizadas pelo projeto, culminaram em um seminário regional de avaliação e confraternização que reuniu cerca de 250 jovens de todos os municípios da região.

A Rede de Juventudes do Seridó é composta atualmente por 10 organizações, entre elas, grupos de jovens diversos, Universidades, Grêmios estudantis secundaristas, da Igreja Católica e da Igreja Evangélica e Comissões de jovens dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR. A Rede possui uma coordenação colegiada composta por 20 jovens, que representam os grupos que participam. Em sua maioria, o público-alvo é composto de jovens da zona urbana, com faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, em sua maioria do sexo masculino. A Coordenação se reúne mensalmente para avaliar os processos, momentos de formação e planejamento de ações. A Cáritas, mantém um técnico da área de serviço social para acompanhar as atividades e assessorar os jovens na condução da organização. Além do assistente social, participam da coordenação colegiada alunos da Escola Nacional de Fé e Política e das Escolas Diocesanas e Regional.

Em avaliações realizadas com os/as jovens pela equipe Cáritas, estes afirmam que a Cáritas Diocesana de Caicó contribuiu, através do apoio da Rede de Juventudes do Seridó, ao fomento da participação política e social da juventude em espaços de decisão, bem como à organização para o pleito de políticas públicas específicas para as juventudes, respeitando sua diversidade. Além disso, destacam o apoio do projeto na realização de seminários, encontros, intercâmbios e vivências em seus municípios.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

Verifica-se que os Jovens participantes da Rede de Juventudes do Seridó, acompanhados pela ação do projeto da Cáritas, estão mais comprometidos com a participação política e social em suas cidades, passando a desenvolver uma consciência coletiva, com vivência em grupo e trabalho em rede.

Dessa forma, percebem a existência de morosidade por parte das gestões públicas municipais no que tange à implementação de políticas, programas e conselhos municipais de juventude. Em virtude desse reconhecimento estão se mobilizando para reivindicar mais empenho dos seus governos municipais e estadual. Entre as ações realizadas estão as mobilizações em torno da reorganização dos Conselhos Municipais de Juventude dos municípios que tinham criado as instâncias, mas na prática não tinham sido efetivados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da juventude na vida política contribuiu para que mudanças no contexto político do país fossem introduzidas em diversas épocas. Os movimentos estudantis tiveram um papel fundamental na luta pela garantia dos direitos assegurados na constituição de 1988, que trouxeram mudanças sociais importantes para a população. Outra ação importante foi a participação social dos jovens nos movimentos pelas diretas já no Brasil, que reivindicavam eleições diretas para presidente, e nas lutas travadas pela juventude pelo fim da ditadura militar. Assim, a participação e a busca pela inserção dos jovens no cenário político foi o estopim para a busca por melhorias e uma esperança para aqueles que acreditam em um recomeço dos valores da sociedade.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

O Jovem como sujeito de direitos sociais, tinha uma desconsiderada participação nos movimentos e transformações sociais ocorridas ao longo da história do país. A “voz da juventude” foi por muito tempo presa aos olhos de uma sociedade conservadora que, na maioria das vezes, ligava o jovem à imaturidade, ignorância e subserviência familiar. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, esse cenário começou a sofrer consideráveis transformações no âmbito das participações deste segmento na sociedade.

A Rede de Juventudes do Seridó como espaço de articulação e formação de agentes multiplicadores das políticas públicas de juventudes, atesta que os jovens se sentem com mais conhecimentos e apropriação do Estatuto de Juventude, bem como influenciando na sua organização e participação de grupos. É importante a participação na sociedade, uma vez que possibilita ao segmento melhor organização, empoderamento e reafirmação de seu protagonismo. Lamentavelmente, grande parte da população brasileira assiste de mãos atadas às denúncias recorrentes de corrupção, envolvendo a presidência da república e uma rede de políticos, que aliada a morosidade do poder judiciário fortalece a impunidade e fortalecimento da corrupção. Vale salientar que se faz necessário conhecer e formar estes jovens na perspectiva em que se vive a conjuntura sócio-política do Brasil para promover a dignidade humana e garantir acesso aos direitos sociais.

No entanto, nos dias atuais, percebemos que muitas são as dificuldades para a organização e participação social da juventude nos espaços de poder e decisão. Em muitos desses espaços, os jovens não se sentem representados, nem tem oportunidades de defender seus interesses.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

Essa problemática está relacionada, principalmente, na ausência de formação política e oportunidades de participação do jovem na sociedade.

É necessário compreender os fatos históricos do Brasil para podermos ressaltar que hodiernamente só existem direitos garantidos por estatuto e respaldos jurídicos legais por haver inúmeras mortes, principalmente dos jovens. O protagonismo juvenil é percebido no processo de redemocratização brasileira, a partir daí é construída uma identidade jovem capaz de representar e motivar os jovens em uma sociedade que os menosprezava em seus conceitos e posturas.

Atualmente ainda há muitas demandas a serem repensadas a partir da participação efetiva do segmento, mas para isto acontecer é essencial priorizá-los e também desenvolver ações que possibilitem aos jovens despertar o interesse pela participação na política e pelo controle social. É notório que todas essas articulações e implementações podem ser potencializadas diante de um planejamento adequado e com a participação dos jovens usuários da política e governo, tendo em vista que este equipamento social está posto na realidade dos jovens para atender às suas necessidades e exercer o controle social das políticas e fazer o seu papel de cidadão.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724:** Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens no município de Caicó-RN
SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ALBUQUERQUE, Alexandre Aragão de, **Juventude, Educação e Participação Política**. Paco Editorial. Jundiaí, 2012.

ALMEIDA, Elmir de. Políticas públicas para jovens em Santo André In:_____. Revista **pólis: estudos, formação e assessoria em políticas sociais**. São Paulo: Pólis, n.35, 2000. p. 80.

AMMANN. Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. Cortez. 6º edição. São Paulo. 2003.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 95)

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal. República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65**, DE 13 DE JULHO DE 2010 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm (Acesso em 13 de dezembro de 2017).

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em Andlt; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htmAndgt. (acesso em 10 de dezembro de 2017).

BRASIL, FLASCO. **Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil**. Disponível em: mapadaviolencia.org.br/mapa2014_jovens.php (acesso em 02/07/2017 às 18:22)

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito a participação em assuntos políticos**. Brasília, 2013.

CABRAL, João Francisco Pereira. **"Participação, Imitação, Formas e Ideias em Platão"; Brasil Escola**. Disponível em

A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens no município de Caicó-RN

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

<<http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/participacao-imitacao-formas-ideias-platao.htm>>. Acesso em 19 de dezembro de 2017.

CARITAS BRASILEIRA. **Quem somos e histórico**. Disponível em: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico> (acesso em 28/11/2017 às 10:17)

CONCEITO.DE. **Conceito de Participação**. Disponível em: conceito.de/participacao (acesso em 25/11/2017 às 19:45)

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Fundo Nacional de Solidariedade**. Disponível em: fns.cnbb.org.br/fundo/informativo/index (Acesso em 22/12/2017 às 21:45)

FERRAREZI, Junior, Celso. **Guia do trabalho científico**: do projeto à redação final. São Paulo: Contexto, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores: Participação sociopolítica**. São Paulo, Cortez, 2007.

Horkheimer, M.; Adorno, T.W.; Habermas, J. (1975). "Textos Escolhidos". Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural.... - Veja mais em <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/escola-de-frankfurt-critica-a-sociedade-de-comunicacao-de-massa.htm?cmpid=copiaecola> (acesso em 03/12/2017 às 08:23)

HOBSBAWM. E. **A era dos extremos. O breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: população residente, resultados do universo segundo mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros: Rio Grande do Norte. [online]: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ex-Presidentes**. Disponível em
<biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva>. Acessado em 20 de novembro de 2017.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle social da política de assistência social: caminhos e descaminhos**. Edipucrs. Porto Alegre, 2012.

MARTNELLI, Maria Lúcia, **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. Veras Editora, São Paulo, 1999.

NETO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: Uma análise do serviço social no Brasil**. Cortez. São Paulo, 2011.

PLATÃO. **Sofista**. Seleção de textos de José A. M. Pessanha. Trad. e notas de José C. de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

PLATONE. *Il Sofista*. A cura di Mario Vitali e presentazione di Francesco Maspero. Milano: Tascabili Bompiani, 1992.

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS. **Conhecendo o programa**. Disponível em: <prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acessado em: 20 de Novembro de 2017.

SIGNIFICADOS. **Significado de Participação Social** Disponível em: significados.com.br/participacao-social/ (Acesso em 02/12/2017 às 15:36).

SOUSA, J. (2006) Apresentação do Dossiê: A sociedade vista pelas gerações. *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Florianópolis: v. 5 n. 8. (pp. 9-30).

**A importância da rede de juventudes do Seridó na participação social dos jovens
no município de Caicó-RN**

SANTOS, Pedro Henrique de Araújo dos
SILVA, Juliana Kelly Dantas da

GOOGLE FORMS. **O que é google forms.**Disponível em:
techtudo.com.br/tudo-sobre/google-forms.html (Acesso em 03/12/2017
às 17:34)

TORO A, José Bernardo; Werneck, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação.** Brasília. Ministério do Meio Ambiente, recursos hídricos e Amazônia Legal, Associação brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997.

A FÉ COMO MEIO CRÍTICO PARA O PENSAMENTO POLÍTICO

[FAITH AS A CRITICAL MEDIUM FOR POLITICAL THOUGHT]

Julimar Fernandes da Silva

Mestrando em Ciências da Educação pela Facultad de Ciências Sociales

Interamericana – FCSI

(E-mail: julimar.niger@outlook.com)

Josiani Alves de Moraes

Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal

Rural de Pernambuco - UFRPE

(E-mail: josi.morais@yahoo.com.br)

Wilma Mesquita de Almeida

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –

UERN.

(E-mail: wilma.mesquita@hotmail.com)

Recebido em: 30/01/2018. Aprovado em: 11/06/2018

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

RESUMO: O presente artigo que tem por título “A fé como meio crítico para o pensamento político”, busca analisar como o a fé pode ser aliada na busca de uma formação do pensar político, procurando meios para que os que a ação política seja cada mais inserida na vida das pessoas, de modo especial as pessoas que demonstram ter fé. Essa atitude deve ser demonstrada em ações práticas que contemple a necessidade dos que se encontram a margem da sociedade. Tendo essa disposição, do orar com a ação (oração), pode-se de fato achar meios pelos quais se possa agir de maneira prática, realizando a atitude de também participar ativamente da vida política da comunidade em que se está inserido, pois a participação das pessoas que manifestam sua fé inseridas na política, deve ser uma práxis cotidiana dos que buscam a justiça, na sociedade, tendo como plano motivador a justiça de Deus que age na história humana, manifestando-se de modo pleno na pessoa de Jesus Cristo. O agir em prol da comunidade é uma das características que faz com que as pessoas de fé. Dentro dessa ótica se tem alguns exemplos que demonstram bem essa relação da fé num viés reflexivo político como as CEBs e mais recentemente no Magistério do Papa Francisco, que iluminam a ação política das pessoas que demonstram sua fé, na ação política no âmbito social.

PALAVRAS-CHAVES: Fé. Política. Justiça. Participação. Comunidade.

ABSTRACT: The present article has the title “faith as a means of critical thinking the political” seeks to analyze how the faith can be allied in the pursuit of a training of the thinking of the political, looking for ways to that that political action is more and more embedded in the life of the people, especially the people who have faith. This attitude must be demonstrated in practical action that addresses the need of those who find themselves the margin of society. With this arrangement, the praying with the action (prayer), you can in fact find the means by which one can act in a practical way, holding the attitude to participate actively in the political life of the community in which it is inserted, because the participation of the people who express their faith inserted in the policy, it must be a practice of daily life of those who strive for justice in society, having as background motivating the righteousness of God who acts in human history, manifesting himself fully in the person of Jesus Christ. he act for the sake of the community is one of the features that makes the people of faith. Within this optic, if you have some examples that demonstrate this relationship of faith in a bias reflective political as the CEBs and, more recently, in the Magisterium of Pope Francis, which illuminate the political

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

action of the people who demonstrate their faith in political action in a social context.

KEYWORDS: Faith. Policy. Justice. Participation. Community.

INTRODUÇÃO

É comum ouvir que religião política são duas coisas que andam separadas e que não funcionam quando estão no mesmo caminho. Entretanto, o que se percebe é que essas duas dimensões da vida humana são mais complementares do que se possa imaginar. A fé antes de tudo não pode ser vista como algo alienante, alheia ao que acontece na vida do povo. Antes ela é uma força pela qual se pode iluminar a vida e a consciência do fiel, para melhor entender o processo da política.

A política por sua vez deve ter a iluminação da fé para que as suas ações sejam feitas em prol da coletividade, das pessoas em especial aos que mais necessitam de ações para melhorar o quadro de sua vida. Nesse sentido, é saudável entender que essas duas esferas da vivência humana possuem suas afinidades, possuem suas especificidades, contudo, são duas áreas complementares e que podem sim ser trabalhadas conjuntamente.

A política historicamente sempre foi uma atividade feita por pessoas que representam a maioria dos cidadãos, os quais por meio de indicações ou de eleições, inserem seus representantes na atividade e espera que estes possam trabalhar em prol do interesse coletivo. Entretanto, existem políticos que fazem dessa área de atuação social, carreira, situação na qual não pensam no plano coletivo, mas buscam apenas a sua satisfação econômica pessoal ou de grupo.

Tal vertente política é defendida por um grupo neoliberal, que não se preocupa com a qualidade de vida dos cidadãos, apenas pensam no bem-estar do mercado, e os lucros que podem obter com os seus investimentos. Dentro dessa ótica, a visão política do presente grupo não tem um olhar

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

voltado para as questões da sociedade como um todo, priorizando apenas a classe social, na qual estão inseridos.

Um exemplo claro está acontecendo no Brasil, onde se deu um golpe de Estado, por meio da influência política de pessoas ligadas ao sistema liberal, as quais tem a intenção de implementar medidas que prejudicam os direitos sociais do povo brasileiro que em sua grande maioria é composta por um povo contingentemente trabalhador.

As pessoas que professam a fé, não podem ficar inertes diante de tal situação injusta que se cria. Devem ser pessoas atuantes, pensantes, capazes de fazer valer a sua condição de cidadãos críticos que buscam meios para solucionar esses problemas. O trabalho feito em forma de mutirão, em que, as comunidades se reúnem e procuram, refletir sobre os problemas que a atingem, são formas de fazer combate a um sistema que procura oprimir os mais necessitados, do ponto de vista tanto social, como político.

Exemplo disso, pode ser percebido na história do continente Latino Americano, onde a Igreja Católica, influenciada pelo Concílio Vaticano II e pelas Conferências Episcopais Latino Americanas, refletem a condição de vida dos povos do continente e procuram uma ação pastoral e social para fazer enfrentamento as dificuldades vividas pelos povos do continente.

Fruto prático dessa proposta pastoral com reflexo social nascem as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), as quais se configuram como uma luz no plano social e religioso, pelo fato de serem pessoas que unem a fé com a visão crítica sob a política, fazendo refletir sobre as condições de vida dos Pais da fé presente na Bíblia e a inspiração numa ótica libertadora, a qual, no exemplo primordial de Jesus Cristo, buscam elementos práticos para a vida cotidiana, ao mesmo tempo em que pensam na comunidade

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

como meio de promoção da vivência de uma política que contemple a necessidade de todos os membros da comunidade.

O Magistério do Papa Francisco, por meio de seus escritos A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* e Carta Encíclica *Laudato Si'*, representa o pensamento do líder religioso, com relação a questões pontuais sobre a vivência humana global. Procura-se destacar nesses dois escritos, a vertente política como a opção preferencial pelos pobres, os quais são entendidos como destinatários imediatos da Graça de Deus, como das ações urgentes que busquem promover a vida a justiça e a solidariedade para humanidade.

Entender a fé e a política como duas esferas essenciais e complementares da vida humana, é pensar na condição de trabalhar de forma conjunta em que não somente essas duas dimensões são aplicadas e confrontadas de forma harmônica no exercício da cidadania, mas também apreender que se pode trabalhar numa perspectiva de diversidade religiosa e pluralidade social, as questões comuns a todos os envolvidos no processo de cidadania.

Portanto, a proposta do presente estudo é mostrar que a fé e a política podem trabalhar de forma harmônica, demonstrando que se pode exercer um serviço de utilidade pública no sentido de formar a opinião das pessoas com relação a prática de fé relacionada ao serviço social e comunitário, na possibilidade de se pensar a fé numa perspectiva prática em prol da construção da consciência e do sentido participação de todos nos rumos e decisões políticas da comunidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

APONTAMENTOS SOBRE A FUNÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE

Muito se tem debatido sobre a relação entre fé e política, não sendo uma raridade, o pensamento de que são duas realidades totalmente distantes e até antagônicas entre si. No entanto, o que se percebe é que uma mantém relação estreita com a outra, de forma que, podem sim caminhar unidas em prol da construção de uma mentalidade cuja base política seja de inclusão e acessibilidade para todos em especial aos que mais necessitam.

Para poder entender bem a proposta de cada área é preciso fazer um aprofundamento do que cada uma propõe em sua atribuição e perceber que mesmo com todos aspectos que pareçam ser díspares, se pode analisar a influência de uma com relação a outra. É o que se propõe fazer aqui.

Segundo Weber (1999) o conceito de política é bastante amplo, o qual compreende todas as esferas de atividade independente. Assim pode-se ter uma visão da política em diversas situações como a política usada por bancos, sindicatos, de uma comunidade rural, escola. Em termos de definição a opinião do Weber é que a política é a chefia do agrupamento político que é o Estado, ou as intervenções que ele exerce nesse sentido.

O Estado nesse sentido, pode ser entendido como um grupo geopolítico de pessoas que convivem de forma comum nesse espaço, tendo alguns pontos que o identificam como a língua, a cultura e os costumes. É nesse entendimento que se percebe o que é necessário para que um povo tenha sua autonomia e ao mesmo tempo, possa viver sob uma base comum de interesses e afinidades. Neste sentido, compete ao Estado, prover os meios necessários para que sua população possa viver bem.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

É por meio do estado que são eleitos as pessoas, as quais se atribui o caráter de governo, a fim de organizarem as demandas relativas as coisas públicas, sendo que o político não é o Estado em si mas apenas representante deste:

Esse tipo de homem político “por vocação”, no sentido próprio do termo, não constitui de maneira alguma em país algum, a única figura determinante do empreendimento político e da luta pelo poder. O fato decisivo reside, antes, na natureza dos meios de que dispõem os homens políticos. (WEBER, 1999, p. 59).

Percebe-se que o político deve ter a consciência de seu papel para a questão do serviço a ser feito para o povo, uma vez que ele no exercício de sua profissão é representante do povo, e não é o Estado na condição de instituição. O entendimento aqui de definição do ser político, é importante para que se construa uma visão crítica do político e de sua função que não é fechada em si, mas deve ser vir aos interesses do público, constituindo assim, os direitos de um estado democrático.

O que vem a ser a democracia? Como pode-se entender a importância de seu papel para o povo? A opinião de Lebauspain (2010) é de que a democracia seja caracterizada por uma série de fatores que a compõem¹, proporcionando oportunidades para que todos os seguimentos sociais, junto com seus anseios sejam contemplados e alvo de aplicações políticas que venham a atender a todos os grupos sociais e que estes, possam estar presentes na pauta de discussões dos planos a serem traçados.

A democracia nesse sentido, deve ser entendida como um meio em que a população deve participar das decisões que interessam a sociedade,

¹Cf. Lebauspain, 2010, p. 14-15 esses fatores da democracia são: a alternância do poder, o respeito a vontade da maioria, respeito aos direitos humanos, liberdade de informação e a soberania popular.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

uma vez que na base teórica, é justamente para defender os interesses da mesma, que a classe política é eleita e deve trabalhar com o intuito de viabilizar os meios para que a população seja atendida em suas principais demandas.

A democracia na condição de valor humano, deve ser sempre motivada para que as pessoas de fé não possam esquecer a dimensão da política e sua importância, no que tange a questão da participação de todos. Nos dias atuais, o que se percebe é um certo pessimismo com relação à política no Brasil, principalmente após o golpe de estado que foi dado no Brasil em 2016², como das reformas que tem por finalidade extinguir dois aspectos fundamentais do trabalhador: a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista.

Esse é um processo no qual se percebe claramente questão do interesse de despolitização das pessoas:

Trata-se, na verdade de um processo de despolitização [...]. Cada vez mais as verdadeiras decisões escapavam da política nacional, na qual os cidadãos participam. Quem detém o poder decide, não precisa de votar. O que pensam as massas, o que pensam os cidadãos, não lhes interessa. “As grandes decisões passam por fora da democracia”. Houve uma “desterritorialização” da política: as decisões eram (e ainda são, em boa parte) tomadas pelos organismos financeiros internacionais (OLIVIERA, 2004). (LESBAUPIN 2010, p. 17).

Percebe-se que nas decisões políticas, os cidadãos nem sempre são consultados para debaterem junto com os envolvidos a questão dos rumos

² Cf. GUERRA, et al. 2017, p. 159 o golpe de estado dado pelo governo Temer teve como tripé três setores que influenciaram a sua tomada: o setor parlamentar, o setor jurídico e o setor midiático. A justiça por meio de argumentos fictícios das peladas fiscais, teve como objetivo criminalizar a política fiscal e financeira a qual deu meios para o restabelecimento do arcabouço do Estado e para a dinâmica das empresas estatais. O governo nesse sentido não mede esforços para promover um atraso liberal-conservador.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

das opções políticas da sociedade. Muitas vezes são até alienados, não tendo nem a informação do processo de discussão, em que os que se encontram na esfera do poder político, obstruem a possibilidade de acesso a informação e até de votar, como de conhecer algumas medidas que pensam em colocar em prática.

Tal situação além de ser um dado que indigna o cidadão, traz um prejuízo considerável no que se refere a questão de uma democracia para todos, pois, dentro da ótica dos detentores do poder, o povo deve ser excluído dessa possibilidade de tomada de decisões. É o que se percebe no atual cenário, o qual tomado pela questão do domínio do pensamento neoliberal.

Diante desse pensamento é correto afirmar: “Na medida em que as políticas neoliberais produzem um aumento da desigualdade e da exclusão social, prejudicam a grande maioria da população” (LEBAUSPIN, 2010, p. 17).

É com esse intuito de precarização do Estado que boa parte dos deputados e senadores do Brasil, estão a favor de um estilo social em que o povo fique cada vez mais a mercê do sistema neoliberal:

Os acontecimentos recentes demonstram que a ideia consagrada de passagem linear de um Estado desenvolvimentista forte para um Estado neoliberal fraco deve ser relativizada. Isso porque a fórmula do Estado mínimo jamais foi universal, ela serviu não aos países centrais, mas sim aos países periféricos. Pois, nas últimas duas décadas, enquanto na maior parte dos países desenvolvidos o gasto do Estado aumentava, apenas nos países emergentes é que o investimento público tornava-se iniciativa escassa (GUERRA, et al. 2017, p. 159).

A maioria dos membros da classe política comunga de um pensamento o qual, querem repassar as atribuições do Estado para uma classe neoliberal, em que fazem um processo de desestruturação do Estado,

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

buscando eximir-se das responsabilidades que tem com o cidadão. O Resultado disso é um processo de enfraquecimento do aparelho estatal frente ao capital.

A situação é tão crítica que atualmente, a política é vista não como um ato de fazer o bem ao próximo, mas como uma oportunidade de autopromoção pessoal e enriquecimento:

Neste mundo de individualização, a política seguiu, também, os mesmos passos. Ela deixou de se constituir numa atividade com finalidades coletivas para ser, cada vez mais individual, ou de interesses de grupos. O político não pensa mais no povo enquanto coletividade, mas naquele que financiou sua campanha, ou que poderá ainda fazê-lo. Pior, pensa em si próprio. Embora, ainda, com uma propaganda de “obra do povo”, o seu esforço se dá no sentido do maior retorno para si, ou para os seus seguidores mais próximos. Há portanto, um discurso e uma prática, transitando em mãos diferentes de direção (SIMON 2009, p. 60).

Percebe-se nas palavras do autor que a política nos dias atuais deixou de lado a sua essência de servir ao bem comum, para se tornar um setor de oportunidades e acordos, com intuito de tirar proveito da situação e construir um patrimônio. O pensamento individualista percebido nessa opinião, só se torna “comunitário” numa perspectiva bilateral, na qual as partes envolvidas são o político ganancioso e o financiador de sua campanha. De fato, existe uma enorme disparidade no campo da política entre o que se prega e o que se faz.

Cada vez mais se pode perceber essa tendência no meio da política nos dias de hoje. Essa ação descaracteriza a política na questão essencial de sua atribuição, que é conferir a todos os cidadãos a condição de serem conhecedores e ao mesmo tempo ativos politicamente, no que diz respeito a uma atuação política dentro do entendimento da linha de se pensar ações em prol da coletividade.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

O que se percebe de forma cada vez mais rotineira é que a maior parte dos políticos dos dias de hoje vivem da política como uma profissão e só pensam, usando-a para benefícios próprios:

Há duas maneiras de fazer política. Ou se vive “para” a política ou se vive “da” política. Nessa oposição não há nada de exclusivo. Muito ao contrário, em geral se fazem uma e outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática. Quem vive “para” a política a transforma, no sentido mais profundo do termo, em “fim de sua vida”, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma “causa” que dá significação a sua vida. [...] Daquele que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que “vive da política” [...] Quer dizer isso que lhe é indispensável possuir fortuna pessoal ou ter, no âmbito da vida privada, situação suscetível de lhe assegurar ganhos suficientes. Ora, em tal sentido, o mais disponível é o capitalista, pessoas que recebe rendas sem nenhum trabalho, seja porque, à semelhança dos grandes senhores de outrora, ou dos grandes proprietários e da alta nobreza de hoje, ele as auferem da exploração imobiliária [...] seja porque as auferem em razão de títulos ou de fontes análogas (WEBER, 2009, p. 65).

É pertinente a colocação Weber em destacar a existência de duas classes de políticos, de modo que uma delas não age em prol do coletivo, nem do interesse público. Esta categoria de políticos apenas pensam em seu bem estar pessoal, como de seus lucros pessoais por meio do exercício da profissão, o que deve ser entendido como um verdadeiro ato contrário a democracia e política verdadeira, a qual, não se coaduna com esse tipo de pensamento. São esses atores da política que proporcionam um grande atraso com relação ao desenvolvimento de uma cultura política crítica, ao mesmo tempo, são responsáveis pela alienação da população de seus direitos.

É diante desse cenário de desilusão coletiva, junto com a certeza de um futuro nada promissor para a população em geral, que se faz urgente o

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

surgimento de pessoas de fé, as quais realmente acreditem defendam e vivam o ideal comunitário, ou seja, que tenha um pensar político, que venha a trabalhar a perspectiva da coletividade.

Faz-se necessário refletir a fé para que essa possa exercer uma função de ação, no que diz respeito a situação pela qual passa a política, buscando entender do ponto de vista social e religioso, possibilidades e estratégias para se fazer frente a esse processo de exploração ideológica e sociológica, no qual o povo se encontra submetido. A fé nas ações de Jesus Cristo e leitura dos documentos Pastorais e sociais da Igreja Católica conferem um plano de ação.

A FÉ COMO LUZ PARA ILUMINAR O AGIR E PENSAR POLÍTICO

É neste panorama de crise e de falta de perspectivas, que a fé pode se inserir como um elemento importante para a convivência dos que demonstram apreço pela política. Errado é pensar que a fé e a política não podem influenciar-se mutuamente, numa perspectiva de caminho na busca do diálogo, compreensão, busca da igualdade e repúdio da injustiça. Contudo, quando se age dessa forma a pessoa é taxada como um cidadão bitolado, fora do atual contexto.

Segundo Simon (2009) os políticos que atuam hoje dentro de uma ótica franciscana, são “folclorizados”, sendo classificados como pessoas defasadas, de uma época arcaica, de forma que no meio político criou-se uma cultura a qual, quem não se adequa a visão ou pensamento predominante, está fora da moda. Essa perspectiva se torna mais acentuada, quando gerida por um pensamento que aborde temas como humildade e solidariedade.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

Esse pensamento de que tanto a fé como a política não podem caminhar juntas, além de ser uma cogitação sem fundamento, colabora com o processo de alienação das pessoas de fé da dimensão a que toda a sociedade é chamada a exercer na condição de cidadão e cidadã. Estar alheio a esse processo importante para o rumo da cidade é uma opção que não ajuda no processo de participação democrática em nosso meio. Essas duas dimensões da vivência humana possuem aspectos similares, mas também vertentes próprias.

Neste sentido, pode-se afirmar que:

Falar da dimensão política da fé ou da política como dimensão da fé implica duas coisas fundamentais. Por um lado, fé e política não são “esferas” ou “relatos” completos e autossuficientes que se pode ou se deve “relacionar” depois. A política é constitutiva da fé, e não algo extrínseco, que casualmente se junta ou se relaciona com ela. Por outro lado, fé e política tampouco se identificam. A política é constitutiva da fé, mas é apenas uma de suas dimensões (mensura) ou notas (notifica). A fé tem muitas outras dimensões ou notas (pessoal, econômica, cultural, religiosa, ecológica, etc.) e em hipótese alguma pode reduzir-se à política. Ambas as afirmações são fundamentais para se compreender e se formular adequadamente o caráter dimensional da política na fé: mensura ou notifica (é momento da fé), mas o faz sob certa medida ou sob certo aspecto (é um momento) (JÚNIOR 2009, p. 19).

A relação entre fé e política nesse sentido, tem uma aplicação que faz o ser humano tanto como indivíduo, como na condição coletiva, entender que a fé é acreditar naquilo que se propõe a seguir numa vertente espiritual religiosa, e a política é a opção que se faz do modo e estilo de vida, dentro da visão a qual a religiosidade pode indicar como caminho de vivência, pautada pelos valores da concórdia, justiça, fraternidade.

Segundo Portier (2015) citado por Vasconcelos (2015), as religiões dentro de uma lógica formante conferem dois pontos positivos que são: o valor dado as pessoas, como o processo civilizatório das sociedades. Na

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

opinião de Habermas (2008) apud Vasconcelos (2015) Com relação ao primeiro aspecto, defende-se a sociedade na condição de democracia, deve valorizar a todos os cidadãos, tanto os que acreditam numa ser transcendente como os que não acreditam em um ser superior. Do mesmo modo, entende que o estado não pode fazer uma imposição desarmonica para os seus cidadãos.

A religiosidade não pode ser desencarnada. Antes deve nutrir por meio da fé por meio de ações que busquem dar significado para a missão, que não deve ser feita de modo individualista, mas sempre levar em consideração, a coletividade, o sentimento de inclusão e de partilha para que todos possam ter essa linha de conhecimento e de participação, no que se refere ao exercício da política.

Exemplo disso, se dá no continente latino-americano com as Conferências Episcopais Latino Americanas³, as quais deram um grande impulso na questão da relação fé e política, com o intuito de fazer do povo de Deus, agentes de participação e elaboração de planos políticos que contemplassem todos da comunidade, em especial, os mais pobres do continente. Sem dúvida elas como fruto da fé do povo latino-americana contribuíram de maneira decisiva para a formação e atuação política.

Segundo Alves, (2013) essas Conferências Gerais do Episcopado da América Latina, propiciaram uma contribuição importante para a

³ As Conferências Gerais Episcopais Latino Americanas foram: 1ª Conferência Geral do Rio de Janeiro (1955), 2ª Conferência Geral de Medellín (1968), 3ª Conferência Geral de Puebla (1979), 4ª Conferência Geral de Santo Domingo (1992), 5ª Conferência Geral de Aparecida (2007). Estas conferências foram realizadas sob a influência do Concílio Vaticano II (1962-1965), as quais tinham como objetivo conferir uma articulação entre a igreja católica do continente latino-americano, elaborando propostas pastorais para atuação da mesma. Destaca-se nesse cenário, a 2ª Conferência Geral de Medellín e a 3ª Conferência de Puebla, as quais, foram decisivas para elaboração e execução do método Ver-julgar-Agir no plano de evangelização do continente.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

caminhada pastoral da Igreja Católica no continente. Tendo como referência o Concílio Vaticano II, os membros da Igreja desde o bispo até os leigos são convidados a fazer o bom uso da política dentro da ótica do bem comum e da comunhão.

Diante dessa situação, se faz que a Igreja por meio das pessoas de fé, tenham a disposição de enfrentar esses desafios, de forma a fazer valer a disposição de trabalhar em prol de uma igreja comprometida com o povo, estando caminhando com ele, dando sua colaboração para se fazer um novo jeito de ser da sociedade.

Dentro da ótica desse compromisso, se pode dizer que:

Enfim, a Igreja é convidada a aceitar positiva e realisticamente a colaboração com o homem e a sociedade. Não por causa de uma democracia, mas por fidelidade a Deus que a envia responsavelmente à história para que esta se torne de fato “prefiguração” do Reino. O Concílio precisa que esta colaboração diz respeito a todos os bens: dignidade humana liberdade, fraternidade, bons frutos da natureza (GS 39). Esta diaconia não é somente ética e, por isso, dependente da martíria, o testemunho da fé, que engloba o ir ao encontro do irmão como ir ao encontro de Cristo. É por isso vocativa e constitutiva do mandato cristão (ALVES, 2013, p.65).

Pertencer a uma comunidade de fé não é somente a busca do encontro com Deus para uma relação individualista, claro que é preciso do ponto de vista da fé, ter esse encontro pessoal com o Mestre, porém, não se pode entender que a relação seja somente essa. Ela deve ajudar a pessoa encontrar Jesus e ter forças para a caminhada. A fé desencarnada da participação social, é entendida como uma vivência da religiosidade que não vai de encontro ao que deve ser feito em prol de uma mística da construção do Reino de Deus.

A Igreja na condição de instituição religiosa tem historicamente um papel fundamental na sociedade em especial com o que se concerne a busca

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

da justiça, da paz e da solidariedade, valores aos quais, se entende que estão presentes em suas raízes religiosas. Por isso, deve ajudar na promoção da conscientização das pessoas, formando um pensamento voltado para a construção de uma convivência justa e solidária.

Diante dessa colocação é correto afirmar:

Uma das contribuições da religião é a ideia de solidariedade. Philippe Portier destaca que o pensador alemão, na obra *Entre naturalismo e religião*, diz que a solidariedade representa uma fonte de cultura que pode alimentar a consciência de normas e a solidariedade dos cidadãos. Segundo ele, “o Estado democrático alimenta-se de uma solidariedade de cidadãos que se respeitam reciprocamente como membros livres e iguais de uma comunidade política” (VASCONCELOS, 2015, p. 234).

Uma das características principais do fenômeno religioso é a busca pela construção de uma mentalidade de uma sociedade que tenha em suas bases educativa religiosa e vivencial a questão da solidariedade. Essa contribuição pode ser entendida na medida em que a fé pessoal é impelida a manifestar ações que demonstrem na prática, a sua disposição para atitude solidária. É importante frisar que essa solidariedade aqui não é simplesmente uma ação de altruísmo, mas é em primeiro lugar uma forma de possibilitar ao próximo o seu crescimento cultural, social e pessoal.

Dentro dessa dimensão, se entende que a fé e a política podem ter um ponto em comum, principalmente quando se movem em prol de algo que venha ser decisivo para a vida da comunidade de fé. A luta pela vida e pela liberdade de expressão são características e direitos inerentes ao ser humano, na busca de sua autonomia e identidade.

Diante do exposto se pode dizer que a fé e a política,

[...] é, como vimos, constitutivamente, [...] social e política. Seja porque os cristãos e suas igrejas são, de fato, realidades sociais e políticas; seja porque a experiência e o discurso dos cristãos sobre Deus estão radical e definitivamente condicionados e configurados pelo acontecimento histórico da libertação de

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

Israel e pela práxis histórica de Jesus de Nazaré; seja porque a fé cristã, enquanto entrega ao Deus do Êxodo, ao Deus de Jesus de Nazaré, é participação na mesma práxis salvífica na qual e através da qual Deus se deu a conhecer; seja, enfim, porque a teologia, enquanto inteligência da práxis do reino e enquanto atividade teórica específica, é uma atividade social e política (JÚNIOR, 2008 p. 108).

A fé e a política nesse sentido, tem como meta a promoção do bem-estar social da comunidade e não só isso, deve buscar também a conscientização das pessoas em serem agentes de promoção dentro de sua vivência humana, enquanto pessoas que convivem e se organizam para reivindicar os seus direitos básicos. É importante destacar aqui que no relato do livro do Êxodo, o autor sagrado, mostra uma opção de Deus pelo povo pobre, o que motivou a tomar uma ação política de libertação desse povo. Do mesmo modo, Jesus, em seu processo de evangelização em favor do mais necessitados.

Tendo essa visão de entendimento, deve-se nortear as ações das pessoas de fé que devem agir de forma clara. É bom frisar-se que esse compromisso não deve ser feito de modo radical, podendo a ponto de que se confundam as duas dimensões. Contudo, é preciso que se invista nessa perspectiva de maneira crítica, a fim de se evitar o radicalismo.

Segundo Aquino (2008) as instituições sociais apesar de terem a condição trabalhar com a Igreja, possuem suas características próprias e suas especificidades, de modo que, tanto a fé como a igreja, não podem deixar de lado o que é próprio de sua missão, sob a condição de se perder a sua real atribuição. Como também jamais podem agir de forma isolada, de modo autossuficiente, em que corre-se o risco de perder a sua essência e assim, tornar a sua missão inviabilizada.

A vivência cristã é por natureza um estilo de vida no qual se deve tomar uma atitude. Não é típico do cristão ter uma situação apática, no momento em que a tomada de decisão se faz urgente. Ao modo do mestre

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

Jesus, deve olhar a situação do povo, perceber nela traços de injustiça e assim tomar uma atitude de agir em prol dos necessitados. Esse é o perfil do verdadeiro líder e pastor (Cf. Mc 6,34).

Simon (2009) citando Dom Hélder Câmara, faz a colocação de que o povo tendo a percepção de que a religião cristã teve medo, que não teve o ímpeto de falar a verdade, de demonstrar a verdade, seria como o encerramento dessa religião. Essa visão aqui exposta confere um entendimento de que o Cristianismo tendo como base, Jesus Cristo, deve ser uma religião autêntica, a qual não deve se atrelar ao medo de denunciar as injustiças contra os mais pobres. Deste modo, todo o cristão deve ser o anunciador da verdade, a qual é Jesus que nos prega a vida plena e a liberdade concreta.

Contudo, é importante ter em mente que não é tarefa fácil o processo de mudança de mentalidade. As elites burguesas do país não abrem de mão de seu poderio, do exercício de estarem sempre acima da pirâmide social. E uma das formas de estarem sempre sujeitando as camadas mais pobres é impossibilitando a ascensão social destas.

Diante dessa hipótese, é considerável a opinião de Castel (1998) apud Telles, (2011, p. 37), o qual coloca com relação à classe trabalhadora que

Quase todo mundo é assalariado, é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social [...] A sociedade salarial parece arrebatada por um irresistível movimento de promoção: acumulação de bens e de riquezas, criação de novas posições e de oportunidades inéditas, ampliação de direitos e garantias, multiplicação das seguridades e da proteção.

Percebe-se que compete a classe trabalhadora despertar a sua visão crítica de que é um conjunto de classe, submetido a um processo de mercado capitalista, o qual sempre há de inviabilizar a ascensão social do

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

trabalhador. Tal método é reprodutivo, pois dentro da dinâmica das relações de trabalho, o pobre sempre será pobre e o capitalista sempre estará financeiramente acima da classe trabalhadora e mais ainda, sempre promoverá sua exploração contínua.

É com esse entendimento que se deve ter uma ação da Igreja em prol da justiça em todos os seus âmbitos, desde o plano espiritual até a dimensão social, de modo a ser sal e luz para uma sociedade, que perde o sentido real de sua existência no tocante a sua vocação primeira que é buscar a justiça social e o bem de todos os seus membros e não privilegiar somente as classes abastadas.

Neste sentido, pode-se dizer que:

Daí a necessidade da fé e da igreja interagirem e colaborarem - a modo de fermento, sal, luz - com os diversos processos e dinamismos da vida humana, de modo que possam ir sendo configurados na força e no dinamismo do reinado de Deus (1Cor 4, 20). No que diz respeito aos processos e organizações sociais e políticos, as formas de interação e colaboração podem ser diversas. E tanto em relação aos processos sociais e políticos, quanto em relação à atuação dos cristãos e da instituição eclesial (AQUINO, 2008, p. 92).

Essa atividade de lutar por uma sociedade mais justa, é também dever dos que congregam a igreja e são pessoas que devem manifestar sua fé de maneira prática. Não se pode ficar somente no discurso, deve-se ter uma ação prática, a qual dê sentido e significado ao que se prega ao que se vive. O cristão nesse sentido, deve ser comprometido com essa causa, afim de poder de fato ser sal e luz numa sociedade que carece urgentemente de uma mudança de mentalidade, para que saia de sua situação narcisista e de seu mundo egoísta, gerando assim uma nova mentalidade de busca da justiça.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

Essa ação de busca pela justiça é o caminho pelo qual, se pode definir e perceber que o cristão de fé autêntica, busca ter essa análise crítica para agir, estar em movimento de sintonia com as exigências evangélicas, que dão o aporte de como se deve e agir em sociedade. Esta busca precisa ser feita por todos os que proclamam a fé cristã como modelo de vida.

Segundo Andrade (2010) é preciso que se tenha um debate complexo e ao mesmo tempo profundo, para que se tenha direcionamento a novas possibilidades, na questão da definição do termo democracia, tendo em vista a importância do esclarecimento dos meios de participação popular, os quais entende-se como fundamentais para a concretização de uma modelo democrático, tendo sua base nos conselhos de cidadania.

Neste sentido, a opção que se toma por um estado democrático é uma alternativa que se faz dentro de uma ótica que contemple a todos os envolvidos na camada social e comunitária, buscando exercer de modo claro e ético a função de líder da comunidade, no que se refere a representatividade que faz das pessoas. Assim os líderes comunitários, são as pessoas que devem levar em conta as reivindicações da comunidade, debater e abrir as possibilidades de participação e inclusão.

A distribuição do poder é uma das maneiras mais claras de se operar essa perspectiva de busca para uma ação política pensada e refletida dentro de uma visão crítica e analítica para servir a todos:

O problema é saber o que queremos fazer com o poder [...] e como cada um de nós se relaciona com poder. Hoje já existe vários estudos sobre como aprofundar o sistema democrático no Brasil, entretanto, não se analisa como o poder é distribuído na sociedade. Se ampliarmos a cidadania civil, política, social, na terra, na certa estaremos contribuindo para emergência de uma sociedade civil organizada com capacidade de ter um maior controle social sobre o Estado. Este poder dos cidadãos organizados e legitimamente representados na esfera do pública pode ser sano para o fortalecimento das democracias e para mudar nossa relação

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

como poder. Eleger alguém quer dizer exercer um poder de escolher os ocupantes temporários do governo (ANDRADE, 2010, p. 102).

Percebe-se na opinião do autor que um dos principais problemas com relação à participação na vida política, se centra na questão do relacionamento da pessoa com o poder que lhe foi atribuído. É preciso, pois, que se faça investimentos relativos a participação das pessoas nas questões das políticas públicas, as quais são entendimentos como a forma mais interessante do ponto de vista da aplicação e destinação dos recursos públicos, uma vez que se ouve vários representantes da sociedade. Dessa forma, pode-se visualizar uma sociedade imbuída do espírito democrático e participativo.

Mas o que venha a ser a política pública e como aplica-la na vida cotidiana dos cidadãos? Qual a sua finalidade e a quem se destina? Quem são os seus agentes? Essas perguntas pertinentes precisam ser respondidas tendo por finalidade conferir uma visão clara da importância dessa política para a sociedade.

Na opinião de Saravia (2006) essas políticas tratam de um fluxo de decisões do âmbito público a serem, tomadas com o intuito de colaborar para a manutenção do equilíbrio social, ou a introdução de desequilíbrios que tem por finalidade a mudança do quadro político social, no que diz respeito as ações a serem tomadas.

Segundo essa linha de raciocínio, nota-se que as políticas públicas têm uma função importante no que diz respeito a ação política voltada para a sociedade e suas necessidades. Ela é esse um caminho viável para que a população possa participar de forma direta da elaboração dos planos políticos, os quais podem atender prontamente as reivindicações da comunidade de pessoas.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

Assim sendo, pode-se fazer a seguinte afirmação:

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população (CALDAS et. al 2008, p. 14-15).

Tem-se aqui a noção de que as políticas públicas, são ações sérias, que devem ter o devido valor dentro do âmbito político, pelo fato de se entender que elas são necessárias e urgentes, para que se possa realmente buscar o serviço para com o público cidadão e contribuinte. Ela deve resguardar e realizar os interesses desse público. Compete aos dirigentes políticos, fazer um levantamento das prioridades que devem ser postas em prática de maneira prática, em favor do benefício da sociedade. Percebe-se ainda que dentro dessa ótica, não são os representantes políticos que devem fazer as reivindicações. Eles apenas as encaminham, quem faz acontecer a política pública de fato é o povo.

É nessa condição de agentes de participação que as pessoas de fé, devem se fazer presentes e operantes na questão do debate e encaminhamentos que devem ser feitos em prol da coletividade. Nesse sentido, a sua articulação deve ser feita para se ter uma clara e evidente informação dos meios para realizar os encaminhamentos necessários.

Esse espaço para o debate político em meio as estruturas religiosas junto com as pessoas, se faz necessário principalmente nos dias de hoje. Na

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

opinião de Knop citado por Vasconcelos (2015) observa que Habermas fazia um processo de defesa da religião no âmbito das sociedades secularizadas, de forma que não fosse abandonada do debate público, a fim de não perder esse potencial discursivo da religião em meio a sociedade.

Seguindo esse raciocínio a fé representada por meio daqueles que congregam uma entidade religiosa no sentido da diversidade e da pluralidade, pode ser vista como um caminho para o entendimento dos assuntos que estão no âmbito de interesses do público, em que se pode realizar um processo de esclarecimento para as pessoas do que realmente a comunidade está necessitando do ponto de vista estrutural, como de outros assuntos que são pontuais e necessários de ser debatido, compartilhado e participado pelos cidadãos, conferindo assim, uma visão formativa da política da comunidade.

AS CEBS COMO COMUNIDADES DE FÉ FORMADORAS DA POLITIZAÇÃO

É dentro deste pensamento que nasce na América Latina tendo como norte inspirador o Concílio Vaticano II, juntamente com as Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano, as Comunidades Eclesiais de Base no Brasil (CEBs), as quais, foram bastante importantes para a prática da fé com a política, devido ao seu caráter específico de ser uma comunidade de fé ao mesmo tempo crítica da conjuntura social. O seu papel de celebrar ao Deus da vida e formar pessoas para ação foi uma característica bastante pertinente em suas ações.

Mas o que vem a ser uma comunidade Eclesial de Base? Quais as suas atribuições e sua forma de viver e celebrar? Que mecanismos usavam

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

para a sua práxis de união entre a dimensão religiosa e vertente social? Essas questões significativas para poder aprofundar o tema afim de perceber qual é a natureza e função das CEBs.

As CEBs podem ser entendidas como a parcela atuante da Igreja na questão da vivência social e comunitária, são leigos, homens e mulheres que se comprometem com a causa do Reino dentro de uma perspectiva comunitária:

As comunidades eclesiais de base (CEBs) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960 em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEBs podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos, ou formar um único grupão, a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto (BETTO, 2018, p. 7).

Percebe-se que as Comunidades Eclesiais de Base no Brasil nascem dentro de uma perspectiva de povo, em comunidades nas quais, geralmente as pessoas se reúnem para fazer a celebração a Deus mas ao mesmo tempo, mantém o pé no chão, com relação a sua prática cidadã. Essas comunidades, em sua maioria são compostas por leigos, mas também têm a participação de bispos, padres e diáconos. Nasce dentro de uma conjuntura que necessitava de pessoas para conduzir o ideal de fé e cidadania das pessoas afastadas do centro urbano em sua maioria.

Segundo Baraglia (1991) apud Santos (2006) as CEBs por volta dos anos de 1980, mantinham uma discussão com relação a sua função dentro da dinâmica eclesial, criando assim, uma expectativa de experiências democráticas que podiam vir a ser ou não um exemplo da dimensão

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

democrática, sendo desta forma, instrumentos válidos para se vivenciar essa realidade.

Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar que:

Como hipótese parece acertado afirmar que também os leigos engajados nas Ceb's não se encontram em condições de promover a redemocratização na Igreja. Entretanto, permanece inalterada a necessidade de apontar obstáculos para sua ação. Será, então, que, além das pressões da instituição, esses obstáculos, poderiam ser localizados no novo tipo de socialização recebida por esses leigos, na atual situação brasileira que abriu múltiplos espaços para ação política do cidadão e na própria condição do processo de crescimento das Ceb's? (BARAGLIA 1991, apud SANTOS, 2006, p. 27).

As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil tiveram certa dificuldade de serem um exemplo de democracia e isso pode ser entendido, pelo fato de que a instituição eclesial da Igreja Católica, ter ainda uma cultura piramidal em sua estrutura. A nova conjuntura da vivência social política e religiosa do país, faz com que as CEBs procurem se readaptar, pelo fato de atualmente, já se ter uma forma de participação mais ampla dentro da sociedade em relação ao passado. Contudo, isso em nada diminui a importância das mesmas para o processo de participação na esfera tanto eclesial como social.

Na opinião de Santos (2006) refletindo sobre o pensamento de Clodovis Boff, coloca que a relação entre CEBs e a instituição eclesial, nem sempre é uma relação amistosa, havendo assim uma divisão entre essas duas formas de se viver a fé numa perspectiva de relação comunitária.

Apesar dessa opinião de dicotomia que pode-se apresentar com relação as comunidades eclesiais de base, dado alguns fatores sociológicos, não se pode negar a condição de que elas sejam uma parcela da Igreja Católica na condição de povo de Deus, que busca formar cristãos em

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

cidadãos, com pensamento crítico para o conhecimento e exercício da política e da cidadania.

Reforça essa ideia de dicotomia das CEBs a opinião de Baraglia, o qual coloca que:

Realmente, na medida em que as CEBs saem de seu isolamento enquanto grupos pequenos e independentes e passam a comunicar-se, integrar-se e constituir-se em movimento complexo e massivo no âmbito nacional, compromete-se necessariamente o seu espírito comunitário. [...] Os contatos deixam de ser primários, face-a-face, e envolventes da totalidade das personalidades de um reduzido número de participantes para tornarem-se intermediados e impessoais. Os princípios da organização burocrática tornam-se imprescindíveis para a organização do vultoso movimento perdendo-se assim, a característica comunitária, relegada a retórica e, mantida apenas enquanto utopia é negada concretamente na dinâmica das relações cotidianas (BARAGLIA, 1991, apud SANTOS, 2006, p. 28).

As CEBs têm como meio operante de sua ação a vivência comunitária, na qual todos os envolvidos têm a visão de uma igreja e sociedade participativa onde tenham vez e voz, faz o *modus operandi* desse grupo eclesial. A visão do autor com relação ao aspecto de isolamento, só pode ter fundamento na medida em que, elas se relacionam com grupos eclesiais que possuem uma mística de cunho espiritualista, desencarnada da vivência prática, como da luta comunitária e da visão crítica com relação a ação política. Por meio dessa análise, diverge-se da opinião de Baraglia com relação a esse perfil de isolamento das CEBs.

Para respaldar essa opinião com relação a vivência comunitária das comunidades eclesiais de base toma-se a palavra de Frei Betto, o qual entende que,

As CEBs não se fecham em si mesmas. As questões levantadas nas reuniões raramente deixam de ser questões sociais, ligadas a sobrevivência das classes populares. O abaixo-assinado assinado à prefeitura, pedindo

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

água para o Bairro, não interessa apenas aos cristãos. É uma questão de interesse geral. A luta contra a expulsão de posseiros mobiliza todo os que não se identificam com os interesses dos açambarcadores de terras. Assim, a comunidade eclesial de base abre-se ao movimento popular, ajudando a criar ou a fortalecer formas de organização popular autônomas desvinculados do Estado e da Igreja (BETTO, 2018, p. 8).

A opinião de Frei Betto, com relação natureza das Comunidades Eclesiais de Base é bastante pertinente, pelo fato de entender que a dimensão comunitária e a pauta de decisões democráticas dentro do ambiente de convivência desse grupo, tem sempre relação com questões de ordem existencial. Diante disso, percebe-se a seriedade e compromisso com a vida da comunidade, em seu sentido amplo, o qual não se fecha somente em seus interesses enquanto grupo sócio eclesial, mas vê sobre tudo, os problemas da comunidade a serem resolvidos, o que beneficia até outros grupos religiosos e sociais que não fazem parte das mesmas.

Pelo trabalho feito pelas CEBs, pode-se afirmar que são de fato, um grupo de pessoas que vivem sua fé dentro de uma perspectiva crítica, em que, a capacidade de pensar numa lógica politizada, faz com que os membros desse grupo sócio eclesial, desenvolvam atividades, nas quais se pode observar uma linha de ação voltada para o exercício da cidadania, característica a qual é percebida como jeito de ser e viver das pessoas que fazem parte desse grupo.

As comunidades eclesiais de base são um exemplo prático das pessoas de fé que congregam uma igreja podem fazer uso de seu pensamento crítico para poder exercer uma atividade politizada a qual não tem interesses partidários, mas busca atingir o núcleo essencial da política que é o bem comum, o qual se entende ser o caminho mais viável para o exercício da cidadania.

O MAGISTÉRIO DO PAPA FRANCISCO

É dentro dessa perspectiva que o Magistério da Igreja atual reflete a situação do cristão católico com relação a sua participação no meio político de modo a influenciar positivamente as ações que visam conferir uma conjuntura favorável para a construção de uma mentalidade politizada, em que todos se tornem participantes da construção de uma sociedade inclusiva, a qual se preocupa com os segmentos sociais que nela existem. O Papa Francisco, em duas de suas obras: *Evangelii Gaudium* e a *Laudato Si'*, nos dá uma opinião bastante interessante sobre essa dimensão da vivência social, política, econômica e religiosa para a sociedade global.

Segundo Francisco (2013) na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* coloca que nenhuma pessoa pode exigir de que se tenha uma mentalidade de delimitar a religião somente ao âmbito particular dos cidadãos, sem ter uma postura de inserção no meio social e nacional, não manifestando estar preocupado com as mazelas que atingem a sociedade, no que toca a questão da estabilidade das instituições públicas, sem que se tenha uma apreciação sobre o que é de interesse da opinião pública.

A sociedade atual globalizada, sofre com problemas que afetam a vida de muitas pessoas. Os países em especial, os da América Latina, possuem graves problemas de disparidade social, o que pode-se atribuir a uma conjuntura de falta de representatividade das camadas mais pobres, diante da questão política, pois, essa classe não tendo representação, fica sem condições de reivindicar os seus direitos.

Seguindo esse pensamento Francisco (2015) coloca em sua Carta Encíclica *Laudato Si'* coloca que em diversas ocasiões falta a consciência direta dos problemas que abrangem de forma particular os excluídos, sendo

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

estes a maior parte dos habitantes do mundo. Nos debates econômicos que fazem e políticos internacionais que são realizados. Este grupo de pobres se encontra fora da pauta, sendo considerados muitas vezes, um anexo, sendo um tem que é debatido, mas por uma questão de obrigação, do que uma necessidade urgente.

É por essa razão, que os cristãos que manifestam sua fé, devem se dispor a estar no mundo da política, com o intuito de ser uma parcela significativa, no tocante a defesa dos direitos das pessoas menos favorecidas e excluídas do debate e da aplicação de políticas, que visem conferir dignidade para essa classe de pobres e oprimidos pelo sistema de exclusão político social.

Estar junto à comunidade carente é uma das formas de exercer o ensinamento de Jesus que na sua ação política faz a opção pelos pobres de seu tempo. Foi o que deixou claro o Papa Francisco em sua exortação: “Deriva da nossa fé em Cristo, que Se fez pobre e sempre Se aproximou dos pobres e marginalizados, a preocupação pelo desenvolvimento integral dos mais abandonados da sociedade”. (EG n.186, 2013).

É esta consciência que se deve ter com relação a vivência da fé e a práxis política é um caminho pelo qual, os cidadãos devem nutrir para que se tenha meios de buscar soluções conjuntas para a resolução de problemas sociais e comunitários, onde todos tenham sua participação ativa e forneçam ideias para melhoria da conjuntura na qual se está inserido.

Dentro dessa perspectiva se entende que,

A consciência religiosa deve, primeiramente, entrar num movimento cognitivo [...] com outras confissões e outras religiões. Deve, em segundo lugar, ajustar-se à autoridade das ciências, que detêm o monopólio social do conhecimento sobre o mundo. Finalmente, deve concordar com as

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

premissas do Estado constitucional, que se fundamentam a partir de uma moral profana (HABEMAS 2003 apud VASCONCELOS, 2015, p. 237).

A fé e a consciência são essenciais para que se possa moldar uma sociedade que busque viver a sua vocação para a política de forma a ter o viés comunitário e o bem comum como o centro de sua vivência e prática cotidiana, combatendo o separatismo, o egoísmo e outros contra valores. As ciências nesse caso, também são mecanismo importantes para se conhecer a realidade e por uma ética cívica.

A colaboração e a visão crítica da necessidade, como da convivência comunitária e da ação política tomada em conjunto são componentes importantes, para que se tenha uma comunidade de pessoas atuantes, na qual todos possam participar e serem contemplados dentro do planejamento político da sociedade, manifestando assim a participação na sociedade.

Nesta linha de entendimento da relação entre as pessoas na convivência social, percebe-se que:

A sociedade não é outra coisa senão a coexistência operante dos indivíduos num processo esgotável. Não existem indivíduos sem sociedade, nem sociedade sem indivíduos... a sociedade existe e coexiste somente pelos indivíduos (STURZO 1943 apud MARTELLI 1995, p. 195-196).

Esse entendimento de que a sociedade é feita de pessoas, e que sem elas a mesma não pode existir é um ponto de partida para a reflexão do conviver e cuidar junto. É uma necessidade social, a preocupação com as pessoas menos favorecidas as quais, deve-se dar atenção devida e ao mesmo tempo, procurar conhecer como buscar meios para encontrar resoluções cabíveis para a situação vivida.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

Ratifica esse pensamento a palavra do Papa Francisco, o qual afirma:

Entretanto temos um “super desenvolvimento dissipador e consumista que contrasta, de modo inadmissível, com perduráveis situações de miséria desumanizadora”, mas não se criam, de forma suficientemente rápida, instituições econômicas e programas sociais que permitam aos mais pobres terem regularmente acesso aos recursos básicos. Não temos suficiente consciência de quais sejam as raízes mais profundas dos desequilíbrios atuais: estes têm a ver com a orientação, os fins, o sentido e o contexto social do crescimento tecnológico e econômico (LS 2015, n. 109).

Percebe-se que o Papa Francisco faz um questionamento do desenvolvimento da sociedade global, o qual tem uma característica de desperdiçar muito de sua produção, ao passo que existem milhares de pessoas no mundo pessoas inseridas num degradante estado de miséria. A sociedade política internacional não se tem preocupado em criar meios de combate e solução desses problemas, o que demonstra ainda uma falta de consciência dos fatores que geram a exclusão social de muitos.

Francisco (2013) coloca a Igreja reconheceu que a obrigação de ouvir o grito do povo, é derivado do próprio desejo de libertação que esse povo espera. Essa atribuição não é dever de alguns, mas de todos os que buscam o senso de justiça operante no mundo. Pois os que formam a Igreja e são partes componentes dela são orientados pela Misericórdia evangélica e pelo amor ao ser humano, escutando o grito pela justiça, os quais devem responder de forma enfática.

Percebe-se que na visão do Papa Francisco, os cristãos devem ter uma atuação voltada para a busca de abrandar o sofrimento do pobre e oprimido, os quais são entendidos como agentes necessitados da libertação de todas as injustiças que existem contra eles na sociedade. Por essa razão,

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

deve-se sempre buscar o plano de justiça, para esses menos favorecidos da sociedade, a fim de conferir para estes uma nova vida.

Para ratificar esse ponto de vista, o Papa Francisco reflete o pedido de Jesus aos discípulos no momento crucial:

Nesta linha, se pode entender o pedido de Jesus aos seus discípulos: “Dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6, 37), que envolve tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos. Embora um pouco desgastada e, por vezes, até mal interpretada, a palavra “solidariedade” significa muito mais do que alguns atos esporádicos de generosidade; supõe a criação duma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns (EG 2013, n. 188).

Esse entendimento de Francisco ajuda na reflexão da tomada de decisão que os cristãos devem ter no momento de crises, mantendo fé em Deus, o foco e o desejo de colaborar para uma sociedade que busque meios alternativos para a resolução de problemas que a afetam. Esse exemplo da partilha dos pães, pode ser visto como uma atitude política, no que diz respeito ao sendo de liderança e organização que se deve ter diante das pessoas e dos seus problemas. Este de fato é o perfil do verdadeiro líder.

O líder comunitário na esfera eclesial deve ser uma pessoa comprometida com o papel que lhe é atribuído, pois, deve ser essa referência no que diz respeito a orientação da comunidade, a fim de fazê-la caminhar numa perspectiva compromisso com a dimensão sociopolítica da mesma, em que, ajuda na elaboração de planos e ações. Deve ter uma mentalidade nova por meio da releitura que se faz da vida e da história, tendo em mente uma opção evangélica que norteia a sua causa e a causa da comunidade.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

Pertinente a essa reflexão, se faz proveitosa a opinião de Frei Betto, o qual em suas palavras coloca que:

[...] O agente de pastoral, deve modificar sua maneira de entender o homem e a vida e de ler a história. Para tanto, não basta estar inserido no meio popular. Essa mudança de ótica, se dá ao nível da fé, por uma radicalidade evangélica, capaz de assumir a preferência por Deus pelos mais pobres e, ao nível da racionalidade, por uma ideologia contrária à dominante em nossa sociedade. Não se busca essa ideologia contrária à dominante nas teorias elaboradas pelos intelectuais que gozam de um lugar ao sol no sistema e não possuem nenhuma prática popular. Essas teorias não servem se não para justificar o próprio sistema ou tentar preservá-lo mediante possíveis reformas (BETTO 2018, p. 16).

O líder deve entender que o seu compromisso é com a comunidade e não com a sua pessoa. Ele deve ser aberto para ouvir e colaborar para o desenvolvimento da comunidade ou pastoral. É diante dessas atribuições que se põe em prática a atividade politizada, em que ajuda a comunidade ao mesmo tempo em que é ajudado por ela, numa verdadeira troca de experiências positivas, que vão se concretizando no processo.

Uma palavra-chave que ajuda na compreensão dessa visão política para o bem comum é a solidariedade. Esta disposição faz das pessoas seres colaboradores no que diz respeito a convivência e construção de uma cultura de aceitação, vivência e troca de saberes, relativos a cada um dos membros da comunidade. Essa complementaridade é outro aspecto importante para se entender a participação das pessoas de fé no cerne de uma proposta que busca, novos meios de relação entre os homens e mulheres.

Dentro dessa perspectiva a solidariedade é um dos caminhos que podem favorecer essa quebra com a cultura arcaica de dominação e abrir novos horizontes, os quais, busquem de fato, o sentimento de partilha e de pertença a uma comunidade onde as pessoas se sintam membros de uma

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

convivência comum, em que a partilha seja o viés desse novo jeito de ser e viver entre os cristãos comprometidos com a causa social (cf. At 2,42-47).

Essa situação pode ser entendida na medida em que se busca perceber o papel de cada um na comunidade:

A solidariedade é uma reação espontânea de quem reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade privada. A posse privada dos bens justifica-se para cuidar deles e aumentá-los de modo a servirem melhor o bem comum, pelo que a solidariedade deve ser vivida como a decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde. Estas convicções e práticas de solidariedade, quando se fazem carne, abrem caminho a outras transformações estruturais e tornam-nas possíveis. Uma mudança nas estruturas, sem se gerar novas convicções e atitudes, fará com que essas mesmas estruturas, mais cedo ou mais tarde, se tornem corruptas, pesadas e ineficazes (EG. 2013, n. 189).

O cristão tem em sua essência a solidariedade como um dos seus valores mais expressivos, razão pela qual vive e se relaciona em comunidade. Esse sentimento se faz muito urgente na sociedade de hoje imbuída de contra valores, os quais nos distanciam da verdadeira vivência evangélica. Embora se saiba que seja difícil fazer esse combate, ele se torna cada vez mais necessário, pois a defesa dessa bandeira é o caminho pelo qual os cristãos comprometidos com a fé e com o pensar crítico sobre a política, devem manifestar essa disposição para que as pessoas da sociedade possam ter conhecimento dessa possibilidade, pois não se pode aderir aquilo que não se conhece, sendo necessário um conhecimento e vivência de caso.

É nessa expectativa que se deve trabalhar a participação no processo construtor de uma sociedade que de fato, atenda as exigências evangélicas dentro de uma conotação social, no que diz respeito a um novo caminho, nova atitude, novo jeito de ser e viver. É na concepção que se deve romper

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

com a com a tentação da ganância, com a sede de poder e com menosprezo aos necessitados. Esses são valores cultivados pelos que não querem que o mundo se torne um lugar habitável, com justiça igualdade e solidariedade para todos.

Entendendo que a configuração desses valores no mundo, são na base necessária para se ter uma sociedade que confira dignidade a todos em especial aos pobres, é oportuno mais uma vez referenciar as palavras do Papa Francisco, o qual entende que,

Às vezes trata-se de ouvir o clamor de povos inteiros, dos povos mais pobres da terra, porque “a paz funda-se não só no respeito pelos direitos do homem, mas também no respeito pelo direito dos povos”. Lamentavelmente, até os direitos humanos podem ser usados como justificação para uma defesa exacerbada dos direitos individuais ou dos direitos dos povos mais ricos. Respeitando a independência e a cultura de cada nação, é preciso recordar-se sempre de que o planeta é de toda a humanidade e para toda a humanidade, e que o simples fato de ter nascido num lugar com menores recursos ou menor desenvolvimento não justifica que algumas pessoas vivam menos dignamente. É preciso repetir que “os mais favorecidos devem renunciar a alguns dos seus direitos, para poderem colocar, com mais liberalidade, os seus bens ao serviço dos outros”. Para falarmos adequadamente dos nossos direitos, é preciso alongar mais o olhar e abrir os ouvidos ao clamor dos outros povos ou de outras regiões do próprio país. Precisamos de crescer numa solidariedade que “permita a todos os povos tornarem-se artífices do seu destino”, tal como “cada homem é chamado a desenvolver-se” (EG 2013, n. 190).

Ouvir o clamor dos povos e tomar uma atitude é uma característica do cristão percebe-se na opinião do Papa Francisco que se faz urgente que as nações possam desenvolver uma política que se volte para a dignidade das pessoas, em que cada uma possa ter os meios necessários para prover a sua cultura e viver dignamente. Tendo essa disposição é que se pode chegar construção de um novo céu e uma nova terra (cf. Ap 21,1), para todos com

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

justiça e dignidade. Essa deve ser a fé numa postura de pensamento crítico para o pensamento político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do assunto proposto nesse artigo, se configura como um pensamento investigativo, o conferiu base de entendimento aos pesquisadores, em que se pode colocar algumas opiniões que se caracterizam como considerações a respeito do tema “A fé como meio crítico para o pensamento político”, das quais se concluir que:

Historicamente a política se caracteriza como uma atividade, em que se exerce a função de líder na qual se busca governar ou ordenar as coisas relativas as pessoas que vivem em comunidade ou sociedade. Contudo, nem todos os que exercem essa função pensam na dimensão da coletividade, situação em que buscam realizar seus próprios planos e interesses. É dentro dessa ótica da gestão não correta, que pessoas agem em prol de grupos elitistas que desejam submeter a classe pobre e trabalhadora aos seus ideais neoliberais.

A política é uma atividade que pode ser boa ou má para o público, depende da ação de quem está no cargo e para quem é que ele trabalha: em favor dos opressores ou a favor da classe oprimida. Por isso, é vista como uma atividade complexa que em muitos casos, não atinge seu objetivo principal que é a inclusão de todos os membros da sociedade em seu plano de ação, o que faz desta, uma ação de benefício para uns e exclusão para outros.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

É dentro dessa realidade de exploração, que as pessoas de fé devem manifestar sua ação contra esse propósito de exploração que os agentes políticos ligados ao sistema neoliberal querem impor a toda a classe trabalhadora. Tendo como base a ação de Jesus, os cristãos devem realizar organizações que visem combater essa prática e lutar por uma sociedade justa e fraterna.

O Vaticano II as Conferências Episcopais Latino Americanas, proporcionam uma forma de analisar a conjuntura do continente e desenvolver práticas que visem fazer combate a questão da desigualdade e opressão, em que estão situados os povos latinos americanos em especial, os mais pobres e excluídos da sociedade.

Portanto, afirma-se que a política é um exercício muito importante para a vida em sociedade, pois entende-se que ela é via pela qual se pode realizar ações que beneficiem a coletividade, conferindo assim, uma oportunidade para se fazer o bem para a sociedade em todas as suas expressões sociais. Compete aos políticos cristãos, os quais representam a população trabalhadora, que empenhem seus valores evangélicos, combatendo os “políticos de profissão”, fazendo valer assim os seus valores cristãos.

A fé é uma condição na qual, todos são convidados a manifestar a sua crença em um ser Superior e beber nos ensinamentos que nos são dados pela religião cristã, tendo Jesus Cristo, como o centro e referência dessa fé. Pela sua vida e ação se percebe que os cristãos não podem ser pessoas apáticas, sem tomar um posicionamento na política da comunidade. A participação do cristão em meio a sociedade deve ser uma atividade constante, pois, imbuídos dos valores evangélicos, praticar uma fé dentro de uma perspectiva crítica para o pensar e agir político.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

Consequentemente, ratifica-se que a fé é uma condição a qual ajuda no pensar e agir das pessoas, para que possam usar os meios políticos com o intuito de zelar pelos direitos e reivindicações da comunidade, ajudando-a perceber a importância da participação, engajamento e organização em prol dos valores da sociedade em especial, os menos favorecidos.

As Comunidades Eclesiais de Base são o fruto de um modelo mais pragmático de Igreja, o qual bebe nas linhas do Concílio Vaticano II e das Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano, colocando em prática o processo de a politização das pessoas. A sua forma de organização, celebração e compromisso, são características formadoras do pensar e agir político, dentro de uma vertente comunitária, que não se fecha em si mesma, mas ilumina e busca a resolução de problemas da comunidade, sejam estruturais, políticos, sociais ou vivenciais.

Assim sendo, afirma-se que o modelo eclesial moldado nas CEBs são esse modelo de igreja, o qual une perfeitamente, a fé com a política, num ponto de vista pragmático, fazendo que essas duas áreas da vivência humana, possam ser praticadas, com o intuito de atingir seu objetivo principal que é o bem comum e o senso de participação e democracia.

O Magistério do Papa Francisco, confere um horizonte de reflexões sobre a conjuntura mundial, juntamente com a perspectiva de sugestões para a melhoria da situação pela qual passa a sociedade mundial. A luta para o combate das desigualdades é um dos pontos centrais desses dois documentos de Francisco, os quais norteiam o pensar e agir dos cristãos católicos com relação aos temas sociais. Portanto, afirma-se que o Magistério do Papa Francisco, encaminha a reflexão da comunidade mundial, para um pensar e agir sobre a Igreja e justiça mundo.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

A tarefa de analisar a fé e política numa perspectiva crítica é uma tarefa bastante complexa, uma vez que na base cultural herdada pelo povo, essas duas áreas são conflitantes, porém, é preciso que se trabalhe na tentativa de buscar melhor entendimento de que essas dimensões se complementam e são a base para uma formação do saber crítico e do proceder ético. Portanto, se torna necessário que as pessoas as quais se põe no âmbito da fé, ajudar a comunidade a entender que são também peças importantes no processo democrático de participação e construção de uma ação política que contemple suas necessidades e ações, despertando a visão crítica e prática para que se tenha um panorama político dentro de uma dimensão participativa, norteando os caminhos a serem tomados em prol da melhoria da conjuntura social e comunitária.

REFERÊNCIAS

ALVES, Antônio Aparecido. Fé e compromisso cristão na América Latina (De Medellín a Aparecida). In PINHEIRO, José Ernanne; ALVES, Antônio Aparecido (orgs.). **Os cristãos leigos no mundo da política a luz do Vaticano II**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ANDRADE, Durval Ângelo. Conselhos de cidadania: exercício da democracia. In LESBAUPIN, Ivo; PINHEIRO (orgs.), José Ernanne. **Democracia, Igreja e Cidadania** – desafios atuais. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 101-120. (Coleção cidadania).

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Artigo, 34p. Disponível em
<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/livro_betto_o_q_ue_e_cebs.pdf> acesso em 27 jan. 2018.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova edição revista e atualizada. 3ª impressão. São Paulo: Paulus, 2004.

BÍBLIA Tradução Ecumênica – TEB. São Paulo: Loyola, 1994.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas públicas** – conceitos e práticas. Artigo, 48p. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. Disponível em:
<<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%A9BLICAS.pdf>> acesso em 27 jan. 2018.

FRANCICO, Papa. Carta Encíclica **Laudato Si'** – sobre o cuidado da casa comum. Artigo, 192p. Disponível em:
<http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf> acesso em 27 jan. 2018.

_____. Exortação Apostólica **Evangelii Gaudium**. Artigo, 224p. Disponível em:
<https://m.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium_po.pdf> acesso em 13 nov. 2017.

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

GUERRA, et al. **Brasil 2016: recessão e golpe**. Disponível em: <
<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Recessao-Golpe-web.pdf> > acesso em
27 jan. 2018.

JÚNIOR, Francisco de Aquino. **Teologia e Política**. Artigo, 27p.
Revista de estudos da Religião – REVER, São Paulo: PUCSP, 2008. p.92-
118. Disponível em:
<http://www.pucsp.br/rever/rv1_2008/t_aquino.pdf> acesso em 13
nov 2017.

_____. **Fé – política: uma abordagem teológica**. Artigo, 19p. Dossiê:
Cristianismo e política. V. 7 n. 15, Belo Horizonte, 2009. P. 13-31.
Disponível em:
<webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7da072sqLR0J:https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3655102.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> acesso em 13 nov. 2017.

LEBAUSPIN, Ivo. Democracia: do esvaziamento à reinvenção. In
LESBAUPIN, Ivo; PINHEIRO, José Ernanne. (orgs.) **Democracia,
Igreja e Cidadania** – desafios atuais. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 13-39.
(Coleção cidadania).

MARTELLI, Stefano. **A Religião na sociedade pós-moderna: entre a
secularização e a dessecularização** [trad.Euclides Martins Balancin]. São
Paulo: Paulinas, 1995.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Luta e perspectivas da Teologia
da Libertação: O caso da comunidade São João Batista, Vila rica, São
Paulo: 1980-2000**. Artigo 229p. Dissertação (Mestrado em História)
Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=11&Itemid=76&lang=pt-br&filtro=Teologia%20da%20Liberta%C3%A7%C3%A3o > acesso em
27 jan. 2017.

SARAVIA, Enrique. Política pública: dos clássicos às modernas
abordagens. In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete. **Políticas
Públicas**. Brasília: ENAP, 2006. Coletânea – vol. 1. Artigo, 125p.
Disponível em:

A fé como meio crítico para o pensamento político

SILVA, Julimar Fernandes da
ALMEIDA, Wilma Mesquita de

<http://www.enap.gov.br/documents/586010/601525/160425_coletanea_pp_v1.pdf/ee7a8ffe-d904-441f-a897-c4a2252a2f23> aceso em 27 jan. 2018.

SIMON, Pedro. **Fé e política**. Brasília: Senado Federal, 2009. 126p.

TELLES, Sarah Silva. A categoria pobre: o que tem a dizer a sociologia? In OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de (org.). **Opção pelos pobres no século XXI**. São Paulo, Paulinas, 2011. (Coleção cidadania). p.29-57.

VASCONCELOS, Francisco Antônio de. **Religião e política em Habemas**: fé e pós-secularização. Artigo, 18p. *Kalagatos*, Revista de Filosofia, Fortaleza, CE, v. 12, n.23, Inverno 2015. p. 225-242. Disponível em: <<http://kalagatos.com.br/index.php/kalagatos/article/view/53>> acesso em 13 nov. 2015.

WEBER, Max. **Ciência e Política** – duas vocações. 11ª edição, São Paulo: Cultrix, 2009.

LOS BUENOS CONVIVIRES
FILOSOFÍAS SIN FILÓSOFOS, PRÁCTICAS SIN
TEORÍAS

Alberto Acosta

Economista ecuatoriano. Profesor universitario. Ex-ministro de Energía y Minas. Ex-presidente de la Asamblea Constituyente. Ex-candidato a la Presidencia de la República.

Recebido em: 05/07/2018. Aprovado em 09/07/2018

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

Resumen: Desde muchos sectores y lugares se recuperan y se proponen alternativas que rebasan los conceptos dominantes propios de la Modernidad. Por ejemplo, muchos indígenas amazónicos y andinos están empeñados en recuperar sus orígenes y, en algunos casos, inclusive quieren fortalecer sus prácticas ancestrales, para desde su pasado proyectarse al futuro. No faltan quienes tratan de tender puentes entre estas diversas orillas: Buen Vivir y Postdesarrollo, desde las que se podría potenciar la construcción de otros mundos donde la vida con dignidad para todos los seres existentes en el planeta sea una posibilidad. Nuestro objetivo es presentar el Buen Vivir como una atrayente alternativa a la modernidad capitalista.

Palabras-chave: Democracias. Buen Vivir. Utopía.

Abstract: From many sectors and places recover and propose alternatives that go beyond the dominant concepts of Modernity. For example, many Amazonian and Andean indigenous people are determined to recover their origins and, in some cases, even want to strengthen their ancestral practices, from their past projecting into the future. There is no shortage of those who try to build bridges between these different shores: Good Living and Post-Development, from which the construction of other worlds could be promoted where life with dignity for all existing beings on the planet is a possibility. Our goal is to present Well Living as an attractive alternative to capitalist modernity.

Keywords: Democracies. Well living. Utopia.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

*“La difusión del imaginario del ‘vivir bien’
no solo pretende mostrar al mundo que otros modos de vida son posibles...
el imaginario del buen vivir propone otra comprensión del mundo.”*

Enrique Leff

EL PUNTO DE PARTIDA¹

En diversas partes del planeta, a partir de la constatación de crecientes y graves problemas, en particular económicos, sociales y ambientales, se cuestionan cada vez más las ideas convencionales del progreso y por cierto de su principal vástago, el desarrollo. Y en este escenario se insertan las ideas, valores, experiencias y prácticas del Buen Vivir, que provienen de un horizonte de memoria muy larga en muchas comunidades en el planeta.

Ahora que la vida de los seres humanos está en peligro, conviene reencontrarse con aquellos grupos humanos que han vivido en esquemas sustentados en la búsqueda de la armonía y el equilibrio dentro de los ciclos ecológicos. Estas realidades, invisibilizadas hasta hace muy poco tiempo, contrastan con un mundo en donde los “logros” del progreso están configurando un escenario caracterizado por violencias de todo tipo que se explican por un sistema que ahoga todo lo que tiene que ver con la vida.

No debe sorprendernos, entonces, que estemos en “la era de la supervivencia”, una suerte de encrucijada en la que se define el futuro de

¹ Se agradecen los comentarios a una versión preliminar de este texto formulados por Atawallpa Oviedo Freire. NOTA: Este trabajo sintetiza varios aportes sobre el tema del autor de estas líneas, que ya han sido publicados, en especial el artículo con el mismo nombre que se publicará en el libro en proceso de edición: Beling, Adrián y Vanhulst, Julián: *Desarrollo non Sancto. Impulsos para un debate impostergable*.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

la especie humana (Giraldo 2014). En la actualidad las tradicionales visiones del progreso y el desarrollo no solo que no ofrecen las respuestas necesarias, sino que por el contrario son responsables directas de las complejas y graves crisis que aquejan a la Humanidad.

Por eso desde muchos sectores y lugares se recuperan y se proponen alternativas que rebasan los conceptos dominantes propios de la Modernidad. Por ejemplo, muchos indígenas amazónicos y andinos están empeñados en recuperar sus orígenes y, en algunos casos, inclusive quieren fortalecer sus prácticas ancestrales, para desde su pasado proyectarse al futuro.

En este punto se aproximan estas alternativas indígenas –existentes no solo en América Latina- y la discusión sobre el post-desarrollo, desde distintas realidades políticas pero con varios puntos de coincidencia conceptual. La lista de personas que cuestionan las visiones, las teorías, las políticas y las prácticas del desarrollo convencional es enorme. Teniendo como referencia el aporte ya clásico de Wolfgang Sachs del año 1992, bien podríamos mencionar a Arturo Escobar, Enrique Leff, Gustavo Esteva, Vandana Shiva, Eduardo Gudynas, Ashish Kothari, Ariel Salleh, Julien Vanhulst, Adrian Beling, entre muchas otras personas. Pero lo que realmente cuenta es el aporte que surge desde las comunidades que resisten –por ejemplo a los extractivismos- y desde esa lucha proponen y construyen alternativas.

Por esas razones, en la actualidad, no faltan quienes tratan de tender puentes entre estas diversas orillas: Buen Vivir y Postdesarrollo², desde las

²Cabe mencionar en este punto el artículo de Adrián E. Beling, Julien Vanhulst, Federico Demaria, Violeta Rabi, Ana E. Carballo, Jérôme Pelenc; “Discursive Synergies for a ‘Great Transformation’ Towards Sustainability: Pragmatic Contributions to a Necessary Dialogue Between Human Development, Degrowth, and *Buen Vivir*”, <https://ac.els->

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

que se podría potenciar la construcción de otros mundos donde la vida con dignidad para todos los seres existentes en el planeta sea una posibilidad. Y aquí el Buen Vivir asoma como “*la más atrayente alternativa a la modernidad capitalista*” (Giraldo 2014).

LA PERVERSA INERCIA DE UNA CRUZADA FALLIDA

Atrás quedan aquellas promesas del desarrollo, que se nutren de la idea del progreso que emergió con la Modernidad. Sobre todo cada vez más se desvanecen las ilusiones que aparecieron con inusitada fuerza a raíz del discurso del presidente Harry Truman de los Estados Unidos frente a la nación, el 20 de enero de 1949.

De todas maneras, a pesar de que los cuestionamientos comenzaron a surgir casi desde el inicio de esta cruzada y que sus inocultables limitaciones se intensificaron en años recientes, la búsqueda del desarrollo es todavía incesante. Se oscila desde las versiones más economicistas que identifican al desarrollo con el crecimiento del PIB a las más complejas del desarrollo a escala humana o del desarrollo sustentable, para mencionar apenas un par de ellas. Sin embargo, lo cierto es que en la medida que el desencanto se expande por el mundo, emergen con creciente fuerza discusiones y propuestas que van configurando un escenario post-desarrollo, que lo sintetiza con claridad Koldo Unceta (2014) en un ejercicio por enlazar este debate con los aportes del Buen Vivir.

cdn.com/S0921800917303798/1-s2.0-S0921800917303798-main.pdf?_tid=2f35706c-1376-11e8-9fbd-00000aabb0f02&acdnat=1518826075_d6bba8a786fd06ef1354b74b5e95eeff

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

Lo que interesa ahora es la crítica al concepto mismo de desarrollo transformado en una entelequia que norma y rige la vida de gran parte de la Humanidad, a la que perversamente le es imposible alcanzar ese tan ansiado desarrollo. No solo eso. Simultáneamente se constata que incluso aquellos países que se asumen como desarrollados aparecen presos en la trampa del progreso. Basta ver aquellas señales inequívocas de graves contradicciones, conflictos y dificultades en los Estados Unidos, Europa o Japón, como son, entre otras, las crecientes brechas que separan a los ricos de los pobres, la insatisfacción inclusive en aquellos sectores beneficiarios de una mayor acumulación material, la incapacidad de dar respuestas a una crítica situación de desempleo que no encuentra salida con las herramientas tradicionales, mientras, en paralelo la destrucción de la Naturaleza continúa imparable. Y aquellos países, que aparecen como “exitosos” en los últimos años caminan también por la misma senda de un naufragio programado, veamos la situación de China.

En suma, el mundo vive un “maldesarrollo” generalizado, incluyendo a aquellos países considerados como desarrollados.

¿QUÉ ENTENDEMOS POR BUEN VIVIR?

En este punto reconozcamos que, mientras buena parte de las posturas sobre el desarrollo convencional e incluso muchas de las corrientes críticas se desenvuelven dentro de los conocimientos occidentales propios de dicha Modernidad, estas visiones alternativas son alterativas, en tanto escapan a los límites de la civilización capitalista dominante; límites establecidos, en especial, por el antropocentrismo y el utilitarismo.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

En estas líneas centraremos nuestra atención en las visiones de los pueblos del Abya-Yala: continente conocido como América desde la llegada de los conquistadores europeos (Consultar a más de los textos de Acosta, entre otros, en Oviedo Freire 2010; Huanacuni Mamani 2010; Houtart 2011; Giraldo 2014; Esterman 2014; Gudynas 2014; Solón 2016).

Las expresiones más conocidas del Buen Vivir o Vivir Bien, nos remiten a conceptos existentes en lenguas indígenas de América del Sur, tradicionalmente marginados, pero no desaparecidos, como son el *sumak kawsay* o *allí kawsay* (en kichwa), el *suma qamaña* (en aymara), el *ñande reko* o *tekó porã* (en guaraní), el *pénker pujústin* (shuar), *shiir waras* (ashuar) entre otras. Existen nociones similares en otros pueblos indígenas, por ejemplo entre los mapuches de Chile: *kyme mogen*, los kunas de Panamá: *balu wala*, los miskitus en Nicaragua: *laman laka*, así como también otros conceptos afines en la tradición maya de Guatemala y en Chiapas de México.

Lo que interesa es destacar que este tipo de enfoques y propuestas - similares en muchos aspectos, mas no necesariamente iguales en todo- también están presentes en diversas otras partes del planeta, con varios nombres y características. Se trata de valores, experiencias y sobre todo de prácticas existentes en diferentes períodos y en diferentes regiones de la Madre Tierra. Cabría destacar el *ubuntu* (sentido comunitario: *una persona es una persona solo a través de las otras personas y de los otros seres vivos*) en África (D'Alisa, Demaria, Kallis 2015) o el *eco-swaraj* (democracia ecológica radical) en la India (Kothari, Demaria, Acosta 2015).

Las propuestas de origen andino-amazónico cobraron inusitada fuerza política a inicios de este milenio, cuando entraron en los debates nacionales –particularmente de Bolivia y Ecuador- en un momento de crisis generalizada del Estado-nación, oligárquico y de raigambre colonial.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

En estos dos países se vivió un momento de intensas revueltas durante la época del neoliberalismo, en especial gracias a la creciente fuerza organizativa de los movimientos indígenas, en alianza con otras fuerzas populares.

Es destacable esta irrupción de los movimientos indígenas, en tanto vigorosos sujetos políticos portadores de su propia visión de la vida. Esto explica la emergencia y el posicionamiento de estas ideas paradigmáticas del Buen Vivir, propias de un mundo indígena al que no consiguieron desaparecer los procesos de conquista y colonización, todavía presentes durante toda la época republicana.

En este contexto también empezaron a consolidarse los cuestionamientos al desarrollo y las alternativas ecologistas, muchas de ellas sintonizadas con la visión de las armonías con la Naturaleza que caracterizan el Buen Vivir. En síntesis, en un momento dado maduraron las críticas acumuladas al desarrollo en paralelo con la emergencia del Buen Vivir. Su relacionamiento es a la vez una oportunidad y una amenaza. En tanto oportunidad, puede ser el momento para construir de forma horizontal y respetuosa nuevas formas de comprender el mundo e imaginar alternativas, y en tanto amenaza, puede ser una ocasión para reeditar esquemas de apropiamiento y de subordinación de estas visiones indígenas por parte de las tradicionales lecturas usurpadoras propias de la modernidad.³

³ Anotemos que “*El buen vivir constituye así la expresión de un viraje cultural resultante de una paradoja fecunda: la herencia cultural de la tradición aborígen de la región, que históricamente (y aún en la actualidad) ha sido considerada como mutuamente excluyente con el paradigma del desarrollo, es ahora reinterpretada como la clave para la renovación y re-legitimación de éste último*” (Carballo 2015).

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

Todas estas visiones contestatarias, sobre todo las indígenas, cuentan, de una u otra manera, con profundas raíces y una gran actualidad. El Buen Vivir representa, entonces, visiones filosóficas de pueblos indígenas, para nada comparables a las filosofías occidentales. Son filosofías vivas sin filósofos profesionales, son prácticas sin teorías. Son, ante todo, experiencias comunitarias y memorias colectivas, con multiplicidad de prácticas en la vida cotidiana. Más que conceptos fríos, son vivencias cotidianas.

Dejemos sentado que el Buen Vivir –siendo por excelencia un discurso político- no sintetiza ninguna propuesta totalmente elaborada ni indiscutible, no emerge de reflexiones académicas, ni de propuestas construidas en algún partido político. Y, por cierto, si el Buen Vivir proviene de una matriz andino-amazónica ancestral o de matrices similares, portadoras de otras racionalidades y otros *sentipensares* (Escobar 2014), es muy complejo, sino imposible, entenderla utilizando el instrumental teórico de la Modernidad.

Estas cosmovisiones, atadas a territorios específicos, plantean opciones diferentes a la cosmovisión occidental al surgir de raíces comunitarias no capitalistas, armónicamente relacionadas con la Naturaleza. Desde esa lectura, el Buen Vivir plantea una transformación de alcance civilizatoria al ser al menos biocéntrica, ya no más antropocéntrica (en realidad se trata de impulsar una trama de relaciones armoniosas vacías de todo centro); comunitaria, no solo individualista; sustentada en la pluralidad y la diversidad, no unidimensional, ni monocultural. Para entenderlo se precisa en particular un profundo proceso de decolonización intelectual en lo político, en lo social, en lo económico, por cierto en lo cultural (Quijano 2014).

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

Un punto debe quedar claro, al hablar de Buen Vivir, como se dice en Ecuador, o de Vivir Bien, como se acostumbra en Bolivia, pensamos en plural. Es decir, nos imaginemos buenos convivires, y no un Buen Vivir único y homogéneo, que resulta imposible de cristalizar. El Buen Vivir, insistamos en este punto, no podría erigirse en un mandato global único como sucedió con el concepto de “desarrollo” a mediados del siglo XX.

Estos buenos convivires (o Buen Vivir, como se continuará presentando en el resto del texto, pero pensando siempre en plural) pueden abrir la puerta a caminos que deben ser imaginados para ser contruidos, por un lado, pero que ya son una realidad, por otro lado. Estamos frente a un proceso de reconstrucción y construcción. Este es el gran potencial de estas visiones y experiencias. Pero hay más. Como anota Enrique Leff (2010), el imaginario del Buen Vivir no solo nos ofrece otras formas de cómo organizar la vida, sino que nos brinda diferentes formas para comprender el mundo. Esas dos cuestiones sintetizan su mayor potencial.

En conclusión, el Buen Vivir es una vivencia eminentemente subversiva de futuro. No sintetiza una simple invitación para retroceder en el tiempo y reencontrarse con un mundo idílico, inexistente por lo demás. Pero, para ser realmente una propuesta transformadora, el Buen Vivir no puede convertirse en una suerte de religión con su catequismo, sus manuales, sus ministerios, sus comisarios políticos (Acosta 2012).

Para empezar, sin negar la posibilidad cierta de oros aportes, en muchos saberes indígenas, que constituyen una fuente insoslayable del Buen vivir, no existe una idea análoga a la de desarrollo. No hay la concepción de un proceso lineal de la vida que establezca un estado

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

anterior y posterior, a saber, de subdesarrollo y desarrollo; dicotomía por la que deberían transitar las personas y los países para la consecución del bienestar, como ocurre en el mundo occidental. Tampoco existen conceptos de riqueza y pobreza determinados por la acumulación y la carencia de bienes materiales. Y, por cierto, es importante ver al ser humano como un actor más en la Naturaleza, no como “su corona”.

El Buen Vivir tiene como su principio inspirador la armonía. La vida en armonía del ser humano consigo mismo, de los individuos viviendo armónicamente en comunidad. Por cierto es fundamental la vida en armonía de las comunidades, lo que habría que extrapolar a pueblos y naciones. Y todos, individuos y comunidades deben armonizar su vida con la Naturaleza.

Esta concepción de vida, donde la relacionalidad juega un papel preponderante, plantea un incesante y complejo flujo de interacciones y de intercambios. El dar y el recibir, en un interminable proceso de reciprocidades, complementaridades y solidaridades, constituye la base del Buen Vivir. Es decir se asume la postura ética que debe regir la vida de un ser humano: cuidar de sí mismo y de los demás seres vivos, a partir de la búsqueda incesante de los equilibrios que aseguran que la vida fluya. Y en este mundo inspirador de armonías y equilibrios la vida está por sobre cualquiera otra consideración. Diríamos, en términos de confrontación política, que en el Buen Vivir interesa la reproducción de la vida y no la del capital; una conclusión que podríamos ampliar también a la Encíclica *Laudato Si* del Papa Francisco.⁴

⁴ La discusión que abrió esta Encíclica –bastante marginada por los grandes medios de comunicación– abre la puerta a aproximaciones diversas, para muestra el texto de Wolfgang Sachs (2017).

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

De todas maneras, en la medida que los conceptos de Buen Vivir deben ser comprendidos desde diferentes enfoques y visiones, hay que obviar la homogenización de concepciones en tanto restringen las visiones y comprensiones de los otros. Pese a aquello, el núcleo de los debates encierra lo holístico de ver a la vida en tanto relación de comunidad, ya de los seres humanos entre sí y de los humanos con los seres no humanos: la Pachanama (Madre Tierra), en un ejercicio de permanente complementariedad entre los unos y los otros. Estos dos elementos: comunidad y Naturaleza establecen las bases para la construcción de las propuestas del Buen Vivir. Pero falta algo. El mundo espiritual de las culturas indígenas es esencial en el Buen Vivir, su *sumak kawsay*.

Esta cosmovisión requiere -para ser comprendida adecuadamente- de la historia y del presente de los pueblos indígenas. Es, en esencia, parte de un proceso sustentado en el principio de continuidad histórica de dichas comunidades. El pasado y el futuro, se funden en un presente de reconstrucción y construcción de estas alternativas alterativas. Se es en tanto opción de futuro y se será en tanto reconocimiento del pasado, viviendo bien en el presente. Lo que cuenta es que la comunidad indígena, sin idealizarla, en términos amplios tiene un proyecto colectivo de futuro con una clara continuidad desde su pasado. Estas utopías andinas y amazónicas -utopías posibles y realizadas- se plasman, de diversas maneras, en su discurso, en sus proyectos políticos y especialmente en sus prácticas sociales y culturales, inclusive económicas. Aquí radica una de las mayores potencialidades del Buen Vivir: aprehender de las experiencias de pueblos que han sabido vivir con dignidad y armonía desde tiempos inmemoriales, es la tarea, pero -insistamos- sin idealizar la realidad indígena.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

El mundo indígena es lo que es en la actualidad. Un mundo que ha sido víctima de la conquista y la colonia, en tanto proceso de dominación, explotación y represión de la larga noche colonial, que se proyecta con mucha fuerza aún en nuestros días republicanos. La influencia colonial y capitalista está presente y se filtra cada vez más a través de múltiples formas en su mundo, lo que cierra la puerta a aproximaciones románticas a la realidad indígena.

Entonces, esta aproximación a las experiencias indígenas no está exenta de conflictos. Pueden aparecer, por ejemplo, aproximaciones excluyentes e inclusive conformadoras de visiones dogmáticas. Ese riesgo se corre cuando se quiere no solo diferenciar, sino separar lo que es el Buen Vivir de lo que representaría el *sumak kawsay*. Si bien de esta manera se puede conocer de mejor forma lo que representa el Buen Vivir en las comunidades indígenas, lo cierto es que, de mantenerse una posición dogmática aislacionista, se podría cerrar la puerta a la posibilidad de construir un gran diálogo de saberes y conocimientos que tanta falta le hace a la Humanidad.

Es necesario complementar y ampliar conceptos y vivencias incorporando otros discursos, otras propuestas y otras prácticas provenientes de diversas regiones del planeta, espiritualmente emparentadas en su lucha por una transformación civilizatoria. ¿Cómo propiciar y enriquecer dicho diálogo, incluso con otras alternativas que están disputando el sentido histórico en los márgenes de la Modernidad?, sería uno de los grandes retos.

Por cierto que cada una de estas iniciativas de diálogo debe fundamentarse y tomar en cuenta el contexto concreto correspondiente,

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

con la participación de los múltiples sujetos políticos portadores del cambio en cada uno de los territorios.

Hay que estar atentos, además, para no manipular el concepto del Buen Vivir, desvirtuando sus sentidos y sus alcances. Eso sucede en Ecuador y Bolivia, luego de la incorporación de este concepto en sus constituciones. Allí, en la práctica gubernamental, se ha vaciado de contenido el Buen Vivir o Vivir Bien. No importa para nada que esta cosmovisión –Buen Vivir o Vivir Bien, incluyendo su traducción en las lenguas indígenas- se haya incorporado en la Constitución de la República de Ecuador en el 2008 y en la Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia en el 2009. En estos países -en donde se habla simplonamente de *socialismo del buen vivir*, *socialismo comunitario* o *biosocialismo*- se despliega un neo-desarrollismo, sustentado en un desbocado extractivismo, con el que se quiere financiar procesos orientados a conseguir el desarrollo convencional. Nada más que eso.

Entonces, no se puede caer en “la trampa” de la propaganda del Buen Vivir o Vivir Bien de los gobiernos de dichos países. Allí se ha terminado por vampirizar este concepto para ponerlo al servicio de sus apetencias de concentración de poder y de disciplinamiento de sus sociedades. Así, el Buen Vivir funciona simplemente como dispositivo de poder y herramienta de propaganda para modernizar el capitalismo. Una verdadera aberración.

Insistamos, el Buen Vivir, en tanto sumatoria de prácticas vivenciales inclusive de resistencia al colonialismo y sus secuelas, nutre un modo de vida en varias comunidades indígenas, sobre todo en aquellas que no han sido totalmente absorbidas por la modernidad capitalista o que han resuelto mantenerse al margen de ella. Pero aún en las comunidades

que “han sucumbido” a la modernidad, hay algunos elementos propios de lo que podríamos entender por Buen Vivir, sobre todo en el ámbito de la vida en comunidad.

Sin embargo, en el hipotético caso de que estas comunidades indígenas llegarán a desaparecer, podríamos imaginar otros mundos aprendiendo de lo que fueron sus vivencias y sus valores, acotándolos, por cierto, a otras realidades sociales y culturales. Lo interesante en la actualidad es que en otros espacios, no vinculados directamente con el mundo indígena andino o amazónico, se construyen (o existían desde antes) opciones de vida comunitarias armoniosas entre sus miembros y con la Naturaleza.

EL BUEN VIVIR, UNA UTOPIA REALIZADA Y POR CONSTRUIR

Un punto de partida para comprender mejor el Buen Vivir podría ser una aproximación “filosófica”, si cabe realmente ese término. La lista de textos sobre este asunto es ya grande y muy importante. Aquí sugerimos la lectura del trabajo elaborado por la Universidad Intercultural Amawtay Wasi (2004)⁵.

Desde la lectura de los significados de la *chakana*, la cruz andina o cruz sagrada, se podrían extraer valiosas lecciones para entender el significado de la unidad en la diversidad, que tiene la relacionalidad como principio clave, del que se desprende la reciprocidad, la

⁵ Una universidad cerrada por el Gobierno de Rafael Correa porque no se ajustaba a los criterios establecidos para la educación superior en función de su proyecto neodesarrollista, modernizador del capitalismo

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

complementariedad, la correspondencia, incluso la solidaridad entre los distintos componentes de la vida.

Este es sin duda uno de los elementos fundamentales del Buen Vivir y de no fácil comprensión para quienes somos hijos o hijas de la Modernidad. Atawallpa Oviedo Freire, destacado estudioso de la materia, va más allá, propone no traducir el *sumak kawsay* a ningún idioma porque se deformaría su espíritu y se perdería su potencial transformador.

Esta cuestión no es menor. Como lo anotamos antes, por un lado, hay el riesgo de dar paso a renovados dogmatismos y purismos, o en el otro extremo de caer en nuevas modas con simples acciones burocratizadoras desde instancias gubernamentales.

Aquí, sin adentrarnos más en este tema, lo que rescatamos es la posibilidad de asumir el Buen Vivir como un concepto abierto, reconociendo sus raíces indígenas profundas, desde donde podemos comenzar a construir otros mundos, sin cerrar la puerta a un amplio y enriquecedor debate y diálogo con otros saberes y conocimientos.

En este punto pueden insertarse los debates post-desarrollistas y otros, como los decrecentistas (quienes cuestionan el crecimiento económico), empeñados en dar la vuelta a la página de la Modernidad, que dictamina que la acumulación permanente de bienes materiales y la mercantilización de la vida conforman un camino único e irreversible; una Modernidad que para el mundo subdesarrollado, atado a teorías y conocimientos provenientes del mundo desarrollado, le mantiene en una situación de postración permanente y de dependencia múltiple, pues su supervivencia de los países depende del mercado mundial, donde se cristalizan las demandas de la acumulación global.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

Para superar dichas ataduras es preciso valorar adecuadamente los saberes considerados como ancestrales, asumiendo lo complejo que resulta definir su ancestralidad. Para hacerlo se requiere construir un puente de relacionamiento respetuoso entre saberes y conocimientos. Lo que nos invita a poner, entre otras cuestiones de fondo, las tecnologías al servicio de la vida y no de la acumulación del capital.

¿Cómo hacer para que las tecnologías no caigan presas de los diseños de la acumulación del capital? ¿Cómo hacer que el conocimiento esté en función de las demandas de la comunidad? Este es el meollo de este asunto.

Quizás convenga recordar en este punto que el sistema operativo de *software* libre más extendido y conocido es el Ubuntu, cuya lógica se basa en que una vez alguien hace uso de su creación la cede libremente a quien quiera mejorarla y así, la primera persona que fue la creadora podrá inclusive beneficiarse aún más en el futuro. El desafío es asumir el control sobre las tecnologías y no que éstas nos controlen a los seres humanos, como recomendaba Ivan Illich (2015) o André Gorz; autores que están recobrando renovada fuerza en el marco de los debates sobre el decrecimiento y en la búsqueda alternativas profundamente transformadoras; inclusive sus visiones de la convivialidad están en sintonía con la esencia del Buen Vivir.

El prerequisite ineludible consiste, entonces, en disponer de sistemas para desarrollar y apropiarse de los avances de la ciencia y la tecnología, que se nutran de manera activa y por cierto respetuosa de los saberes y conocimientos ancestrales. Hay que recuperar aquellas prácticas que han perdurado hasta ahora o que pueden ser aprehendidas conociendo su historia. Estos casos son especialmente importantes si se

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

considera que muchas de esas experiencias han sobrevivido centurias de colonización y marginación.

Los conocimientos ancestrales nos brindan innumerables lecciones y son la base de importantes adelantos de la ciencia. Lamentablemente muchos de los saberes ancestrales son –perversamente- aprovechados y patentados por las empresas transnacionales. Eso acontece con muchas plantas e inclusive animales andinos o amazónicos transformados en elementos básicos para el desarrollo de nuevas medicinas comercializables, por ejemplo.

En paralelo resulta recomendable aprender también de aquellas historias trágicas de culturas desaparecidas por diversas razones. Tanto de esas historias fracasadas (incluyendo sus errores, agresiones a la Naturaleza, desigualdad, violencia), así como de los procesos vivos todavía, hay como obtener elementos para construir soluciones innovadoras para los actuales desafíos sociales y ecológicos.

De las reflexiones anteriores se concluye que es necesario reducir las diversas formas de dependencia existentes en los campos de la tecnología, los patrones de consumo, de los métodos de administración, de los sistemas de educación de los valores, normas, expectativas, etc., que nos mantienen encadenados a las demandas del capital.

Desde el campo de la política, concretamente de la toma de decisiones, es interesante reconocer que a nivel comunitario y del Ayllu - conjunto de familias emparentadas por rasgos de consanguinidad y afinidad- en muchas partes de la región andina y amazónica, el Buen Vivir nos muestra un estilo y forma de gobierno diferente. El Buen Vivir plantea la construcción de una sociedad fundamentada en la horizontalidad, lo que demanda autogobierno, acción comunitaria y

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

autogestión. No hay espacios para formas de imposición vertical y menos aún liderazgos individuales de caudillos iluminados. Con discusiones amplias y participativas se avanza hacia consensos, que luego son sostenidos por la comunidad. Nuestras lógicas de democracia tienen mucho que aprender de estas experiencias. Basta con tener presente la forma en que toman las decisiones las comunidades indígenas con la participación de sus miembros, de forma horizontal y respetuosa, hasta llegar a consensos. Mecanismo que inclusive es utilizado en su complejo relacionamiento con los distintos gobiernos centrales, como se ha vivido repetidamente en el caso de Ecuador.

Sin buscar apologías e idealizaciones, muchas comunidades indígenas tienen formas más democráticas para tomar sus decisiones en comparación a la “democracia” occidental. La vida comunitaria en sí misma podría verse como una forma radical de democracia. Y estas prácticas, que podrían servir para repensar la democracia en términos amplios, por la misma discriminación y rechazo a lo originario son marginadas, ridiculizadas o ignoradas. Esta aceptación no implica desconocer los límites de tal democracia sustentada en las prácticas asamblearias, sobre todo en comunidades muy grandes. De todas formas, sin buscar un ejemplo a copiarse literalmente, podría mencionarse la democracia de Suiza, con su interesante -y complejo- sistema de consultas o referéndums populares vinculantes.

Un punto clave, la solución no está en el Estado como lo conocemos (menos aún en el mercado). Se requiere pensar en otro tipo de Estado, que pueda contribuir a la construcción de una sociedad no autoritaria y que esté controlado desde abajo. Esto implicaría quizás un

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

Estado plurinacional⁶, como proponen los movimientos indígenas de Bolivia y Ecuador; por cierto que no se ha avanzado mucho en este campo en Bolivia y mucho menos en Ecuador, tanto por que los respectivos gobiernos no lo han intentado, como porque desde el mundo indígena son relativamente vagas las propuestas de cómo construirlo.

Construir el Estado plurinacional plantea rupturas profundas de las estructuras coloniales, oligárquicas y hasta neoliberales. Y va más allá de las reivindicaciones indígenas, pues representa superar la esencia homogeneizadora de los Estados latinoamericanos de alma colonial. Por tanto, la plurinacionalidad no acepta una sola nación o nacionalidad, peor impuestas desde el poder y los privilegios. Presupone la existencia de diversas nacionalidades –pueblos y comunidades- hoy existentes, aunque muchas incluso en enfrentamiento permanente y viviendo marginadas y subordinadas.

Así, la plurinacionalidad como nueva concepción de organización social, rescata la pluralidad étnica y cultural para repensar al Estado. Cuentan, por mencionar apenas un par de referencias, los derechos colectivos y no solo los individuales. Igualmente interesa un nuevo relacionamiento con la Naturaleza, con miras hacia una ciudadanía ambiental o ecológica. Hasta se podría idear una “ciudadanía multicultural” o directamente una “ciudadanía universal”⁷, ampliando las ciudadanías hasta para pensar en una organización social global, donde la diversidad de cada Estado plurinacional se combine con la de otros,

⁶ Para profundizar en esta discusión, se recomienda leer los varios textos sobre el Estado Plurinacional de Raúl Prada Alcoreza o los de Boaventura de Souza Santos.

⁷ La Constitución ecuatoriana de Montecristi (2008), en su artículo 416.6, *“propugna el principio de ciudadanía universal, la libre movilidad de todos los habitantes del planeta y el progresivo fin de la condición de extranjero como elemento transformador de las relaciones desiguales entre los países, especialmente Norte-Sur”*.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

surgiendo un ciudadano del mundo diverso, plural, y muy diferente al ciudadano homogéneo de la globalización capitalista.

En suma, el reto es mirar la plurinacionalidad como ejercicio de democracia incluyente, pero sobre todo, como propuesta de vidas diversas en máxima armonía y cercanía con la Naturaleza. La plurinacionalidad, entonces, debe acoplarse con otras definiciones enfocadas al territorio y al manejo de los patrimonios naturales. Aquí se puede aprender particularmente de pueblos y nacionalidades indígenas y su permanente resistencia y construcción de alternativas, especialmente en estas últimas décadas en las que han sido actores de luchas democráticas locales, nacionales e internacionales.

Quede claro que la incompreensión y no aceptación de las verdaderas raíces de muchos países de Latinoamérica quizá explique la existencia de Estados (casi) fallidos o naciones permanentemente en ciernes, pues nunca se asumió esa realidad histórica y presente. La propia inviabilidad histórica de estos Estados nacionales se explica en gran medida por no haber incorporado a pueblos y nacionalidades. Sin embargo, aún queda la duda de si la incorporación y no marginación de esos grupos es suficiente para crear otra estructura estatal que nos lleve a la gran transformación civilizatoria post-capitalista urgente para que la Humanidad tenga algún futuro. Es más, quizás la propuesta de Estado plurinacional sirva más como herramienta para la descolonización, antes que como un aporte concreto de cómo debería ser el nuevo Estado, si es que tiene sentido insistir en buscarlo.⁸

⁸ El autor de estas líneas ha reflexionado permanentemente sobre el papel del Estado, antes de llegar a estas conclusiones. Su último aporte se encuentra en el artículo “Repensando nuevamente el Estado ¿Reconstruirlo u olvidarlo?”, de próxima

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

Alguna nueva estructura de control y regulación, sustentada en bases comunitarias, deberá ser construida y dirigida desde instancias de autogobierno. Desde abajo, deben subir las decisiones hacia los distintos niveles, los cuales se sostienen en la base que es la comunidad. ¿Cómo recuperar la política en tanto espacio vivo de la sociedad?, es entonces una gran pregunta. Y en este contexto aparecen por igual una multiplicidad de prácticas económicas y sociales que las analizaremos a continuación.

Hacia la economía del Buen Vivir

En lo social y lo económico, el trabajo es clave en el Buen Vivir. Al trabajo se lo entiende como una institución grupal de construcción de sociedad y de ayuda reciproca en el ámbito comunitario. No es el trabajo alienante y explotador propio del capitalismo. El trabajo en el Buen Vivir está destinado al logro del bien común de la población y no a la acumulación individual esperando que el resultado final sea positivo para todos, como plantea ingenuamente el liberalismo económico. En el Buen Vivir se trabaja para satisfacer las necesidades e intereses colectivos de la comunidad, inclusive en condiciones en las que aflore lo festivo e incluso afectivo de la acción comunitaria.

En este punto apenas mencionamos algunas formas de relacionamiento económico propias de las comunidades indígenas: *Minka* (*minga*), *Ranti-ranti* (*randi-randi*), *Uyanza*, *Uniguilla*, *Waki*, *Makikuna*, entre

publicación en el libro colectivo América Latina: Expansión capitalista, conflictos sociales y ecológicos (2018), Universidad de Concepción, Chile.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

muchas otras. Son formas de organización económica propia del Buen Vivir, sustentadas sobre todo en la reciprocidad, la complementariedad, la correspondencia y la solidaridad. Estas formas y prácticas de organización socioeconómicas son las que han permitido a muchas comunidades indígenas enfrentar el olvido y la exclusión del sistema colonial imperante. Además, son instituciones que han ayudado a las comunidades a sostener su producción en condiciones en extremo adversas, estimulando la creatividad y la solidaridad, fomentando en lo económico un ahorro atado a las demandas sociales y en lo político, su identidad comunitaria. Estas formas y prácticas indígenas han sido y son, en consecuencia, igualmente potentes articuladores de rituales culturales y ceremoniales de convocatoria y cohesión de las comunidades, así como espacios de intercambio de normas socio-culturales. En síntesis, lo económico no se ve reducido a una esfera separada. Se reconecta con lo social, lo comunitario, lo cultural, y la Naturaleza, sin marginar lo espiritual, que no puede confundirse con lo religioso.

Es obvio que este tipo de formas de organizar la producción y el consumo pueden generar varias complicaciones cuando se las piensa en espacios más amplios, no comunitarios. Pretender integrarles en la episteme de la microeconomía o de la macroeconomía convencionales, aparece como imposible. Quizás se podría reflexionar sobre el potencial que existe en estas prácticas para enriquecer el funcionamiento productivo de una economía determinada, pensándolas desde su lógica cultural. Sin embargo, estas opciones podrían conducir a tratar simplemente de adecuar el Buen Vivir a las demandas empresariales dominantes de la Modernidad, no a superarla, tal como sucede con el “capitalismo verde”. Desvirtuando el Buen Vivir, por cierto.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

De todas formas, el reto es imaginar y luego construir economías pensadas desde la relacionalidad, la reciprocidad, la solidaridad, la correspondencia, la solidaridad y, sobre todo, desde las armonías y los equilibrios; elementos propios de lo que consideraríamos una economía solidaria

Para sacar algunas lecciones que nos permitan intentar la construcción de la economía del Buen Vivir hay que conocer las limitaciones de la economía convencional, teniendo como referencia clave los elementos fundacionales de la cosmovisión indígena. Particularmente habrá que valorar y entender tanto lo que representan la justicia social y la justicia ecológica, íntimamente interrelacionadas, pues no hay la una sin la otra, y viceversa.

Otra economía requiere pensarse fuera del antropocentrismo. Hay que aceptar que todos los seres tienen un mismo valor ontológico sin importar ni su “utilidad” ni el “trabajo” requerido para su existencia. Necesitamos reconocer valores no-instrumentales en lo no-humano, superando el andamiaje materialista de las viejas escuelas económicas.

¿Cómo construir esa otra economía que nos libere de los valores de uso y de cambio? Si bien una respuesta a tal pregunta es imposible en pocas líneas, algo claro es que se requiere crear paradigmas, lenguajes y metodologías enfocadas -desde sus orígenes- a entender la realidad social y su vínculo inseparable con la realidad natural: el objetivo es intentar construir una imagen holística de la sociedad humana y ecológica, para superar al propio capitalismo, empezando por su degeneración especulativa. Caso contrario, una creciente violencia social y ambiental asfixiarán la vida humana en el planeta, por no hablar de las crecientes guerras fratricidas.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

Es decir, esa otra economía acepta que las sociedades necesitan – como toda formación social- de la producción, distribución, circulación y consumo para reproducir su vida material y sociopolítica. Sin embargo, tales procesos deben estar regidos por una racionalidad socio-ambiental y no por el capital, que ahoga al planeta en sus propios desperdicios (Schuldt 2013).

Para generar ese cambio tenemos que superar “el huracán” del progreso, tal como lo entendió Walter Benjamin⁹. También urge asesinar al fetiche del crecimiento económico: un mundo finito no admite un crecimiento infinito. Entonces es imperativo apelar a un *decrecimiento*, sobre todo en el Norte global, para disminuir físicamente el “metabolismo económico” y fomentar relaciones vacías de todo centro: relaciones comunitarias, no individualistas; relaciones plurales y diversas, no unidimensionales, ni monoculturales; además de una profunda decolonización¹⁰. En paralelo urge un *post-extractivismo* en el Sur global, pero sin que tal convergencia *decrecimiento-post-extractivismo* implique en ningún caso que los pobres sigan sosteniendo la opulencia de los ricos: el modo de vida imperial, en los términos planteados por Ulrich Brand y Markus Wissen¹¹. Y todo este esfuerzo debe estar en línea con los debates de una post-economía.¹²

⁹ “La idea de un progreso del género humano en la historia es inseparable de la representación de su movimiento como un avanzar por un tiempo homogéneo y vacío. La crítica de esta representación del movimiento histórico debe constituir el fundamento de la crítica de la idea de progreso en general”: Walter Benjamín (2010).

¹⁰ Recomendamos los valiosos aportes de Aníbal Quijano (2014).

¹¹ Ulrich Brand, Markus Wissen; *Imperiale Lebensweise - Zur Ausbeutung von Mensch und Natur in Zeiten des globalen Kapitalismus*, Oekom Verlag, München, 2017.

¹² Ver el texto de Alberto Acosta y John Cajas-Guijarro; “Reflexiones sobre el sin-rumbo de la economía - De las “ciencias económicas” a la posteconomía”, Revista Ecuador Debate 103, CAAP, Quito, 2018.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

En ese punto emerge con fuerza, en los países empobrecidos, la necesidad de una transformación de la modalidad de acumulación primario-exportadora. Para lograrlo hay que desnudar las condiciones intrínsecas en este tipo de economías dependientes, para diseñar una estrategia que permita inclusive aprovechar de manera inteligente los recursos naturales, como parte de una adecuada planificación orientada a arribar a un esquema post-extractivista.¹³

Sin profundizar en este tema, por falta de espacio, es ampliamente aceptado que hay que desarmar las estructuras especulativas del mercado financiero internacional, que tienen en los paraísos fiscales lugares de fuga de capitales mal habidos, así como de dineros vinculados a las guerras y al terrorismo. Igualmente es cuestionable la existencia de diversas instituciones financieras que sirven como herramientas de presión política para que un Estado grande o una instancia controlada por pocos Estados poderosos, impongan condiciones (típicamente insostenibles) a países más débiles; esto ha sucedido y sucede aún con el endeudamiento externo, transformado en herramienta de dominación política (Algunas propuestas globales se encuentran en Acosta y Cajas 2015).

Esa economía del Buen Vivir demanda des-mercantilizar los bienes comunes y la Naturaleza, además de reconocer sus Derechos, construyendo relaciones de armonía con todos los seres vivos; introducir por igual criterios comunitarios para “valorar” los objetos; descentralizar y desconcentrar la producción; cambiar profundamente los patrones de consumo; redistribuir radicalmente la riqueza y el poder; y muchas otras

¹³Acosta, Alberto; Brand, Ulrich (2017); Salidas del laberinto capitalista – Decrecimiento y Post-extractivismo, ICARIA, Barcelona.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

acciones que deben pensarse colectivamente. Asimismo cabe recuperar epistemes alternativas para entender y organizar el mundo, como lo son el Buen Vivir o los Buenos Convivires, el Eco-Svaraj, el Ubuntu o el Comunitarismo, sin caer más en la trampa de mandatos únicos como el “desarrollo”.

También parece crucial la configuración de un enfoque transdisciplinario, más que uni- o multidisciplinar de la *post-economía*, que debe reconocer y constituirse en un conocimiento lo más completo y global posible, dialogando con diversos saberes humanos, planteándose el mundo como pregunta y como aspiración. Debe aprender, estudiar e investigar críticamente las otras “ciencias sociales”, así como las ciencias naturales, para configurar un enfoque sistémico que las integre más allá de ellas mismas, pero sin afanes de superioridad y entendiendo al mundo como totalidad multifacética y constitutivamente diversa. La tarea implica construir y reconstruir el pluriverso.¹⁴

Si se plantea superar la explotación de la Naturaleza en función de la acumulación del capital, con mayor razón habrá que dejar atrás la explotación del ser humano. Esto implica poner en entredicho muchas “verdades”, empezando por cuestionar aquella idea que sostiene que el crecimiento económico es indispensable para resolver los problemas de la Humanidad.

Es decir, la vida digna para la comunidad hay que asegurarla ahora y no como una promesa para mañana; con seguridad, si existe un

¹⁴ Ashish Kothari, Ariel Salleh, Arturo Escobar, Federico Demaria, Alberto Acosta; “Encontrando senderos pluriversales”, Revista Ecuador Debate 103, CAAP, Quito, 2018. Está próximo a salir publicado el libro *Plurivers - A Post-Development Dictionary*, editado por los autores y la autora del artículo citado.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

equilibrio en las posibilidades de satisfacción de las necesidades básicas, no hay necesidad de crecer para que todos sus miembros vivan dignamente. Esto demanda una adecuada redistribución de la riqueza y distribución equitativa de los ingresos entre todos los miembros de una comunidad, viviendo con patrones alejados del consumismo desbocado que pregonan la globalización capitalista.

Otro punto fundamental radica en el reconocimiento que el Buen Vivir no puede circunscribirse al mundo rural. Es cierto que algunas de las propuestas básicas, apenas enunciadas, provienen especialmente de esos ámbitos. Los actuales espacios urbanos, signados por un ritmo frenético e individualizante, aparecen lejanos a una vida solidaria y respetuosa del ambiente. Un asunto por demás complejo si por definición aceptamos que no hay ciudades sustentables.

Este es uno de los grandes y más difíciles desafíos, pensar el Buen Vivir para y desde las ciudades. Hay muchas opciones para asumir el reto, quién lo puede negar. Cabría aprovechar que, en América Latina, gran parte de los inmigrantes a las urbes aún mantienen lazos estrechos con sus comunidades de origen. Y en ese sentido, a modo de botón de muestra, se han formado grupos para construir/reconstruir formas de Vivir Bien en la ciudad de El Alto en Bolivia, por ejemplo.

En otras partes del mundo existen muchas prácticas y propuestas interesantes en este ámbito urbano. A modo de una simple muestra de un universo cada vez más grande, destacamos las conocidas como “comunidades de transición” (*transitions towns*), que pretenden dotar de control a las mismas comunidades para soportar el desafío del cambio climático y de la construcción de una economía liberada de la dependencia de los combustibles fósiles. Este movimiento urbano de construcción de

alternativas está activo en varios países de todo el mundo, con propuestas exitosas como la que podría representar, sobre todo en sus orígenes la “transformación energética” o *Energiewende* en Alemania (Müller 2015).

EL BUEN VIVIR Y SUS IMPLICACIONES MULTIESCALARES

El Buen Vivir, con sus planteamientos biocéntricos, se proyecta como una plataforma para discutir respuestas urgentes frente a los retos actuales de la Humanidad. En el Buen Vivir se pueden encontrar elementos potentes para enfrentar los devastadores efectos de los cambios climáticos a nivel planetario, así como para dar cuenta de las crecientes inequidades sociales y económicas, que son el sustrato de desbocadas violencias presentes en todo el planeta. Pensemos en lo que significa comenzar a construir transiciones hacia el Buen Vivir, teniendo como punto referencial inicial que el ser humano debe estar sobre el capital, y que debe vivir en armonía con la Naturaleza, incluso para asegurar su propia vida.

La búsqueda de estas nuevas formas de vida implica revitalizar la discusión política, ofuscada por la visión economicista sobre los fines y los medios. Al endiosar la economía, en particular al mercado, se abandonaron muchos instrumentos no económicos, indispensables para mejorar las condiciones de vida. Por ejemplo, creer que los problemas ambientales globales se resolverán con medidas de mercado es un error que puede costarnos muy caro; se ha demostrado que más efectivas han sido las normas y regulaciones (todavía insuficientes), que las “leyes” de la economía capitalista de la oferta y la demanda.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

Pero eso no es todo. No podemos seguir mercantilizando la Naturaleza, proceso que propicia su explotación desenfrenada; todo lo contrario, hay que desmercantilizarla; tenemos que reencontrarnos con ella asegurando su capacidad de regeneración, basada en el respeto, la responsabilidad y la reciprocidad, desde el principio básico de la relacionalidad.

Aquí entra con fuerza el tema de los bienes comunes, entendidos como aquellos bienes que pertenecen o son de usufructo o son consumidos por un grupo más o menos extenso de individuos o por la sociedad en su conjunto. Estos bienes pueden ser sistemas naturales o sociales, palpables o intangibles (Wikipedia, por ejemplo), distintos entre sí, pero comunes al ser heredados o contruidos colectivamente. No nos engañemos, este tipo de bienes son también objeto del pillaje y el saqueo (Helfrich 2009 o Mattei 2013).

Para la defensa y aprovechamiento efectivo de los bienes comunes es necesario posicionar las discusiones políticas dentro de una agenda amplia y participativa. Eso obliga a identificar y definir el carácter común de cada uno de los bienes. Es indispensable proteger las condiciones existentes para disponer de los bienes comunes de forma directa, inmediata y sin mediaciones mercantiles o de otra especie. Hay que evitar la privatización de los bienes comunes existentes o de los que se pueda crear. Precisamos diseñar, experimentar y producir los entornos tecnológicos y jurídicos que incentiven la creatividad y la innovación para producir bienes comunes. Y en el caso de los bienes comunes intelectuales hay que propiciar que su acceso sea libre y abierto.

De hecho, la resolución de los problemas exige una aproximación cada vez más transdisciplinaria, pues vivimos una situación de

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

complejidades múltiples que no pueden explicarse a partir de versiones monocausales y la misma multidisciplinariedad es insuficiente.

Estas propuestas pensadas desde el Buen Vivir, siempre que se asuman activamente por las sociedades especialmente desde el nivel comunitario, se pueden proyectar con fuerza en los debates desarrollados en diversas regiones del mundo y podrían inclusive ser un detonante para enfrentar propositivamente la creciente alineación de una gran mayoría de habitantes del planeta. En otras palabras, los debates post-desarrollistas pueden enriquecerse asumiendo respetuosamente estas visiones indígenas que se sintetiza en el Buen Vivir en términos amplios.

Si bien es extremadamente difícil asumir el reto de construir el Buen Vivir en sociedades inmersas en la vorágine del capitalismo, sobre todo en las grandes ciudades, estamos convencidos que hay muchas opciones para empezar a construir esta utopía en muchos lugares del planeta, inclusive en los países industrializados y en las mismas urbes.

El punto de partida no está en el Estado, menos aún en el mercado en tanto institución totalizadora. Una auténtica democratización del poder exige la participación y el control social desde las bases de la sociedad en el campo y en las ciudades, desde los barrios y las comunidades. Un papel destacado juegan los movimientos sociales y también aquellos partidos políticos de nuevo cuño, profundamente sintonizados y enraizados en la respectiva sociedad.

Eso sí, en esta búsqueda colectiva de alternativas múltiples, sobre todo en los espacios comunitarios, no se pueden marginar los actuales retos globales. Por ejemplo, habría que abordar la actual situación económica internacional, intolerable en términos sociales, ecológicos e inclusive económicos.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

Así, el Buen Vivir convoca a construir una vida de autosuficiencia y autogestión entre seres humanos viviendo en comunidad, asegurando el poder de autoregeneración de la Naturaleza. Todo eso potenciando lo local y lo propio, con Estados distintos, consolidando renovados espacios locales, nacionales y regionales de toma de decisiones, para desde allí construir espacios globales democráticos, creando nuevos mapas territoriales y conceptuales.

Igualmente es necesario alentar soluciones para alcanzar la paz mundial; eso implica propiciar un desarme masivo, destinando esos recursos a satisfacer las necesidades más apremiantes de la Humanidad y así desactivar muchos procesos violentos. Pero hay que ir más allá. Si los humanos no restablecemos la paz con la Madre Tierra, no habrá paz para los humanos en la Tierra; por tanto urge un rencuentro armonioso con la Naturaleza, como proponen las lógicas esenciales del Buen Vivir.

Ese es, en definitiva, un gran desafío para la Humanidad.

UNA CORTA REFLEXIÓN PARA REINVENTAR EL FUTURO

Todas estas son palabras que huelen a utopía. De eso mismo se trata. Hay que escribir todos los borradores posibles de una utopía por construir. Una utopía que implica la crítica de la realidad desde los principios plasmados en el Buen Vivir. Una utopía posible que, al ser un proyecto de vida solidario y sustentable, nos dice lo que debe ser: una opción alternativa colectivamente imaginada, políticamente conquistada y construida, a ser ejecutada por acciones democráticas, en todo momento y circunstancia. En la mira está superar la miseria de la modernización, que

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

no implica la modernización de la miseria, para ponerlo en palabras del periodista alemán Thomas Pampuch (1982).

La tarea implica dar paso a transiciones a partir de miles y diversas prácticas alternativas, sobre todo no capitalistas, muchas de ellas existentes ahora en todo el planeta. Lo cierto es que existen muchas opciones orientadas por horizontes utópicos que propugnan una vida en armonía entre los seres humanos y de estos con la Naturaleza. En ese contexto se sintonizan estrechamente el decrecimiento y el post-extractivismo (Acosta y Brand 2017, Acosta 2014a).

Para propiciar esta “gran transformación”, que de eso se trata, se cuenta con prácticas concretas, no con simples teorías. Inclusive existen diversas opciones de acción planteadas a nivel global. La propuesta de dejar el crudo en el subsuelo en la Amazonía ecuatoriana: la Iniciativa Yasuní-ITT, fue y sigue siendo un gran ejemplo de acción global, surgida desde la sociedad civil de un pequeño país como es Ecuador Acosta (2014b). Y en este esfuerzo múltiple hay mucho que aprender del Buen Vivir.

En definitiva, de lo que se trata es de cuestionar el fallido intento de impulsar - como mandato global y como camino unilineal- el progreso en su deriva productivista y el desarrollo en tanto dirección única, sobre todo en su visión mecanicista de crecimiento económico. Esto es crucial. No se trata de reeditar los ejemplos supuestamente exitosos de los países desarrollados. Primero, eso no es posible. Segundo, no son realmente exitosos.

La discusión sobre los aportes del Buen Vivir, en un contexto amplio, nacional e internacional, radica en las posibilidades de diálogo que abre. Su contribución, en especial, podría estar en la construcción

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

colectiva de puentes entre los conocimientos ancestrales y los modernos. Y para lograrlo nada mejor que un debate franco y respetuoso; debate que recién comienza a desplegarse.

Lo que interesa es superar las distancias existentes. Obvias por lo demás si consideramos que la Modernidad, el capitalismo, en definitiva, sintetiza la sumatoria de civilizaciones fundamentadas en la dominación sobre seres humanos y Naturaleza, sobre todo en el patriarcado y en el racismo. Y en el Buen Vivir se podrían resumir aquellas visiones alternativas alterativas.

Entonces, es preciso establecer una relación respetuosa y constructiva entre quienes se atrincheran en la defensa de ellos consideran el Buen Vivir como un concepto cerrado, el auténtico, y quienes pretende transformarlo en un concepto abierto, que emerge, eso sí, recuperando los ejes fundamentales de aquellas culturas milenarias de los pueblos indígenas. En una orilla del camino aparece un concepto, en pleno proceso de reconstrucción, que se extrae del saber ancestral, en algunos casos mirando demasiado al pasado. En la otra orilla del (mismo) camino, el mismo concepto, también en reconstrucción e incluso construcción, se lo asume mirando al futuro. Tal vez el potencial radica en que los del pasado miren algo más al futuro (y al presente) y los del futuro aporten una visión menos beata del pasado.

Insistimos, las propuestas del Buen Vivir provenientes del mundo indígena andino-amazónico no son las únicas alternativas con capacidad alterativa. Hay muchas otras. La demanda histórica radica, entonces, en sumar las múltiples propuestas de vida comunitaria, como son las de los zapatistas, así como a una multiplicidad de luchas feministas, campesinas, ecologistas (Acosta y Machado 2012), entre muchas otras. Aquí hay una

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

multiplicidad de puntos de encuentro con las acciones del movimiento “decrecentista”.¹⁵

La tarea no es fácil. Superar las visiones dominantes y construir nuevas opciones de vida tomará tiempo. Habrá que hacerlo construyendo sobre la marcha, reaprendiendo, desaprendiendo y aprendiendo a aprender simultáneamente. Esto exige una gran dosis de constancia, voluntad y humildad.

El Buen Vivir, ya lo dijimos, debe ser asumido como una categoría en permanente construcción y reproducción. No es un concepto estático y menos aún retrógrado. El Buen Vivir, en definitiva, constituye una categoría central de lo que se podría entender como “la filosofía de vida” de muchas sociedades indígenas que no se insertan (plenamente) dentro de la Modernidad. Y desde esa perspectiva se proyecta como una propuesta con potencial incluso global, aunque históricamente haya sido marginada.

Para concluir recordemos que el Buen Vivir comprende a la comunidad como la conjunción armónica de los vivos, los antepasados y las futuras generaciones. Y desde dicha armonía, vinculada con la Madre Tierra, se asegura la preservación de la vida. Así el concepto de vida se amplía al medio ambiente y a nuestros nietos y nietas. Los seres humanos, en tanto Naturaleza, no somos individuos aislados, que formamos parte de una comunidad, que somos comunidad social y natural; y que esas comunidades, pueblos, naciones y países, debería relacionarse también de forma armónica entre sí y con la Naturaleza.

¹⁵ Federico Demaria, Francois Schneider, Filka Sekulova, Joan Martínez-Alier; “¿Qué es el decrecimiento? De un lema activista a un movimiento social, Revista Ecuador Debate 103, CAAP, Quito, 2018.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

Ese doble reencuentro, con la Naturaleza y con la comunidad, nos conmina a dar el paso civilizatorio que demandan vigencia plena de los Derechos Humanos, en estrecha comunión con los Derechos de la Naturaleza.-

Bibliografía

- Acosta, Alberto (2018): “Repensando nuevamente el Estado ¿Reconstruirlo u olvidarlo”, varios autores, **América Latina: Expansión capitalista, conflictos sociales y ecológicos** (2018), Universidad de Concepción, Chile.
- Acosta, Alberto (2016): “Las dependencias del extractivismo - Aporte para un debate incompleto”, Revista Aktuel Marx N° 20, Nuestra América y la Naturaleza, Santiago de Chile.
- Acosta, Alberto; **El Buen Vivir Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos**, ICARIA, (2013), a partir de una edición preliminar en Abya-Yala Ecuador (2012). (Este libro ha sido editado en ediciones revisadas y ampliadas continuamente, en francés - Utopía 2014, en alemán – Oekom Verlag 2015, en portugués - Editorial Autonomia Literária y Editorial Elefante 2016, en holandés - Uitgeverij Ten Have 2018).
- Acosta, Alberto (2014a); “Pos-crecimiento y pos-extractivismo: Dos caras de la misma transformación cultural”, en el libro de varios autores **Pos-crecimiento y Buen Vivir. Propuestas globales para la construcción de sociedades equitativas y sustentables**, FES-ILDIS, Quito.
- Acosta, Alberto (2014b); “Iniciativa Yasuní-ITT - La difícil construcción de la utopía” <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=180285>
- Acosta, Alberto (2012); “Riesgos y amenazas para el Buen Vivir”, en la Revista Ecuador Debate N° 84, CAAP, Quito, 2012.
- Acosta, Alberto (2005); **Desarrollo Glocal – Con la Amazonía en la mira**, Corporación Editora Nacional, Quito.
- Acosta, Alberto; Brand, Ulrich (2017); **Salidas del laberinto capitalista – Decrecimiento y Post-extractivismo**, ICARIA, Barcelona. (Existen ediciones en Argentina, Chile y Alemania).

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

- Acosta, Alberto y Machado, Decio (2012); “Movimientos comprometidos con la vida. Ambientalismos y conflictos actuales en América Latina”, en la *Revista Colección OSAL*, CLACSO, Buenos Aires.
- Acosta, Alberto y Cajas Guijarro, John (2018); “Reflexiones sobre el sin-rumbo de la economía - De las “ciencias económicas” a la posteconomía”, *Revista Ecuador Debate* 103, CAAP, Quito, 2018.
- Acosta, Alberto y Cajas Guijarro, John (2015); “Instituciones transformadoras para la economía global - Pensando caminos para dejar atrás el capitalismo”, en el libro de varios autores: **La osadía de lo nuevo – Alternativas de política económica**, Grupo de Trabajo Permanente de la Fundación Rosa Luxemburg, Abya-Yala, Quito.
- Acosta, Alberto y Brand, Ulrich (2017); **Salidas del laberinto capitalista – Decrecimiento y Postextractivismo**, ICARIA, Barcelona, con ediciones publicadas en Argentina (2017), Ecuador (2017), Alemania (2018).
- Benjamín, Walter (2010); **Tesis sobre la historia y otros fragmentos**, edición y traducción de Bolívar Echeverría, Ediciones desde Abajo, Bogotá,
- Brand, Ulrich, Markus Wissen (2017); *Imperiale Lebensweise Zur Ausbeutung von Mensch und Natur in Zeiten des globalen Kapitalismus*, Oekom Verlag, München.
- D'Alisa, Giacomo; Demaria, Federico; Kallis, Giorgios, editores (2015); **Decrecimiento. Vocabulario para una nueva era**, ICARIA, Barcelona.
- Demaria, Fedetrico; Schneider, Francois; Sekulova, Filka; Martínez-Alier, Joan (2018); “¿Qué es el decrecimiento? De un lema activista a un movimiento social, *Revista Ecuador Debate* 103, CAAP, Quito, 2018.
- Escobar, Arturo (2014); **Sentipensar con la tierra – Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**, Ediciones Unaula, Medellín.
- Esterman, Josef (2014); “Ecosofía andina – Un paradigma alternativo de convivencia cósmica y de vida plena”, en el libro **Bifurcación del Buen Vivir y el sumak kawsay**, Ediciones SUMAK, Quito.

Los buenos convivires
Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

- Giraldo, Omar Felipe (2014); **Utopias en la era de la supervivencia – Una interpretación del Buen Vivir**, Editorial ITACA, México.
- Gudynas, Eduardo (2014); “Buen Vivir: sobre secuestros, domesticaciones, rescates y alternativas”, en el libro Bifurcación del Buen Vivir y el sumak kawsay, Ediciones SUMAK, Quito.
- Helfrich, Silke y Fundación Heinrich Böll (2012); **Commons – Für eine neue Politik jenseits von Markt und Staat**, transcript Verlag, Bielefeld.
- Huanacuni Mamani, Fernando (2010); **Vivir Bien / Buen Vivir Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales**, Convenio Andrés Bello, Instituto Internacional de Investigación y CAO, La Paz.
- Houtart, François (2011). “El concepto del sumak kawsay (Buen Vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad”, Revista Ecuador Debate N° 84, CAAP, Quito.
- Illich, Iván (2015); **Obras reunidas**, Fondo de Cultura Económica, México.
- Kothari, Ashish; Salleh, Ariel; Escobar, Arturo; Demaria, Federico; Acosta, Alberto (2018); “Encontrando senderos pluriversales”, Revista Ecuador Debate 103, CAAP, Quito, 2018.
- Kothari, Ashish; Demaria, Federico; Acosta, Alberto; “Buen Vivir, Degrowth and Ecological Swaraj: Alternatives to sustainable development and the Green Economy”, Development 57.3/4
- Leff, Enrique (2010); “Imaginario social y sustentabilidad”, en la revista Cultura y representaciones sociales, vol. 5 núm. 9 México: UNAM.
- Mattei, Ugo (2013); **Bienes Comunes – Un manifiesto**, Trotta, Madrid.
- Müller, Tazio; “Alemania: La transición energética - Combinar escalas y estrategias para el cambio”, en varios autores, **¿Cómo transformar? Instituciones y cambio social en América Latina y Europa**, Grupo de Trabajo Permanente de la Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2015.

Los buenos convivires
Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías
ACOSTA, Alberto

- Oviedo Freire, Atawallpa (2011); **Qué es el sumakawsay – Más allá del socialismo y capitalismo**, Quito.
- Pampuch, Thomas (1982); **Das Elend der Modernisierung – Die Modernisierung des Elends: Unterentwicklung und Entwicklungspolitik in Lateinamerika**. Institut für Vergleichende Sozialforschung, Berlin.
- Papa Francico (2015); **Encíclica Laudato Si**.
- Quijano, Aníbal (2014); **Cuestiones y Horizontes – Antología Esencial – De la dependencia histórica-estructural a la colonialidad/decolonialidad del poder**, CLACSO, Buenos Aires.
- Sachs, Wolfgang (2017); The Sustainable Development Goals and Laudato si': varieties of Post-Development?, varieties of Post-Development?, Third World Quarterly, 38:12, 2573-2587,
- Sachs, Wolfgang (1992); **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**, Zed Books, London.
- Schuldt, Jürgen (2013); **Civilización del desperdicio - Psicoeconomía del consumidor**. Universidad del Pacífico, Lima.
- Solón; Pablo (2016); **¿Es posible el Buen Vivir?, Reflexiones a Quema Ropa sobre Alternativas Sistémicas**, Fundación Solón, La Paz.
- Tortosa; José María (2011); **Maldesarrollo y mal vivir – Pobreza y violencia escala mundial**, en Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), serie Debate Constituyente, Abya-Yala, Quito.
- Unceta, Koldo; (2018); "Alcance y vigencia del postdesarrollo: de la crítica del desarrollo al debate sobre las transiciones", Revista Ecuador Debate 103, CAAP, Quito, 2018.
- Unceta, Koldo (2014); **Desarrollo, postcrecimiento y Buen Vivir – Debates e interrogantes**, en Acosta, Alberto y Martínez, Esperanza (editores), serie Debate Constituyente, Abya-Yala, Quito.

Los buenos convivires

Filosofías sin filósofos, prácticas sin teorías

ACOSTA, Alberto

- Universidad Intercultural Amawtay Wasi (2004), **Aprender en la sabiduría y en el Buen Vivir**, Quito (Publicada en tres idiomas: kechwa, español e inglés).